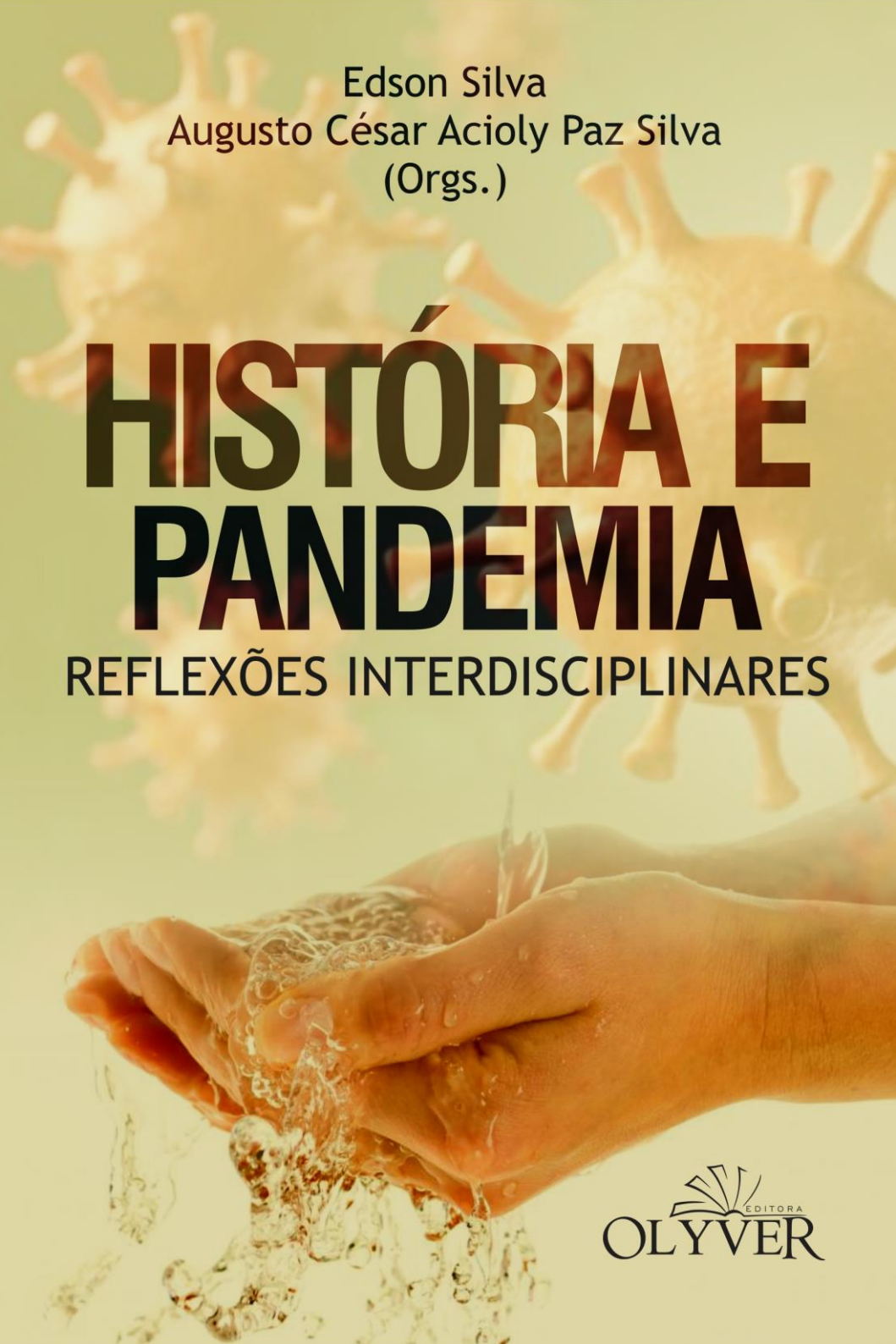


Edson Silva  
Augusto César Acioly Paz Silva  
(Orgs.)

# HISTÓRIA E PANDEMIA

REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES



OLYVER EDITORA

# HISTÓRIA E PANDEMIA

## REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES

Edson Silva

Augusto César Acioly Paz Silva (Orgs.)

Além dos artigos vinculados, mais especificamente, as questões dialogando, seja com o momento da epidemia, os reflexos e os variados usos políticos de momento como este mais imediato, mas em outros períodos nos quais epidemias constituíram-se num dado atravessado pela sociedade, o livro ainda apresenta um conjunto de textos não se vinculados necessariamente as questões parte deste primeiro grupo relacionando História, as epidemias e os usos desta condição. Mas, centrados nas relações entre História, Cultura Política e reflexões sobre os processos de construção histórica. Portanto, com os textos dessa coletânea queremos contribuir a partir dos debates acadêmicos e interdisciplinares, para compreensão sobre as relações entre a humanidade e as pandemias nos processos históricos. Também na perspectiva de alimentar a Esperança de dias melhores, novos tempos pós-Pandemia, pois como escreveu o sábio Mário Quintana, “Só as crianças e os bem velhinhos conhecem a volúpia de viver dia a dia, hora a hora, e suas esperanças são breves”. Dessa forma é momento de reflexões e muitos aprendizados para construção de novos tempos, a vida flui e pulsa façamos dela Esperança.

ISBN: 978-65-87192-31-4



9

786587

192314

  
**OLYVER**  
www.editoraolyver.org



HISTÓRIA E PANDEMIAS  
REFLEXÕES  
INTERDISCIPLINARES

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Maria Camila da Conceição  
**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira  
**DESIGNER DE CAPA:** Jeamerson de Oliveira  
**IMAGEM DE CAPA:** <https://br.freepik.com/>

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2019 Editora Olyver  
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05  
Antares, Maceió - AL, 57048-230  
[www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org)  
[editoraolyver@gmail.com](mailto:editoraolyver@gmail.com)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S201p

SILVA, Edson; SILVA, Augusto César Acioly Paz;

História e pandemia: reflexões interdisciplinares. [recurso digital] / Edson Silva, Augusto César Acioly Paz Silva (Orgs.) – Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

ISBN: 978-65-87192-31-4

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. História. 2. Pandemia. 3. Ciências Humanas.  
4. Interdisciplinaridade. I. Título.

CDD: 981


---

Índices para catálogo sistemático:  
História 981

EDSON SILVA  
AUGUSTO CÉSAR ACIOLY PAZ SILVA  
(Orgs.)

HISTÓRIA E PANDEMIA  
REFLEXÕES  
INTERDISCIPLINARES

Maceió-AL |  
2020

  
OLYVER

# DIREÇÃO EDITORIAL

---

## Maria Camila da Conceição COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

---

**Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo**

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

**Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Prof<sup>a</sup>. Me. Francisca Maria Neta**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina de Lima Moreira**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Betijane Soares de Barros**

Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)  
Absoulute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Ferreira**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Laís da Costa Agra**

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

**Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Nara Salles**

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

**Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar**

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

**Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo**

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

**Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra**

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

**Profª Me. Iraci Nobre da Silva**

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Profª Me. Gisely Martins da Silva**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva**

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)

Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

**Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques**

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do  
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

**Profª Drª. Maria Aparecida Santos e Campos**

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN,  
(Espanha)

**Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D**

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

**Profª Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia**

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y  
Políticas | Asunción (Paraguay)

# SUMÁRIO

---

## **PREFÁCIO**

### **HISTÓRIA E PANDEMIA: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES**

Augusto César Acioly Paz Silva  
Edson Silva..... 10

### **DA NECESSIDADE DE SE CONHECER O PASSADO: HISTÓRIA E COMPORTAMENTO NAS PANDEMIAS**

Fernando Amed..... 15

### **HISTÓRIA E PANDEMIAS: ALGUMAS QUESTÕES. DISCUTINDO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS**

Edson Silva..... 27

### **“RIACHO DAS PESTES”: O MITO FUNDADOR E AS MEMÓRIAS ORAIS SOBRE AS EPIDEMIAS NO MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS-PE**

Julyana Nascimento Andrade  
Mário Emmanuel de Oliveira Ramos  
Alecsandra Maria de Oliveira  
José Almir do Nascimento..... 45

### **INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS INSTITUTOS FEDERAIS EM PERNAMBUCO: “VULNERABILIDADES” SOCIAIS, MEDOS E INCERTEZAS NA PANDEMIA DO COVID-19**

Maria da Penha da Silva..... 68

## **BIOPODER E RACISMO**

### **ESTRUTURAL/INSTITUCIONAL: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA PARA PENSAR A SAÚDE BRASILEIRA EM “TEMPOS DE CORONAVÍRUS”**

Jairo Silva..... 97



<b>MÚSICA – ORIENTE, EURÁSIA E DIAS ATUAIS</b>	
Tiago Cardoso da Silva.....	122
<b>O PENSAMENTO DE EXTREMA DIREITA NA POLÍTICA BRASILEIRA, PESQUEIRA/PE COMO UM MICROCOSMO DO BRASIL EM 1930</b>	
Aranduy Felipe Santana da Silva.....	137
<b>CONDICIONAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS: MENTALIDADES, BEHAVIORISMO, DESINFORMAÇÃO E REDES SOCIAIS CULTURA POLÍTICA</b>	
George Manoel Farias de Melo	
João Gabriel da Silva	
Luciana Aline Farias de Melo.....	159
<b>COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DO PASSADO E PRESENTE NA AULA DE HISTÓRIA</b>	
Matheus Cavalcanti Rodrigues	
Augusto César Acioly Paz Silva.....	186

## PREFÁCIO

### HISTÓRIA E PANDEMIA: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES

---

O ano de 2020 certamente ficará lembrado na História como o da Pandemia. Ao longo da História as epidemias sempre tiveram impactos na vida e comportamentos das pessoas. Por mais que historiadores, pensadores, especialistas da saúde sejam mobilizados para falar sobre este momento, acreditamos que esta pandemia é diferente das outras experimentadas pela espécie humana. Pois, vem sendo marcada pela amplificação da condição de maneira muito mais imediata do que as demais as quais a humanidade enfrentou. As redes sociais, através da “natureza” disseminadora de informações tem como é próprio delas, neste momento que convivemos com o vírus Covid-19 se disseminado, conectado as diferentes partes do mundo, das grandes metrópoles aos lugares mais remotos. E temos assistido em tempo real, perplexos, as mortes fazendo com que as pessoas, de forma natural, tornem-se mais ansiosas experimentando uma visão catastrófica e desesperançosa.

A ideia do afastamento da morte e a quase abstração desta condição, devido aos avanços das pesquisas e os controles médicos eficientes prolongando a vida dos indivíduos no último século, de maneira inimaginável, criaram sobre a existência a ilusão e o esquecimento das contingências próprias da vida no qual pandemia, tragédias e mortes são algumas das suas faces. Eis que o coronavírus, “o invisível” que se mata com água e sabão, expôs nossa preclaridade, fragilidades e finitude humana, mesmo diante das tantas possibilidades como manter

desde 1986 astronautas vivendo no espaço, orbitando ao redor da Terra.

As medidas e recomendações para o isolamento social acatadas pela maioria e contestadas por alguns, evidenciaram os desafios, limites e possibilidades nos significados do *conviver* cotidianamente, dividindo espaços, vontades e atividades domésticas. Provocando a (re)descoberta de diferenças, semelhanças e conflitos. Proximidades e distâncias, amores e temores. A valorização de coisas, gestos simples, com a observação da vida, o encontra-se consigo, entre projetos, sonhos e crises existenciais. O repensar de desejos, planos e trajetórias para “quando a pandemia passar”.

Todavia, é muito importante observar que os impactos do covid-19 não é igual para todas as pessoas. As pesquisas apontam: morrem bem mais pessoas negras e pobres. Não esqueçamos que muitas delas expostas aos riscos do contágio e falecimento para garantir a vidas dos mais afortunados, com melhores condições de precavessem. O site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB informava em 05/09/2020 que 30.218 índios foram contaminados, com 786 mortos e 156 povos indígenas afetados pelo coronavírus. Povos ciganos também contabilizam falecidos, quilombolas, pessoas empobrecidas nas periferias das metrópoles, nos centros urbanos do interior e zonas rurais. Com a pandemia também aumentou a desassistência pública de saúde, a fome o desespero, a falta de perspectivas para muitos.

Contudo, observa-se também muitas ações explícitas de solidariedades para com as pessoas em situações de vulnerabilidades, em uma sociedade de tantos ególatras, de consumismos exorbitantes, futilidades e devaneios. Em tempos

de velocidade das informações fragmentadas, fugazes, superficiais como inventamos o passado nas perguntas do presente? Como no presente pensamos experiências do passado, refletimos sobre as situações que vivenciamos na atualidade? Foram essas e outras questões discutidas em mesas-redondas e comunicações apresentadas no IV Simpósio de História/AESA tendo como tema central “História, Pandemia e Esperança”, realizado em maio/2020.

Esse livro reuniu textos recebidos sobre as discussões realizadas. E a publicação tem como propósito em primeiro lugar refletir acerca desse momento, ressaltando que epidemias e pandemias possuem um lastro histórico, no sentido da humanidade ao longo da existência ter atravessado várias situações semelhantes. Pensado a partir das relações entre o contemporâneo e o passado, exercício próprio das reflexões históricas, sobre como estamos lidando e enfrentando este momento, com um conjunto de características diferentes das ocorridas seja na Idade Média ou nas epidemias de cólera no Brasil colonial, no Império ou no século XX a gripe espanhola. Se as epidemias são parte das experiências históricas e humana, refletir como a nossa sociedade está vivendo a situação, e quais os efeitos construção nas memórias e narrativas históricas.

Outro aspecto apresentado, está no uso político da Pandemia, sobretudo, em nossa experiência histórica nacional, e como a situação molda certos comportamentos, desde o medo, ao desespero, a ansiedade. Ou aqueles que negam a importância e os impactos, ou os favoráveis ou contrários ao uso da cloroquina no tratamento. Aqueles preferindo estarem sintonizados com as práticas e o ideário do Presidente. Os que

não partilham deste espectro político, deveria “tomar tubaína”. Nas redes sociais, os memes e as discussões desde o negacionismo à culpabilização do Presidente pela sua ineficiência. De alguma forma mobilizam os agentes políticos e constrói nos ambientes virtuais um campo de batalhas políticas evidenciando como a epidemia mobiliza as pessoas em várias frentes e materializa as posições no campo sociocultural e dos comportamentos políticos.

Além dos artigos vinculados, mais especificamente, as questões dialogando, seja com o momento da epidemia, os reflexos e os variados usos políticos de momento como este mais imediato, mas em outros períodos nos quais epidemias constituíram-se num dado atravessado pela sociedade, o livro ainda apresenta um conjunto de textos não se vinculados necessariamente as questões parte deste primeiro grupo relacionando História, as epidemias e os usos desta condição. Mas, centrados nas relações entre História, Cultura Política e reflexões sobre os processos de construção histórica.

Portanto, com os textos dessa coletânea queremos contribuir a partir dos debates acadêmicos e interdisciplinares, para compreensão sobre as relações entre a humanidade e as pandemias nos processos históricos. Também na perspectiva de alimentar a Esperança de dias melhores, novos tempos pós-Pandemia, pois como escreveu o sábio Mário Quintana, “Só as crianças e os bem velinhos conhecem a volúpia de viver dia a dia, hora a hora, e suas esperanças são breves”. Dessa forma é momento de reflexões e muitos aprendizados para construção de novos tempos, a vida flui e pulsa, façamos dela Esperança.

**Uma homenagem:** a tod@s profissionais da saúde, desde os/as trabalhando na limpeza, aos maqueiros e motoristas nas ambulâncias que estão no *front* de combate ao coronavírus, agradecemos pela dedicação, empenho e generosidades. A esses profissionais todo o nosso respeito, reconhecimento e apoio nesse momento tão grave e difícil para a saúde pública, quando muitas e muitas vezes diante de condições adversas, falta de infraestrutura, de equipamentos básicos de proteção, atuam deliberadamente colocando as próprias vidas em riscos e dos seus familiares, para curar/salvar os nossos!

Acreditamos que apesar de tudo, iremos superar essa situação. “Vai passar”!

Olho d’Água dos Bredos  
(Arcoverde/PE), setembro de 2020

**Augusto César Acioly Paz Silva**

Doutor em História pela UFPE  
Professor do Dpto. de História da AESA-CESA (Arcoverde)

**Edson Silva**

Doutor em História pela UNICAMP  
Professor Titular de História da UFPE

# DA NECESSIDADE DE SE CONHECER O PASSADO: HISTÓRIA E COMPORTAMENTO NAS PANDEMIAS

---

Fernando Amed<sup>1</sup>

Acidentes de percurso, situações que provocam comoções, medos atávicos, individuais e coletivos. Para aqueles que privam de alguns destes feitos e compartilham dessa espécie de drama, não contar com a espessura do tempo e com as possibilidades comparativas pode ser terrível, ainda mais pela possibilidade de ser enredado por toda espécie de estímulo ao pavor levado ao cabo pela mídia. É evidente que estamos pensando no quadro de pandemia que vivemos no ano de 2020 e como historiadores, nada melhor do que se buscar o amparo do tempo passado com o intuito da sondagem, por vezes da comparação, mas acima de tudo com o objetivo de se deparar com a sabedoria oferecida pelos exemplos e situações passadas.

Tivemos estas nuances em mente quando fomos convidados a participar do IV Simpósio de História - História, Pandemia e Esperança - promovido pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - Centro de Ensino Superior de Arcoverde - AESA-CESA - Pernambuco. No dia 25 de maio de 2020, participamos da mesa "História e Comportamento Político em Tempos de Pandemia", juntamente com o Prof. Dr. Augusto

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social (USP). Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Faap e da Belas Artes de São Paulo.

César Acioly (AES-CEA) e Marina Possari (Bites - Labô PUC/SP).

Na estruturação da nossa comunicação, levamos em consideração os temas que são motivos de nossos estudos, pesquisas e produção. No Grupo de Pesquisa em Comportamento Político que eu coordeno no Laboratório de Política, Comportamento e Mídia, o Labô da Fundação São Paulo, PUC de São Paulo, o medo<sup>2</sup> pode ser acolhido como um objeto de pesquisa, na medida em que é a parte constitutiva dos mecanismos que podem ou não estimular a escolha de um ou outro candidato ou partido nas eleições. Sendo que este é um componente ativo dos processos de estabelecimento de afinidades ou não na apropriação pública que se faz da política, sendo este o outro aspecto que é alvo das nossas reflexões.

A repercussão política de um problema de saúde pública e que venha a ocorrer com tamanha monta é inevitável. É exatamente por isso que no contemporâneo, as posturas adotadas pelos líderes políticos são pensadas de modo a melhor serem capitalizadas, e isso não deve ser necessariamente percebido com surpresa. Ideologizar a pandemia, o que vem sendo uma frase bastante remetida às ocorrências do ano de 2020, não é exatamente uma prerrogativa atual. Na pesquisa em Comportamento Político, os objetos de estudo são aqueles que envolvem os gestos, as atitudes, as reações e o cálculo. O jogo com os estímulos e as respostas que virão. Governo e oposição são devidamente informados quanto as expectativas do que virá pela frente, mesmo que num

---

<sup>2</sup> Em se tratando da discussão sobre o medo, a seguinte obra tem referenciado os nossos estudos: *Frank Furedi, How Fear Works: Culture of Fear in the 21st Century*. London & New York: Bloomsbury Continuum, 2019.



caso de predominância da contingência. Neste aspecto, o Brasil teve uma suposta vantagem que é a de conhecer os níveis mais altos da pandemia quando ela já estava em queda nos países europeus. Era possível assim estabelecer algumas hipóteses ou conjecturas. Perante este cenário, aparentemente fosse outro o ocupante do cargo de Presidente da República, poderíamos ter os mesmos resultados, porém com outras atitudes ou marcadores de comportamento. Com isso, a impressão que temos é que se busca na atuação política, uma estratégia de manutenção de menos riscos, o reconhecimento que venha a dar suporte para a continuidade no poder e um nível quase que de desumanização no sentido de que as posturas contam mas não exatamente quando comparadas com um cenário ideal de enfrentamento. Sobra-se algo ali no líder político que pode ser até associado a um temperamento, mas o que mais nos parece é que somente se esteja articulando o que melhor possa vir a ser consumido pela mídia e especialmente pelas redes sociais. Já se disse que na cena política contemporânea, vivemos constantemente nas eleições, de tal forma a polarização política persiste.

Considerando tais reflexões e sabedores de que o simpósio teria graduandos em História, tivemos a preocupação de revisitar a historiografia com vistas a se deparar com práticas, atitudes ou comportamentos que pudessem ser associados ao que estava ocorrendo naquele instante, no mundo e no Brasil, em especial. Minha via de acesso ao tema da pandemia em seu cruzamento com a história deu-se então pela retomada de alguns estudos clássicos que transitassem pelo tema do medo. O primeiro deles foi a *História do Medo no Ocidente: 1300-1800* de Jean Delumeau, publicado

originalmente em 1978 e no Brasil em 1990. Herdeiro heterodoxo da Escola dos Annales, Delumeau preocupa-se com as atitudes ou o comportamento em relação ao que vem a provocar medo, ansiedade ou pavor: a utensilagem mental como queria Lucien Febvre. Tratou-se então de uma pesquisa que inaugurou no uso de fontes muitas vezes deixadas de lado pela historiografia mais tradicional, uma vez que o historiador passou a se dedicar às crônicas, poemas, literatura dentre outras referências.

No caso deste artigo em especial, somente nos detivemos no capítulo em que o historiador se dedicou às pestes que assolaram o continente europeu entre os anos mapeados pelo seu estudo. O contato com esta obra habilita a percepção daquilo que já ocorreu em se tratando deste tema da pandemia, o que nos permite colocar os dramas em perspectiva. A frequência com que as epidemias ocorriam entre os séculos XVI e XVIII seguramente pode vir a causar espanto. Poderíamos dizer que um dos primeiros estranhamentos em relação ao que ocorria neste período diz respeito a um certo desaparego para com a própria vida. Isto no sentido de se acolher a fragilidade num contexto de enfrentamento mais duro na sobrevivência. Outra das distinções seguramente se dá na ausência da divulgação em massa das informações, elemento que em muito contribuiu para o aumento das tensões e angústias na ocasião da ocorrência da pandemia de 2020. Vamos enumerar alguns aspectos citados por Delumeau com vistas a poder realizar aproximações e distanciamentos em relação à história.

Vejamos por exemplo esta passagem:

Até o final do século XIX, ignoraram-se as causas da peste que a ciência de outrora atribuía à poluição do ar, ela própria ocasionada seja por funestas conjunções astrais, seja por emanções pútridas vindas do solo. Daí as precauções, ao nossos olhos inúteis, quando se aspergia com vinagre cartas e moedas, quando se acendiam fogueiras purificadoras nas encruzilhadas de uma cidade contaminada, quando desinfetavam indivíduos, roupas velhas e casas por meio de perfumes violentos e de enxofre, quando se saía para aruá em período de contágio com uma máscara em forma de cabeça de pássaro cujo bico era enchido com substâncias odoríferas (DELUMEAU, 1990, p. 110).

Chama-nos a atenção a proximidade para com as medidas de proteção que foram tomadas no século XXI, além de se ignorar as causas da doença bem como das medidas de precaução contra a doença, todos fatos que se seguiram no presente.<sup>3</sup> Curioso notar, no entanto, que muitos de nós teríamos muito mais facilidade em colocar na conta do passado toda sorte de ignorância uma vez que o que se entendia como ciência médica nos parece muito rudimentar. E aqui tocamos num aspecto que é merecedor de atenção e que pode se configurar num objeto de pesquisa comparada: a suspeita de que não estejamos no melhor dos mundos no que diz respeito à ciência. Do ponto de vista da narrativa da história, isto nos atrai, na medida em que nos afastamos das certezas oferecidas pelo

---

<sup>3</sup> Consultar Soper, G. A. "The lessons of the pandemic". *Science* 49, 501–506 (1919), texto que tomamos contato a partir do seguinte artigo: "Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response" Jay J. Van Bavel and others, **Nature Human Behavior**, 2020., <https://www.nature.com/articles/s41562-020-0884-z.pdf>

referencial hegeliano, a saber e relembrar, de que haja um vetor histórico que caminha da inconsciência para a consciência, do pior para o melhor, ou seja, do atraso ao desenvolvimento e sucesso. Enfatizamos aqui que o contato com a história nos aproxima ainda mais da contingência mesmo que tenhamos alguma confiança adquirida na recuperação daquilo que aparentemente já foi estabelecido.

Ainda em relação ao contágio, é interessante observar o que se segue:

As crônicas antigas e a iconografia quase não mencionam como sinal precursor de uma epidemia a mortalidade maciça de ratos, na qual A. Camus insiste em **A peste**. O papel da pulga era igualmente ignorado. Em compensação, todos os relatos de outrora descrevem o perigo do contato inter-humano. Esse perigo, hoje o sabemos, é evidente no caso da peste pulmonar, que se transmite pelas gotículas de saliva. (...) É bem verdade que era preciso, se possível, fugir ou, na falta disso, isolar e isolar-se. Tanto mais que a peste bubônica dava lugar frequentemente a uma complicação pneumônica secundária. O bom senso popular tinha, portanto, razão contra os “eruditos” que se recusavam a crer no contágio. E foram afinal as medidas cada vez mais eficazes de isolamento que fizeram regredir o flagelo (DELUMEAU, 1990, p. 100-101).

O pesquisador contemporâneo pode pensar: por onde começar? Da percepção demorada de que o contato direto poderia aumentar número de pessoas contaminadas ou da assimilação da distância entre o que pensavam os eruditos e o senso comum? Em ambos os casos, parece que caminhamos para borrar as fronteiras entre o presente e o passado mais distante. Ao mesmo tempo, observamos que as polêmicas e

controvérsias sobre a maneira mais adequada de se operar em relação à ocorrência das pandemias também não é um acontecimento somente pertencente ao contemporâneo. A saber, a saúde pública - mesmo que este conceito não existisse na Idade Média - sempre provocou dissidências, tentativas de usurpação ou de uso político das medidas a serem tomadas ou dos ônus do que viesse a ocorrer. Sempre entendendo que bom e mal são costumeiramente motivos de disputa estratégica no campo da política.

Alguns aspectos, no entanto, transparecem diferenças na comparação com o contemporâneo, e em especial nos deparamos com uma maior oferta de associações das doenças, claramente as pandemias, com imagens ou metáforas. Isto se perfaz numa diferença significativa e pode ser pensada a partir da chegada às mediações que se encontravam, por exemplo, no passado medieval, em comparação com o que hoje nos deparamos. A maioria de nós tem com clareza a imagem, estilizada ou não, do coronavírus, de tal forma ela foi divulgada na forma inclusive de marcador da notícia na mídia em geral, destacando-se sempre os espigões - *spikes* - que conferem um ar quase que soturno e assustador.

Com facilidade, tais imagens podem ser associadas nas animações ou no material para ser usado nas campanhas educativas que visam diminuir o contágio. A ausência deste tipo de suporte microscópico no nível *nano*, não impediu que o imaginário medieval produzisse os seus monstros, quimeras ou imagens de salvação, evidentemente ofertadas e consumidas com menos profusão. A associação com o fogo pode ser percebida com maior intensidade. Assim, Boccaccio no *Decamerão* apontava: “A intensidade da epidemia aumentou

pelo fato de os doentes, por suas relações cotidianas, contaminarem os indivíduos ainda sãos. Assim é com o fogo, alimentado pelas matérias secas ou gordurosas que lhe são contíguas.” (DELUMEAU, 1990, p. 112). Ou Daniel Defoe, que escreveu: “A peste é como um grande incêndio que se irrompe numa cidade muito densa, aumenta sua fúria e a devasta em toda a sua extensão” (idem, ibidem).

Dentre as imagens e associações, uma das mais interessantes se deu em relação à metáfora da chuva de flechas. Neste aspecto, Delumeau ofereceu boas perspectivas de análise, descrevendo situações literárias que antecedem o cristianismo, como por exemplo, na *Ilíada*, de Homero num instante em que Apolo dizima uma tropa através de flechadas múltiplas. Tal imagem vai proliferar evidentemente a partir do período escolástico, momento em que as flechas também vão ser associadas aos venenos, ao fato de não se ter o domínio de onde partiram, de serem sorrateiras e quanto à dificuldade de se controlar o ataque. Além disso, evidentemente, assume-se o fato de serem mortais. Finalmente, interessante observar que elas também podem ser desviadas, no caso medieval, especialmente por aqueles que se postam ao lado de Jesus Cristo. De acordo com Delumeau:

Em suma, se não se fugira a tempo, rico ou pobre, jovem ou velho, estava-se ao alcance da flecha do horrível arqueiro. Imaginada pelos meios eclesiásticos leitores do Apocalipse e sensíveis ao aspecto punitivo das epidemias, a comparação entre o ataque da peste e o das flechas que se abatem de improviso sobre vítimas teve por resultado a promoção de São Sebastião na piedade popular. (...) Porque São Sebastião morrer crivado de flechas, as pessoas convenceram-se de que ele afastava de seus

protegidos as da peste. Desde o século VII, ele foi invocado contra as epidemias. Mas foi depois de 1348 que seu culto ganhou um grande impulso. E desde então, no universo católico até o século XVIII inclusive, quase não houve igreja rural ou urbana sem uma representação de são Sebastião crivado de flechas (DELUMEAU, 1990, p. 116).

Outro aspecto que reflete a permanência diz respeito às dúvidas em relação as autoridades, se estavam ou não dedicadas em sanar os problemas antecipando medidas de auxílio. A negligência daqueles que poderiam inclusive antever a situação e melhor preparar a população era um ponto que também dava sinal nas crônicas, isto desde o século XIV. A este respeito:

As mesmas inércias - recusar-se a tentar se proteger contra a peste que se aproxima - se repetem em Châlons-sur-Marne em junho de 1467, onde, apesar do conselho do governador de Champagne, as pessoas se recusavam a suspender escolas e sermões, em Burgos e em Valladolid em 1599, em Milão em 1630, em Nápoles em 1656, em Marselha em 1720, sendo que a enumeração é exaustiva. Por certo, encontram-se em tal atitude justificativas razoáveis: pretendia-se não assustar a população - daí as múltiplas interdições de manifestações de luto no começo das epidemias - e sobretudo não interromper as relações econômicas com o exterior. Pois a quarentena para uma cidade significava dificuldades de abastecimento, ruína nos negócios, desemprego, desordens prováveis nas ruas etc. Enquanto a epidemia só causava um número limitado de óbitos ainda se podia esperar que regressisse por si mesma antes de ter devastado toda a cidade. (DELUMEAU, 1990, p. 118).

Aqui estamos adentrando então, o campo da política uma vez que as atitudes e posturas das autoridades constituídas são avaliadas de uma maneira mais intensa, dada a comoção provocada pelo número de mortos ou pelo medo propriamente dito do contágio. Assim, o uso estratégico das informações privilegiadas se perfaz igualmente num lugar comum em se tratando de uma ocorrência de pandemia.

Para somente citarmos um caso e que possui uma discussão acalorada do ponto de vista da historiografia brasileira, vejamos o que afirmou o historiador Nicolau Sevcenko no livro *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*:

A insurreição de que trata este texto ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, no ano de 1904. Seu pretexto imediato foi a campanha da vacinação em massa contra a varíola, desencadeada por decisão da própria presidência da República. Os setores da oposição política, que desde longo tempo vinham articulando um golpe contra o governo, aproveitaram-se das reações indignadas da população, a fim de abrir caminho para o seu intento furtivo. (...) Essas oposições se revelariam incompetentes para compreender as dimensões mais abrangentes e de caráter mais radicalmente contestador presentes nos movimentos da massa popular, que irrompeu na Revolta da Vacina e se constituiu numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração, discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidas pela administração pública nessa fase da nossa história (SEVCENKO, 1984, p. 9, 10).

Neste breve relato, enfatizamos novamente que somente almejamos pontuar alguns aspectos que nos unem ao



passado de uma maneira mais geral e ampla. Um dos objetivos aqui, foi o de conseguir estabelecer um nível de alteridade em relação ao nosso presente, identificando marcadores já descritos e que foram visíveis no passado. Nossa hipótese é a de que a pandemia da Covid 19 se assemelhou a tantas outras que já ocorreram e com outras que virão. De acordo com o já mencionado artigo de 1919, em que o Major George A. Soper, analisou o que foi a pandemia da Gripe Espanhola:

The pandemic which has just swept round the earth has been without precedent. There have been more deadly epidemics, but they have been more circumscribed; there have been epidemics almost as widespread, but they have been less deadly. Floods, famines, earth-quakes and volcanic eruptions have all written their stories in terms of human destruction almost too terrible for comprehension, yet never before has there been a catastrophe at once so sudden, so devastating and so universal. The most astonishing thing about the pandemic was the complete mystery which surrounded it. Nobody seemed to know what the disease was, where it came from or how to stop it. Anxious minds are inquiring today whether another wave of it will come again.<sup>4</sup>

## Referências

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

---

<sup>4</sup> Soper, G. A. "The lessons of the pandemic". *Science* 49, 501–506 (1919). Optamos por manter a grafia original deste texto.

Frank Furedi, **How Fear Works**: Culture of Fear in the 21st Century. London & New York: Bloomsbury Continuum, 2019.

Soper, G. A. “**The lessons of the pandemic**”. Science 49, 501–506 (1919), texto que tomamos contato a partir do seguinte artigo: “Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response” Jay J. Van Bavel and others, Nature Human Behavior, 2020. <https://www.nature.com/articles/s41562-020-0884-z.pdf>

# HISTÓRIA E PANDEMIAS: ALGUMAS QUESTÕES. DISCUTINDO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS<sup>5</sup>

---

Edson Silva<sup>6</sup>

## Introdução

Em meados de abril/2020 a imprensa noticiou os primeiros casos de indígenas infectados com a Covid-19, também chamado Coronavirus, em Pernambuco. Uma criança recém-nascida do povo indígena Pipipã faleceu em um hospital na cidade de Floresta e o indígena Pankararu Fagner Luciano, que trabalhava como enfermeiro em um hospital em Arcoverde também foi contaminado e curado posteriormente. Possivelmente, essas informações deixaram muitas pessoas surpresas, pelo constatável desconhecimento generalizado sobre os povos indígenas. A Covid-19 atingiu os povos indígenas em nosso país e infelizmente com o falecimento de muito indígenas. A imprensa também noticiou a alarmante situação com muitos mortos em Manaus. Dentre os falecidos,

---

<sup>5</sup> As reflexões apresentadas nesse texto baseiam-se na exposição durante a mesa de diálogos “História e Epidemias: algumas questões”, ocorrida em 26/05/2020, por ocasião do IV Simpósio de História: História, Pandemia e Esperança, realizado virtualmente pela AESA/CESA (Arcoverde-PE). Agradeço ao Prof. Dr. Augusto César Acioly (AESA), o convite e a oportunidade para participação no prestigioso evento.

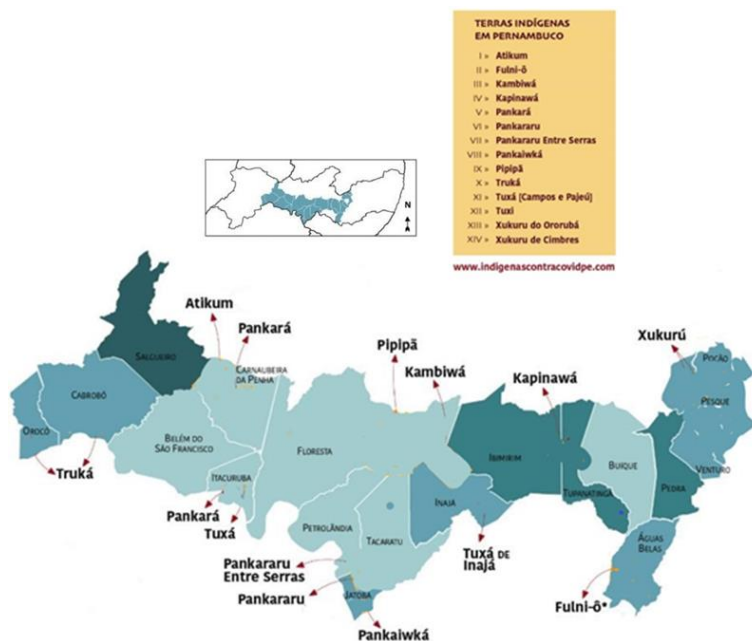
<sup>6</sup> Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP. Professor no Centro de Educação/Col. de Aplicação-UFPE; docente no Mestrado Profissional em Ensino de História/PROFHISTORIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História na UFCG (Campina Grande/PB). E-mail: edson.edsilva@hotmail.com

vários eram indígenas habitantes naquela cidade, assim como em outras capitais e centros urbanos no país.

As informações noticiadas sobre os primeiros casos de indígenas contaminados pelo Coronavírus em Pernambuco, além de remeterem a várias questões relativas sobre as políticas públicas de saúde e de uma maneira em geral destinada aos povos indígenas também suscitam muitas perguntas sobre esses povos. Quem são? Onde habitam? Como vivem? Quais seus direitos? Como se relacionam com a nossa sociedade, com o Estado e as autoridades públicas? Quais são e como são as políticas públicas destinadas aos indígenas? Quais as participações dos indígenas no processo de discussões, implementação e execução? Essas políticas públicas são eficazes e eficientes?

O território habitado pelo povo indígena Pipipã está situado entre os municípios de Floresta, Inajá, Petrolândia e Tacaratu. O povo Pankararu habita na Terra Indígena Pankararu e na Terra Indígena Entre Serras Pankararu entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. Na atualidade os 14 povos indígenas em Pernambuco habitam o Semiárido em território localizados nas áreas de serras como a Serra do Ororubá (Pesqueira), a Serra Negra (Tacaratu, Floresta e Inajá), a Serra Umã (Carnaubeira da Penha), a Serra do Periquito (Ibimirim), a Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha); nos brejos como em Pesqueira e Tacaratu; em vales como o Vale do Catimbau (Buíque), próximos aos rios como o Ipojuca, o Ipanema, o Moxotó e o São Francisco; as margens e em ilhas do rio São Francisco em Cabrobó e Orocó. Em 2019 a população indígena no estado contabilizava mais de 60.000 indivíduos (IBGE, 2010). Apresentamos abaixo um mapa com os povos indígenas em

Pernambuco, adaptado do publicado Boletim 07 (05/05/2020)<sup>7</sup> da Rede de Monitoramento de Direitos Indígenas em Pernambuco/REMDIPE.



## Quem são os índios?

De maneira em geral ainda persistem concepções, ideias, imagens equivocadas afirmando que os indígenas foram quase todos exterminados com a colonização portuguesa, restando alguns poucos na Região Norte ou no Xingu, mas também condenados aos desaparecimento diante da inexorável marcha da “civilização” e os ditames do progresso. Ou ainda

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.indigenascontracovidpe.com/boletim-07>. Acesso em 20 jun. 2020.

visões sobre os índios congelados em 1500, quando ocorreu “o descobrimento”, não reconhecendo os indígenas atuais por não serem “autênticos” como os indígenas naquele momento inicial do Brasil.

Ou também de forma equivocada muitas pessoas acreditam que os indígenas foram “aculturados”, integrados a nossa sociedade pela mestiçagem, uma explicação fácil para pensar a História do Brasil. Nessa perspectiva, os atuais indígenas em Pernambuco, no Nordeste, são chamados de “caboclos” que insistem em afirmar uma identidade indígena sem autenticidade e de forma oportunista reivindicam direitos, sobretudo a demarcação de terras supostamente ameaçando o crescimento de cidades do interior e as propriedades privadas de fazendeiros, como pensa ainda muita gente.

São concepções equivocadas que também ora enfatizam os índios com uma visão romantizada, ora como exóticos ou folclorizadas destacando “a cultura”, os adereços, as danças e as “nossas heranças indígenas”. Reduzindo os indígenas “ainda existentes” a simples produtores de espetáculos culturais, para consumidores, de várias tendências políticas, ávidos em apreciá-los, fotografá-los, exhibi-los nas mídias sociais. São ideais, imagens e concepções, expressas por renomados colegas professores, pesquisadores e estudantes em diferentes áreas do conhecimento e, de forma surpreendente, até mesmo nas Ciências Sociais e Humanas!

Após a Lei de Terras em 1850 determinando o registro em cartórios de todas as propriedades no país aumentaram dos esbulhos das terras de antigos aldeamentos indígenas no Nordeste. As câmaras municipais, onde a maioria dos vereadores eram invasores nas terras indígenas,

sistematicamente solicitavam aos governos provinciais as terras dos aldeamentos para serem incorporadas como patrimônio, com a justificativa que os índios estavam “confundidos com a massa da população”, logo não existiam razão para continuação dos aldeamentos. Os indígenas oficialmente e no senso comum foram chamados de “caboclos” e considerados integrados as populações regionais vizinhas aos antigos aldeamentos.

Os governos provinciais autorizados pelo Governo Imperial, a partir de 1870, atendendo os inúmeros pedidos dos invasores das terras indígenas, decretaram a extinção oficial dos aldeamento indígenas no Nordeste. Com o fim dos aldeamento em Pernambuco, alguns os indígenas tornaram-se trabalhadores explorados nas fazendas dos invasores, a oligarquia local, legitimados nas terras indígenas. Outros indígenas dispersaram-se formando conhecidos bairros pobres periféricos na zona urbana de cidades próximas as aldeias, foram para municípios circunvizinhos ou regiões mais distantes. A partir desse período, em Pernambuco existiam vagas referências aos “caboclos” nos municípios como Pesqueira, Águas Belas, Floresta, Tacaratu, Cabrobó (SILVA, 2017).

Chamados de “caboclos” pelas autoridades, também no senso comum nos lugares onde existiram antigos aldeamentos, essa ideia do índio como “caboclo” foi ainda justificada em diversos estudos e por escritores locais e regionais. Todavia, o “caboclo” permaneceu índio, questionando as visões preconceituosas, as teorias explicativas do suposto desaparecimento indígena, isso por que vários povos indígenas no Nordeste, “invisíveis” desde fins do Século XIX, teceram uma história de resistência étnica afirmada nas primeiras décadas do Século XX, em razão das pressões com o avanço do latifúndio

sobre as pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, mobilizaram-se para exigirem os direitos as terras dos antepassados.

Os povos indígenas em Pernambuco e no Nordeste considerados extintos desde fins do Século XIX, a partir das primeiras décadas do Século XX pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Nas narrativas das memórias orais e em registros documentais sobre esses povos, encontramos relatos de viagens ao Rio de Janeiro, onde estava a sede do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a partir de 1967 à sede da FUNAI em Brasília/DF, para solicitarem o direito à instalação de um Posto do órgão indigenista em suas áreas indígenas, o que significava o fortalecimento das mobilizações pelo reconhecimento estatal e a reconquista das terras tradicionais.

A atuação do SPI no Nordeste através da 4ª Inspeção Regional (IR4) sediada no Recife com jurisdição desde Minas Gerais até a Paraíba, uma vez que na primeira metade do Século XX não eram reconhecidos povos indígenas em outros estados na Região, ocorreu com a instalação de postos indígenas e reconhecimento de pequenas glebas de terras para os indígenas como “ilhas”, em meio as fazendas de tradicionais invasores nos antigos aldeamentos (PERES, 2004). Situação ocorrida, por exemplo, com os Pankararu em Tacaratu e posteriormente com Xukuru do Ororubá, em Pesqueira. Se por um lado instalação de postos indígenas garantia o reconhecimento do povo indígena pelo Estado brasileiro, por outro não significava a demarcação das terras necessárias para os indígenas. Ocorria uma atuação assistencialista com a distribuição de remédios, tecidos, ferramentas agrícolas para



trabalhar na gleba de terras onde funcionava o posto e instalação de escolas para alfabetização.

Os estudos históricos e antropológicos recentes, buscam compreender como os diversos povos indígenas em diferentes contextos e situações sociohistóricas, elaboraram diferentes estratégias nos mais de cinco séculos de colonização. Nesse sentido, foi ampliada a ideia do próprio conceito de resistência, até então vigente, enquanto confrontos e conflitos bélicos, guerras com fins trágicos e a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações diferenciadas em contextos de dominação e violências socioculturais: as muitas formas de resistências no cotidiano, por meio de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, a hegemonia da dominação colonial. Questionado as visões sobre os indígenas como “povos vencidos” e as ideias do “genocídio” e do “etnocídio”, enquanto total destruição física e cultural como afirmam outros pesquisadores, a partir de novas abordagens vêm sendo estudadas as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas que traduziram, negociaram, adaptaram os códigos dos colonizadores para viver no mundo colonial.

A afirmação dos povos indígenas por direitos, sobretudo territoriais, a chamada “emergência étnica”, fenômeno que vem ocorrendo nas áreas mais antigas da colonização, onde existiram aldeamentos, a exemplo do Nordeste, foi também denominado pelas recentes reflexões antropológicas de “etnogênese”. Ou seja, o processo de emergência histórica de um povo que se auto identifica em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições socioculturais, muitas das quais apropriadas da

colonização e relidas a partir dos horizontes indígenas, como é possível observar em pesquisas realizadas sobre os povos indígenas em Pernambuco (SILVA, 2017).

## **O lugar dos índios**

O Censo IBGE/2010 constatou parcelas consideráveis da população indígena habitando as capitais afora, em cidades de médio e pequeno porte vizinhas às aldeias/territórios indígenas. Com isso, pôs em questão uma das concepções mais arraigadas ao pensarmos os índios no Brasil: as intrínsecas relações com a floresta, o campo, o mundo rural onde está localizada a maioria das aldeias/territórios indígenas. A estimativa oficial contabilizou que cerca de 36% dos índios no país estão urbanizados, não significando necessariamente que os índios sejam moradores das cidades, mas que muitas delas avançam sobre os territórios indígenas (BRASIL, 2010).

Historicamente, os deslocamentos dos indígenas para as cidades ocorrem por migrações forçadas em razão de conflitos, perseguições e violentas expulsões de suas terras e pela busca de melhores condições de vida, tendo em vista, por exemplo, as condições ambientais (como é o caso da região Nordeste, que enfrenta períodos de longas estiagens ou secas prolongadas, provocando o êxodo para as cidades de moradores no campo). O citado Censo qualificou a pesquisa em relação aos índios quando introduziu questões referentes ao pertencimento étnico, à língua falada e ao domicílio. Os resultados censitários caracterizaram três situações sobre os indígenas no Nordeste: a primeira correspondendo às populações habitando em terras indígenas; a segunda, aos

índios vivendo nas capitais, nos grandes centros, em áreas urbanas próximas às aldeias/territórios indígenas, mantendo constantes laços sociais e afetivos com estes; e a terceira, às “pessoas que se autodeclararam indígenas, mas cuja sociabilidade não está primordialmente dirigida para a aldeia, nem para a cidade” (OLIVEIRA, 2011, p. 679).

O Censo também contabilizou que, das 60.995 pessoas que se autodeclararam indígenas em Pernambuco, onde 13.414 habitavam “fora de terras indígenas”, sendo 3.665 no Recife e na região metropolitana (BRASIL, 2010). E nos Censos realizados pelo IBGE foram registrado os seguintes números de indígenas habitando no município de Arcoverde: em 1999, 11 índios; em 2000, 168 e em 2010 contabilizados 400 indígenas. Os números citados, além de questionarem visões corriqueiras sobre os lugares de habitação dos indígenas, evidenciaram um “incômodo” para as autoridades governamentais: como lidar e atender às reivindicações desses indígenas residentes nos ambientes urbanos?

Para o poder público, uma primeira questão trata-se de atribuir uma classificação para esses indígenas: “índios na cidade”, “índios urbanos” ou “índios desaldeados” (NUNES, 2010), sendo a categoria “desaldeados” considerada pejorativa e, por isso, bastante criticada pelos indígenas. A presença dos índios no universo urbano, por um lado, denuncia a falência das políticas indigenistas oficiais em não demarcar as terras indígenas, o que em muito mitigaria os deslocamentos para as cidades; por outro lado, vem se constituindo em um desafio para os estudos e as pesquisas sobre a temática indígena, na compreensão sobre os indígenas que se reinventam em um novo ambiente, a cidade.

## **Mobilizações indígenas por direitos**

Os povos indígenas em Pernambuco e no Brasil enfrentam várias violências, perseguições com assassinato de lideranças e invasões do territórios mesmo os oficialmente demarcados. As violências ocorrem com a omissão, conivência e incentivo das autoridades públicas. E no atual cenário sociopolítico, como parte da agenda política conservadora, foram paralisados todos os processos de demarcações das terras indígenas no país. No Congresso Nacional a bancada do agrohidronegócio busca a aprovação de leis para supressão dos direitos conquistados e garantidos aos índios pela Constituição Federal de 1988.

Os povos indígenas estão organizados por todos o país. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB foi fundada em 2005, é sediada em Brasília/DF e tem como um dos objetivos “fortalecer a união dos povos indígenas, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país”,<sup>8</sup> além de unificar o movimento indígena nas mobilizações, reivindicações e contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas. Os povos indígenas em Pernambuco participam da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo/APOINME, criada em 1990 e com sede em Olinda/PE é uma das organizações indígenas que faz parte da APIB.

A APIB articula anualmente o Acampamento Terra Livre/ATL em Brasília/DF. Apesar das muitas ameaças repressão policial, o XV ATL ocorreu de 24 a 26 de abril/2019 com cerca 4 mil índios de mais de 170 povos, vindos de todas

---

<sup>8</sup> <http://apib.info/apib/> Acesso em 21 jun.2020

as regiões do país que com apoio da sociedade civil, intelectuais, pesquisadores, ocuparam a Esplanada dos Ministérios. Foram realizadas passeatas, atos públicos, audiências no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal/STF, nos ministérios, entrevistas para imprensa nacional e internacional, onde os indígenas afirmaram as reivindicações e direitos por uma Educação e Saúde diferenciadas, a demarcação das terras, o domínio, uso e controle dos recursos naturais e a proteção ao Ambiente nos territórios indígenas, dentre outros direitos.

No Documento Final intitulado “Resistimos há 519 anos e continuaremos resistindo”<sup>9</sup>, os indígenas dentre as reivindicações escreveram:

Manutenção do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, que é de responsabilidade federal, com o fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a garantia da participação e do controle social efetivo e autônomo dos nossos povos e as condições necessárias para realização da VI Conferência Nacional de Saúde Indígena. Reiteramos a nossa posição contrária a quaisquer tentativas de municipalizar ou estadualizar o atendimento à saúde dos nossos povos.

E encerraram o documento afirmando:

Seguiremos dando a nossa contribuição na construção de uma sociedade realmente democrática, plural, justa e solidária, por um Estado pluricultural e multiétnico de fato e de direito, por um ambiente

---

<sup>9</sup> Carta Final do 16º Acampamento Terra Livre disponível em: <http://apib.info/2020/05/10/carta-final-da-assembleia-de-resiste%cc%82ncia-indigena/> Acesso em 21. jun. 2020.

equilibrado para nós e para toda a sociedade brasileira, pelo Bem Viver das nossas atuais e futuras gerações, da Mãe Natureza e da Humanidade. **Resistiremos, custe o que custar!** (Grifado no original).

Em 2020 devido a pandemia da Covid-19 a 16ª edição do Acampamento Terra Livre foi realizado on-line de 27 a 30 de abril. Na programação foram discutidos vários temas como gestão dos territórios, direitos, juventude indígena, comunicação, mudanças climáticas, aumento do desmatamento, processos migratórios dos povos indígenas no Acre, estereótipos e racismos nas “representações” indígenas, mineração e garimpo ameaçando os povos indígenas, as mobilizações das mulheres indígenas, a visibilidade dos LGBTQi+ indígenas, estudantes indígenas, presos indígenas e a Covid-19 e, principalmente os impactos da pandemia entre os povos indígenas nas várias regiões no Brasil. Além de lives com pajelança, cantos, danças e uma mostra de filmes indígenas.

O evento foi divulgado na imprensa nacional e internacional. Na Carta Final com o título “A mãe terra enfrenta dias sombrios” os indígenas escreveram: “Somam-se mais de 30 etnias impactadas por vítimas fatais do covid-19 em todo território nacional, dentre as quais, em sua maioria de Idoso que são nossos tesouros vivos, nossa fonte de manutenção ancestral e cultural”.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas diante da pandemia:

São diversas as dificuldades a serem mensuradas no enfrentamento ao covid-19: escassez de água potável nos territórios indígenas para garantir as medidas sanitárias como recomenda a Organização Mundial

de Saúde; transporte para os casos mais graves por infecção da Covid-19; o deslocamento até as áreas urbanas para saques do auxílio emergencial; o respeito às recomendações sanitárias pelos órgãos no tratamento com os indígenas; o acolhimento adequado nas Casais<sup>10</sup> e outros...

E concluíram: “Em tempos de pandemia a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois a cura estará não apenas no princípio ativo, mas no ativar de nossos princípios humanos...”. Dessa forma enfatizando o lugar, os significados e necessária importância dos povos indígenas para a própria existência da humanidade!

A Covid-19 avançou na Região Norte com diversos povos infectados e lideranças idosas mortas. Provocando muita tristeza e apreensão entre os indígenas. Em Manaus dentre os muitos mortos estavam indígenas habitando naquela capital. No interior da Amazônia a situação também era bastante caótica. A exemplo entre os Munduruku, onde até o dia 08 de junho/2020, tinha morrido 12 indígenas, sendo 11 idosos. Em 22/06/2020 o site da APIB informava que foram confirmados 7.072 indígenas infectados, 331 mortos e que 102 tinha sido atingidos pela Covid-19, onde “Condições particulares afetam essas populações, como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, seja pela distância geográfica, como pela indisponibilidade ou insuficiência de equipes de saúde”.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Casas de Apoio à Saúde Indígena/CASAIS, existentes nas capitais e centros urbanos para acolhimento de indígenas em tratamento de saúde nos hospitais.

<sup>11</sup> [https://covid19.socioambiental.org/?gclid=EAlaIqobChMIjr7QlcaV6gIVBoGRCh3ffwtjEAAAYASAAEgJSI\\_D\\_BwE](https://covid19.socioambiental.org/?gclid=EAlaIqobChMIjr7QlcaV6gIVBoGRCh3ffwtjEAAAYASAAEgJSI_D_BwE) Acesso em 22 jun. 2020.

Em Pernambuco, indígenas, pesquisadores e aliados reunidos na Rede de Monitoramento de Direitos Indígenas em Pernambuco/REMDIPE, publicam semanalmente boletins analisando a situação da pandemia nos territórios indígenas no estado. No Boletim 08 divulgado em 15/06/2020 informava um total de 131 casos confirmados de indígenas infectados com o Covid-19 e a ocorrência de 10 óbitos.<sup>12</sup> A situação mais grave ocorria entre os Fulni-ô, habitantes em Águas Belas, como maior número de mortos e contaminados. O Boletim alertava também para a interiorização da Covid-19 e com possíveis maiores incidências nos territórios indígenas no estado. Por conta própria os indígenas bloquearam o acesso de não indígenas e restringiram também a circulação nos territórios indígenas, como forma de prevenção a pandemia. Uma situação que evidencia a falência de políticas públicas para a saúde indígena, agravada com as situações de conflitos, invasões e não demarcação dos territórios indígenas.

### **Consideração finais: povos indígenas, sociodiversidades ensino em tempos de Pandemia**

Na História do Brasil desde os primeiros anos da colonização várias doenças e epidemias com varíola, sarampo e gripes atingiram os povos indígenas provocando centenas de mortes (MONTEIRO, 1994). Em meados do Século XIX uma epidemia de cólera partir do Porto do Recife atingiu toda a Província de Pernambuco. Em 1856, durante o ritual do Ouricuri, quando os Fulni-ô ficam reclusos longe dos não indígenas, o

---

<sup>12</sup> Informações em <https://www.indigenascontracovidpe.com/boletim-08-remdipe> Acesso 22 jun. 2020



surto de cólera que reduziu a população de 738 pessoas para 382 indígenas (BRAGA, 2010, p.17). Mas, muito povos indígenas resistiram a colonização e suas muitas mazelas. E como afirmaram na Carta Final do ATL/2020, “Resistiremos, custe o que custar!”.

Diante do desconhecimento generalizado sobre os povos indígenas, as desinformações, os equívocos e preconceitos, o cenário sociopolítico que estamos vivenciando no Brasil e as situações vivenciadas dos povos indígenas, são desafios para reflexões no âmbito da Educação, nas escolas, nos processos de ensino-aprendizagens sobre a temática indígena (SILVA, 2012). O ambiente escolar seja na Educação Básica, seja em nível universitário nos vários cursos de formação de professores, exigem discussões que contribuam para compreensão desse cenário. A Lei nº 11.645/2008 determinou na inclusão nos currículos da Educação Básica a história e culturas dos povos indígenas (BRASIL, 2008).

Em 18/04/2016, o Diário Oficial da União publicou como Despacho do Ministro da Educação o Parecer nº 14/2015. Apresentado pela Conselheira e Relatora a indígena Potiguará (CE) Rita Gomes do Nascimento, o Parecer fora aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 11/11/2015. Observando em linhas gerais, o texto do Parecer discorreu sobre a temática da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica e o contexto legal na promoção de políticas públicas, evidenciando ações realizadas pelo MEC e por algumas instituições de Educação Superior para implementação da Lei nº 11.645/2008, embora persistindo a reprodução de estereótipos sobre os povos indígenas (SILVA,2019).

O pouco divulgado e conhecido Parecer do CNE nº 14/2015 sobre o ensino da temática indígena, em suas conclusões, enfatizou a importância do papel das “instituições formadoras de professores e seus estabelecimentos de ensino” para efetivação da Lei nº 11.645/2008, contribuindo para superação de preconceitos e o (re)conhecimento das sociodiversidades indígenas existentes no Brasil. Cabendo, portanto, os cursos de formação de professores as universidades sejam públicas ou privadas, investirem e contribuir para discussões, ampliando os conhecimentos e a compreensão sobre as sociodiversidades indígenas. Estimulando a solidariedade, o apoio efetivo as mobilizações para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

## **Referências**

BRAGA, Palloma Cavalcanti Rezende. **Corpo, saúde e reprodução entre os índios Fulni-ô**. 2010. 70f. Dissertação (Mestrado Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro--Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.

10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Parecer CNE/CEB nº 14/2015, Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília/DF, p. 43, 18 abr. 2016.

IBGE/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 653-687.

PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 93-137.

SILVA, Edson. Índios: pensando o ensino e questionando as práticas pedagógicas. **Instrumento - Revista em Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 21 n.2, p. 168-186, 2019.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 7 n° 1, p. 147-172, 2017.

SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: reconhecendo as sociodiversidades nos currículos com a Lei 11.645. In: ROSA, Adriana; BARROS, Natália (Orgs.). **Ensino e pesquisa na Educação Básica**: abordagens teóricas e metodológicas. Recife: EDUFPE, 2012, p. 75-87.

# “RIACHO DAS PESTES”: O MITO FUNDADOR E AS MEMÓRIAS ORAIS SOBRE AS EPIDEMIAS NO MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS-PE

---

Julyana Nascimento de Andrade<sup>13</sup>  
Mário Emmanuel de Oliveira Ramos<sup>14</sup>  
Alecsandra Maria de Oliveira<sup>15</sup>  
José Almir do Nascimento<sup>16</sup>

## Introdução

*Nossa felicidade está para sempre ameaçada,  
pois o bacilo da peste não morre nem desaparece  
pode ficar dormente por anos e anos*

Albert Camus

Este texto surgiu da necessidade de contextualização histórica da cidade de Riacho das Almas, situada no Agreste de Pernambuco, como imperativa para a aproximação do campo de pesquisa de Iniciação Científica, tendo como título “O despertar

---

<sup>13</sup> Licencianda em História pela ASCES/Unita (Caruaru/PE). E-mail: julyananascimento21@hotmail.com

<sup>14</sup> Licenciando em História Pela UFRPE. E-mail: emm-mario@hotmail.com

<sup>15</sup> Licenciada em Ciências Sociais (FAFICA/Caruaru). Com Especialização em Epistemologia e História (FAFICA) e em Culturas e História dos Povos Indígenas (UFRPE). Professora na Educação Básica, atuando no ensino público municipal em Riacho das Almas/PE. E-mail: alecsandraoliveira05@gmail.com

<sup>16</sup> Doutor em Educação e Mestre em Educação (UFPE). Especialização em Ciência Política (UNICAP). Licenciado em Ciências Sociais (FAFICA). Professor do colegiado de Pedagogia da Universidade de Pernambuco (UPE)-Campus Petrolina/PE. E-mail: josealmirdonascimento@gmail.com

de si: relações de gênero e convivência com as Irmãs Cordimarianas no município de Riacho das Almas - PE, entre os anos de 1982 e 1997”.

A necessidade de cumprir tal exigência, possibilitou a aproximação e agregação desta pesquisa aos conteúdos vivenciados como componentes curriculares, no ensino de História na rede municipal de ensino em Riacho da Almas. Na ausência de subsídios para discussões dos conteúdos, os professores têm recorrido às narrativas orais, fazendo da memória coletiva um importante meio para o (re)conhecimento dos processos históricos no município.

Às “narrativas épicas” que vão formando a identidade e unidade das narrativas históricas sobre o município de Riacho das Almas, caracterizamos como mitos fundadores que significam antropológicamente “soluções imaginárias para as tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p. 9). Desse modo, tratando-se de uma releitura de situações históricas ocorridas, mesmo tendo que desloca-los do contexto originais, como ocorre nas narrativas sobre o referido município.

As narrativas das memórias orais misturam informações sobre situações e imagens fantasiosas. Portanto, no imaginário sobre as pestes que assolaram a região agreste entre 1890 e 1910, se retroalimenta a pedra fundamental para dar o sentido ao próprio nome da cidade: a construção de necrópoles e sua destruição, forçando a mudança do povoado inicial para Riacho das Almas. Por essa característica tão peculiar, e envoltos no contemporâneo contexto pandêmico, voltamos aos narradores de nossa pesquisa, posto que tínhamos um novo problema a ser enfrentado, e quisemos saber: quais as similitudes narrativas

entre a peste atual (covid-19) e aquelas que atingiram o município no fim do século XIX e início do século XX?

As informações também foram pesquisadas em textos produzidos para apoio didático, mais entrevistas com idosos residentes desde o surgimento da cidade e são referendados como guardiões da memória local. Classificamos as entrevistas pela vogal E (entrevistados), seguidos de um número ordinal (E1, E2, E3 e/ou E4). As entrevistas foram devidamente catalogadas e tratadas a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), colocando-nos numa posição não apenas de ouvintes passivos dos discursos, mas de intérpretes das narrativas postas.

Assim, este texto teve como macro objetivo identificar as correspondências discursivas entre as pestes ditas fundantes de Riacho das Almas e a pandemia do covid-19, a partir dos relatos das memórias orais de moradores idosos locais. Para tanto, abordamos um relato da formação histórica do município, tratando das pestes do fim do século XIX e início do século XX, por meio de pesquisas históricas. Também apresentando alguns apontamentos sobre a busca de respostas e as correlações religiosas-mitológicas, e por fim, apontando as possíveis relações entre as narrativas e os discursos de afirmação das pestes.

### **Quase só restaram as almas: épocas de prolongadas penúrias de mortes**

Não obstante o peculiar topônimo, à livre associação faz de Riacho das Almas um dos locais mais inóspitos no memorial coletivo. A mitologia grega antiga, anotava que na terra do deus

dos mortos – Hades – havia cinco rios onde as almas precisam atravessar, para chegar ao local onde passariam a eternidade. Em uma narrativa romanceada (FERDANDES, 2008), Riacho das Almas ambientou os conflitos por justiça, requerida pelo espírito de um juiz assassinado. Na descrição destas terras, existe um rio encantador, “de límpidas águas tranquilas” propícias ao amor. Mas, foi o filme Abril Despedaçado (SALLES, 2002) que mais construiu um imaginário coletivo nacional sobre o lugar, embora tratasse apenas de um homônimo: “Riacho das Almas, onde se tinha um riacho e ficaram só as almas. Em cima do chão e debaixo do sol”.

Mas, Riacho das Almas não seria, senão em função da peste. É que, a urgência na construção de cemitérios semeou pelos recantos do município a justificação do seu batismo, antes alcunhada de Riacho das Águas, como consta no hino municipal:

Hoje, és Riacho das Almas,  
Assim Ananias te batizou.  
Quando pela peste foste atacada  
Por São Sebastião teu povo invocou.

O citado Ananias era o padre responsável pela “desobriga” nesta região, e imprimindo um discurso justificado pela fé, conforme o lugar que ocupava na sociedade, sugeriu a substituição do antigo nome da localidade (FERREIRA, 2004). Diante do lugar que ocupava, sua sugestão foi irrecusável. Situação possível de ser caracterizada como:

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em



qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência (CHAUÍ, 1997, p. 7).

Portanto, a partir do informado no Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM, 2020), sob três pretextos ocorreu a mudança do topônimo, em 1905. O primeiro, foi o motivo alegado por Ananias que “o nome primitivo era de animal”; depois, em virtude de “um cemitério ter sido construído à beira do riacho” e destruído pelas chuvas, algum tempo depois. E um autor escreveu que:

Muita gente afirma que foi aquele padre o responsável pela mudança do nome do lugar, de Riacho das Éguas para Riacho das Almas. A mudança também seria em homenagem às almas dos mortos, que foram muitos e, provavelmente, nenhuma família deixou de ser atingida por aquela *epidemia* (FERREIRA, 2004, p. 17)

A epidemia em questão, tratava-se da peste bubônica (ou febre tifoide) que afetou mortalmente diversos lugares no Agreste pernambucano, entre os quais a região que se tornaria Riacho das Almas.

Localizado no Semiárido pernambucano o município de Riacho das Almas está a 136 km da capital do estado, Recife. O território atual, se estende por aproximadamente 313 Km<sup>2</sup>,

ocupando áreas que outrora pertenciam a domínios políticos e territoriais distintos. Uma parte, margeada pelo Rio Capibaribe, remonta do processo de interiorização da colonização portuguesa, em meados do século XVII; outra parte – aquela que se configurou na sede do município – remonta ao final do século XIX, a partir da construção da fazenda de gado do Coronel Joaquim Bezerra, no ano de 1875, com as pessoas escravizadas (NASCIMENTO et. al. 2018).

Estas duas regiões têm trajetórias políticas, econômicas e mitos de fundação distintos entre si, agrupando-se como território unificado apenas quando se tornou um único município, desmembradas do município de Caruaru, por força da Lei Estadual em dezembro de 1953. Apesar disso, Joaquim Bezerra é considerado o fundador de Riacho das Almas, mesmo que tenha falecido antes que o município fosse emancipado (faleceu entre 1896 e 1900, não se sabe se vitimado pela peste).

Apesar da chegada de Joaquim Bezerra em 1875 em Riacho das Almas, é provável que pessoas habitassem as proximidades da fazenda, remontando ao primeiro mito de origens da cidade: a construção do cemitério, entre 1887 e 1888. Possivelmente a construção de um cemitério configurou-se como necessidade da própria fazenda, porque embora até meados do século XIX as igrejas eram lugares públicos de sepultamento (NASCIMENTO, 2019), não existia templos na localidade. Talvez, o rápido crescimento populacional local exigiu a necessidade da necrópole: “uma comunidade só decidiria pela construção de um cemitério se houvesse, de fato, necessidade dele. Isto é, se estivesse acontecendo muitas mortes e o povo não tivesse onde enterrar seus mortos” (FERREIRA, 2004, p. 15).

Este cemitério construído nas margens do regato nomeado por “Riacho das Éguas”, fora destruído, possivelmente pelas fortes chuvas registradas em 1897, que também arruinou os investimentos agroindustriais realizados por Joaquim Bezerra (CONDEPE/FIDEM, 2020). Ocorrência que marcou significativamente o imaginário social dos munícipes riachenses, com narrativas fantásticas sobre o ocorrido. Compõem-se como um dos mitos originários mais fortes, associados somente pela peste livrada por São Sebastião.

Importante destacar que em 1902, foi registrado um surto de peste bubônica em Pernambuco. Desde Recife para o interior, atingindo Caruaru, o que podemos compreender, devido a composição administrativa da época, em Riacho das Almas.

“A doença aportou no Recife em março de 1902, trazida por um navio austríaco, e ganhou força no interior de Pernambuco, pegando carona no trem (inaugurado em 1895)” (NASCIMENTO, 2019, s/p), entretanto, a doença não chegou em Caruaru antes de 1913 (TAVARES, 2008). Discutindo sobre os três grandes períodos a peste bubônica (*bacilo Yersinia pestis*) infligiu pavor mundial, destacou, um autor ressaltou que:

O Recife conviveu com a peste até 1924. Por outro lado, a partir de 1913 ganhou força no Interior, começando por Caruaru e São Caetano. Até 1936, mais de 40 municípios tinham registros. Um dos episódios mais dramáticos aconteceu em Triunfo, que teve 2,3 mil casos registrados e 1,4 mil mortes entre 1926 e 1927. A última epidemia no Estado data dos anos 1960. No Brasil, o último surto foi na Paraíba, em 1986. E o último diagnóstico no País foi em 2005, no Ceará (COUTINHO, 2017).

Portanto, apesar de fatal e fácil disseminação, talvez a peste que esteja no imaginário coletivo riachense tenha ocorrido alguns anos antes, em janeiro de 1856. Pois, “uma devastadora epidemia de cólera invadiu o Recife e, em seu momento mais trágico, provocou mais de cem mortes diárias em uma população de cerca de 70.000 habitantes” (FARIAS, 2011, p. 1).

Em artigo de opinião, publicado no “Diário de Pernambuco”, foi destacado que “num único dia, foram sepultados 133 cadáveres no cemitério público de Santo Amaro. Em maio, o número de óbitos já alcançava 3.338”, o equivalente a cerca de 5% da população do Recife à época. Enquanto “no restante da província, as vítimas do cólera já somavam 32.586 mortos oficiais” (SILVA, 2020).

Existindo uma descrição mais detalhada daquele momento:

Em Caruaru [Riacho das Almas], a doença chegou por via terrestre e o ataque foi avassalador. Em poucas semanas, inúmeras pessoas morreram vítimas da peste. Os sepultamentos, antes cercados de pompas fúnebres, eram realizados rapidamente. Na capital e no interior da província, a população foi tomada pelo pânico. Muitos fugiam na tentativa de evitar a contaminação. Em meio ao desespero, abandonavam os parentes doentes à própria sorte e, por vezes, chegavam a deixar os cadáveres insepultos apodrecendo nas casas, nas ruas e nas estradas. A epidemia não só matava como provocava medo e desordem (NASCIMENTO, 2019, s/p).

Além disso, há registros de outras necrópoles nas proximidades de onde se formou a cidade de Riacho das Almas, o que não teria justificativa se não ocorresse em períodos

anteriores à chegada de Joaquim Bezerra, bem como condiz com a explicação em narrativas orais sobre um dos cemitérios:

Os relatos que ouvi de pessoas confiáveis, e que moravam nessa região, é que eram tantos mortos chegando para serem enterrados que não havia tempo de abrir novas covas. O jeito era enterrar mais de uma pessoa na mesma sepultura. Depois, para que nenhuma pessoa ou nenhum animal pudesse mexer, eram colocadas grandes pedras sobre a cobertura de terra (E1).

As referências à peste não foram observadas nos relatos sobre os cemitérios construídos na sede da fazenda de Joaquim Bezerra, nem na posteridade. E é por isso, que tratamos dos acontecimentos narrados nas origens da cidade, na perspectiva de mitos de fundação. Retomando a perspectiva sobre os mitos de fundação, assim como as ideias, os espaços também são inventados e mascarados de acordo com as narrativas que se cria dele e sobre ele (CHAUÍ, 2000). Desse modo, os mitos apresentam aspectos importantes para a compreensão sobre o processo de povoamento local, mas as contribuições para entender o surgimento da cidade são limitadas.

Isso porque o mito cria uma fundação artificial negando as contradições presentes em nossa sociedade, desviando o foco, emulando as raízes de nossos problemas, heroificando personagens e escamoteando as explorações constitutivas de uma sociedade de classes. Confluindo como aspecto indissociável dessa constituição, a sacralização política, ou da própria leitura da sociedade. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica das relações sociais, na

manutenção, quase sem resistência do *status quo* de uma elite ou o pensamento hegemônico.

Afirmamos que, os mitos de fundação de Riacho das Almas, não encontram questionamentos sobre o caráter exploratório do “bom senhor de engenho” que trouxe um punhado de gente negra, sujeita à exploração. Não há registros, sequer orais, sobre a presença negra em Riacho das Almas enquanto escravizados. Nem pós-Lei Áurea. Assim se configurando, pensamos que os mitos de fundação realocaram a peste do tempo histórico, possibilitando auferir os “grandes feitos” do coronel Joaquim Bezerra à condição de fundador da cidade de Riacho das Almas, que tendo cumprido esse papel saiu de cena, sem que sequer fosse registrada a data e a razão de sua morte.

Retomando o fio de nosso texto, citamos o que escreveu um pesquisador: “dizem que, por conta da epidemia houve uma comoção coletiva que envolveu muita gente do lugar. Caso a doença chegasse ao término, se comprometeram – em forma de promessa – de construírem uma capela sob invocação a São Sebastião” (FERREIRA, 2004, p. 16), tendo a pedra fundamental sido lançada em 1905, portanto, talvez, antes de o grande surto da peste bubônica no interior do estado.

**“Oh Sebastião bendito, protetor desta cidade!  
Livrai-a da fome, peste e guerra”**

O temor da peste, do sofrimento com o medo do contágio e da aflição pela perda dos entes queridos, se reverteu em fervor religioso. Assim, as pessoas começaram a rezar e fazerem promessas para São Sebastião, para garantir proteção, cura aos arrasados pela epidemia e afugento para a doença. A

capela dedicada ao santo, inaugurada em 1912, além de ser o edifício mais antigo em Riacho das Almas, é um marco físico, no coração da cidade, da passagem da epidemia [do cólera] pela localidade – apesar das duas reformas que descaracterizaram a arquitetura original. Mas, longe de ser algo localizado, a devoção à São Sebastião foi bem popular, em todo o país, pois pelo menos, desde século IV, o santo era invocado no combate às epidemias, com notório destaque no combate à peste negra.

Segundo a tradição católica, São Sebastião viveu no século III, atuando como capitão do exército romano na época de Diocleciano. Denunciado por ser cristão, Sebastião foi condenado pelo imperador a ser atravessado por flechas, sendo martirizado na cidade de Roma, por volta do ano de 288. Uma rica iconografia o representa como um jovem de torso nu, amarrado em uma árvore e crivado de flechas (ALEXANDRE, 2009, p 5).

No Brasil, a crença em São Sebastião veio com os colonizadores portugueses (SALOMÃO, 2009), que trouxe para o país o ideário do catolicismo português, regado por uma religiosidade fantástica alimentando diversas narrativas controversas, marcadas pelo misticismo lendário e heroicidade dos bravos guerreiros do Senhor. Por isso, a presença do santo seguiu várias narrativas de bravura, como quando foi visto pessoalmente, lutando ao lado dos portugueses contra os franceses, na “Batalha das Canoas”, em 1566 (GOMES, 2012).

A confluência dos problemas dos empobrecidos, especialmente no Nordeste brasileiro, enfrentando a fome e a peste, associados aos movimentos messiânicos, dentre os quais “os sebastianistas”, tornaram São Sebastião um santo muito popular. Também, em decorrências dessas situações de

epidemias, são muitas paróquias com uma comunidade, pelo menos, dedicada à São Sebastião.

No caso de Riacho das Almas, o santo é padroeiro do município, e celebrado na maior festa popular local. E como previsível, os pedidos de oração e proteção incluem a fome, a peste e a guerra, como é possível observar no “Hino de São Sebastião”, bem como roga a repactuação fundada na lealdade.

Oh! Sebastião bendito  
Tudo enfrentaste na Terra  
Rogai a Deus que nos livre  
Da peste, da fome e da Guerra  
Oh! Sebastião bendito  
Aceitai minha oração  
Que eu sempre vos hei louvar  
De todo o meu coração

Igualmente, a Ladainha de São Sebastião – oração sob forma de preces litúrgicas, estruturada na forma de curtas invocações – fazendo a evocação a proteção contra a fome, a peste a guerra:

Oh São Sebastião  
Prova de amor nos deste  
Livrai-nos de todos os males  
Da fome, da guerra e da peste

O ponto central dessa consagração, está associada ao voto de compromisso perpétuo entre o devoto e o santo, retroalimentada pelas manifestações públicas de devoções. Em troca, espera-se uma proteção especial e divina contra o listado: a guerra, a peste e a fome, o que não é possível ocorrer de forma isolada. Observamos em seguida como essa tríade ocorre no léxico cotidiano.



## **As pestes nos relatos orais: aproximações e distanciamentos**

A atual pandemia covid-19 suscita memórias das narrativas de nossas infâncias, lembranças das cenas que imaginávamos ao ouvirmos os relatos e as narrativas das pessoas idosas, quando da nossa tenra existência.

Mas, antes de situarmos os relatos, é importante destacar que:

Ao se tratar de narrativas orais, pesquisador e pesquisados encontram-se nas expressões das experiências humanas, construtoras da própria identidade cultural. Mas, é o narrador que se faz personagem e autor da (sua) história, no próprio ato de narrar. Suas memórias são utilizadas como uma forma de entender a (própria) história vivida pelo sujeito (ANDRADE, 2019, p. 14).

Além disso, tendo presente ser impossível conhecer e saber de tudo que foi vivido à época,

(...) ou seja, é impossível assistir ao que passou, seguindo a continuidade do vivido, dos eventos e das emoções. E o que vale para nossas vidas vale evidentemente para o passado de uma forma geral: é impossível reproduzirem todos os seus meandros e acontecimentos os mais banais, tal qual realmente aconteceu. A história, como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou (ALBERTI, 2004, p. 13-14).

Afirmamos a despretensão de descaracterizar a condição mitológica das situações narradas, inclusive na dimensão sobrenatural e mística, mesmo com algum

questionamento no trato. Assim, abordaremos o tema sob a ótica dos narradores. As notícias sobre aberturas de covas e valas coletivas, a numerosa quantidade de caixões empilhados para o sepultamento imediato das pessoas que tiveram a vida ceifada pela atual pandemia (covid-19), possibilita uma correlação imaginativa e latente das ocorrências em Riacho das Almas, no século XIX. Como relatou E2,

A peste que atacou o Riacho das Éguas matou tanta gente que nem dava tempo para velar e nem enterrar, pois, o coveiro não dava conta da quantidade de corpos que iam ficando empilhados aos montes, esperando apenas às vezes de serem sepultados imediatamente.

Tratando sobre o período em Riacho das Almas, uma autora escreveu: “o pequeno povoado foi quase totalmente despovoado” (OLIVEIRA, 2004, p. 28). O que é confirmado por E3: “soube apenas, através de moradores antigos que a epidemia da peste bubônica dizimou muita gente”, porque “a morte era muito rápida” (E1).

E1 e E2 relataram que em decorrência da voracidade epidêmica, com mortes muito rapidamente, além do medo do contágio e devido ao alto número de sepultamento, não havia a conferência de morte do paciente. Ocorreu que

(...) em um dos dias durante a epidemia, anoiteceu e não houve tempo para enterrarem todos os mortos, que foram deixados no cemitério em covas abertas. No dia seguinte, ao retornarem para continuar o trabalho sepulcral, encontram um homem sentado, ainda com os sinais de vida. Talvez por causa de outra doença tenha desmaiado. A partir daí, resolveram que não enterrariam ninguém de imediato (E2).

De cadáver à sobrevivente, se realidade ou fantasia não sabemos, mas é um importante relato do imaginário coletivo. Situação que possibilita compreender como algumas notícias falsas disseminadas, também na atualidade, encontra fácil penetração no imaginário social, alimentando os mitos fundadores. Portanto, é possível que se aliem aspectos de um momento imaginário, como instantes originários. Mantendo-se vivo, dando sentido ao curso temporal, sustentando-o.

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu - e, por isso dá vida a as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiosincrasias, relatos pitorescos (ALBERTI, 2004, p. 14).

Todavia, a narrativa, é considerada por evidenciar as relações estabelecidas pelo binômio vida x morte, num circuito de extrema gravidade pestil naquele contexto. A insurgência contra as perdas precoces de vidas, a cultura traduzida pela experimentação de um “cristianismo triste” – que se configuram na dor e no sofrimento, situadas no luto e no tempo de despedida dos mortos suscita a eclosão de relatos perpetrados pelo fracasso da morte.

E1 apontou a dramaticidade da convivência com os doentes, vítimas da peste:

Inclusive, a minha bisavó, ela morreu vítima da peste bubônica e ela foi enterrada no mato. A doença era tão contagiosa também que tiravam de dentro de casa. Faziam uma campana, que era uma cabanazinha, fora de casa e colocava a pessoa. E quem cuidava dela era uma índia, que a gente dizia cabocla braba.

Sem a pretensão de questionar os relatos da entrevistada, mas com 77 anos, sua bisavó não foi contemporânea da peste bubônica. Mas, da peste colérica – o que (re)força o entendimento da narrativa como mito de fundação.

Uma série de medidas foram adotadas em Pernambuco para conter o avanço da peste colérica em 1856. “Sob o reinado do cólera, a Comissão de Higiene Pública de Pernambuco recomendou ao presidente da província que decretasse a suspensão das apresentações no Teatro” Santa Isabel (FARIAS, 2011, p. 10). E “o período carnavalesco assumiu características particulares em função do surto epidêmico que tomava a cidade naqueles dias” (Idem, p. 11), que “parece ter imperado foi um misto de alegria e medo” (Ibidem, p. 12).

Contudo, a festa aconteceu no início do mês de fevereiro (dias 3, 4 e 5), quando a epidemia ainda não demonstrava todo o seu furor. Nos dias que se seguiram, a cidade veria a vivacidade dos dias de festa se transformar em dias de profundo sofrimento, diante da devastação que lhe foi imposta pelo cólera (FARIAS, 2011, p. 12).

As medidas de isolamento social eram a forma de conter o contágio, também em Riacho das Almas. E1 explicou que “nesse tempo a gente não tinha essa recomendação de usar máscara, então a gente se afastava. Meu pai dizia assim:

‘era muito contagiosa. Ninguém pegava no outro’, ninguém sequer chegava perto”.

Os medos provocados pelas epidemias, estimulam a modificação dos comportamentos. Não apenas as relações entre os vivos, mas também com relação aos mortos, que passam a ser encarados como uma ameaça. O medo também é capaz de difundir a desconfiança em relação aos estranhos, ao próximo e à própria família (ARIËS, 2003).

O desconhecimento das causas da epidemia e a ausência da medicina fortaleciam a crença que era preciso recorrer às penitências, como a única forma de se combater o mal que se alastrava. Portanto, foi na fé que os moradores encontraram respostas para superar a desolação e medo, como evidenciado na narrativa de E3:

Tenho poucas referências dessa época. Mas, soube que pediam a proteção de Deus e de seus santos para livrá-los das doenças. Fizeram uma promessa, pedindo a intercessão de São Sebastião para acabar com esta doença. Então ergueram uma capela com devoção ao Santo, o que continua até os dias atuais.

Ao Santo, não apenas destinaram uma capela, mas parte das terras da antiga sede da fazenda do Coronel Joaquim Bezerra. Valores financeiros, doações de animais também se tornaram formas de agradecimento e pedidos de proteção contra as pestes. E2 lembrou que por muito tempo, após o fim da epidemia, “quando adoecia uma pessoa, corria, ia na igreja, lavava a imagem de São Sebastião. Quando chegava em casa, tomava a água e ficava bom. Era a fé que curava”.

Essa concepção religiosa da doença se enquadrava perfeitamente no imaginário popular da época, sobretudo em um lugar onde a religiosidade da população era tão aflorada e em um momento em que a ciência não oferecia explicações seguras sobre o mal (FARIAS, 2011, p.13).

Todos os entrevistados apontaram para a solução mística, diante da ausência de médicos ou da própria disseminação das ideias da Ciência. Para enfrentar as pestes, “serviam-se de curandeiros e rezadores que indicavam os chás” (E2), faziam “promessas” (E3) ou “eram curados com rezas”.

As pestes vão e vêm, sem que tenhamos controle, como citado na epígrafe no início do texto. E, das pestes que assolaram Riacho das Almas desde as origens, ocorreram vários surtos até a década de 1990, quando foi registrado um surto de cólera no país. E, apesar da intenção e interação místico-religiosa, a seca também foi um fator determinante para o controle de transmissão das pestes (NASCIMENTO, et. al.). Ora, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), “a transmissão da peste bubônica é feita, na maioria dos casos, por meio da picada de pulgas infectadas”, que migram dos roedores após causar a sua morte. Com a quase inexistente produção agrícola, mitigou a reprodução de roedores, que faziam o controle de reprodução – se considerarmos a bubônica. Mas, igualmente a falta de fontes de água disponíveis, inviabilizava a transmissão sustentável do cólera.

Nesta trajetória em que buscamos identificar as correspondências nas narrativas entre as pestes fundantes de Riacho das Almas e a pandemia do covid-19, acentuamos a partir das narrativas de idosos, as situações ocorridas na fundação da cidade. Mesmo que não tenhamos apresentado as

questões recorrentes ao enfrentamento da covid-19, não achamos necessário, diante das insistentes divulgações, pelos meios de comunicação, sobre as formas de contágio e de combate. Entretanto, as entrevistas pontuaram, como afirmou E1, que existem muitas similaridades:

(...) essa doença (covid-19) se espalha muito rápido. As pessoas morrem de um dia para o outro. Mas, também há o isolamento social como recomendação dos governos. Apesar das medidas médicas, há também forte predominância de pessoas que têm recorrido aos atos de fé.

Também E2 apontou que as semelhanças ocorrem nas formas do sepultamento: “porque, quem morria tinha que enterrar logo, né?”. Além disso, em comum há o medo da morte e a desconfiança do contágio, “é uma doença silenciosa. Rápida. Quem tem que morrer, morre logo”. E4 também situou os dois casos como “mundial, penalizando grandes países. Eu jamais pensei que o mundo fosse parar por causa de uma pandemia, novamente”.

Por outro lado, E3 desestimulou qualquer correspondência contextual ou de política pública adotada, pois “naquela época as pessoas não tinham informação. Não tem como comparar”. Por assim dizer, “sem muitos esclarecimentos, as pessoas apenas esperavam resultados catastróficos” (E4) ou nutridos de esperança de não contágio, baseado no “temor muito grande e uma entrega total a providência divina” (E3). Portanto, como o adoecimento e as formas de contágios não eram conhecidos, muitas vezes entendidos como castigos celestiais, “o distanciamento era tomado pelo preconceito, não como política de saúde” (E2).

Por séculos, os surtos epidêmicos se repetem e se assemelham, não apenas pela forma de contenção, mas pelo número de mortes, velocidade de contágio e infectados, mas não sentidos de forma iguais na mesma sociedade, nem em comparação a outros países. As classes sociais menos abastadas e os empobrecidos, enfrentam maiores impactos – seja de vitimização letal, seja em decorrência dos aspectos financeiros, diante das situações sanitárias e acesso as informações.

Do ponto de vista mitológico, as epidemias que assolaram Riacho das Almas nascente criaram uma narrativa simbólico-religiosa assegurando uma unidade teleológica à narrativa linear de sua história. Desse modo, provocando uma identificação heroico-salvífica não apenas vinculada à São Sebastião, mas sobretudo justificadora do surgimento de uma elite local, em que se excluem os indesejados.

### **Considerações finais**

Ao entrevistarmos as pessoas idosas no município de Riacho das Almas, a partir das memórias orais sobre a cidade nascente, questionarmos sobre as possibilidades compararmos as semelhanças no momento atual com os narrados, e sendo também possível revisitar as fontes mitológicas sobre as origens do município.

Embora a febre bubônica seja pontuada como principal peste nas origens, a análise das narrativas aponta que a grande peste do imaginário tenha sido o cólera. Indicando que Riacho das Almas não teria sido fundada pelo Coronel Joaquim Bezerra. Embora não fosse esse o tema da nossa pesquisa, mas requer uma pesquisa minuciosa.



Entretanto, as narrativas apontaram que o caos provocado pela peste foi tão grande, que ocasionou mudanças no comportamento das pessoas e um novo curso a história do lugar, mesmo representada como justificadora do mito das origens. Um ponto comum foi que as pandemias não têm preconceitos, atingem todas as classes e camadas sociais, sem distinção de cor, raça, gênero ou geração. Porém, devido as desigualdades sociais em uma sociedade surgida de um processo escravagista, os empobrecidos os mais atingidos, pela falta de estrutura, apoio e as desigualdades sociais.

## **Referências**

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. São Sebastião, valei-nos! Imaginário sobre o cólera nas páginas do jornal O Araripe – meados do século XIX. **Anais ANPUH XV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

ANDRADE, Julyana Nascimento de. **O despertar de si**: as relações de gênero na convivência com as Irmãs Cordimarianas no município Riacho das Almas-PE, entre os anos de 1982 e 1997. Caruaru: ASCES-UNITA, 2019 (Projeto de Iniciação Científica).

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BARDIM, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CONDEPE/FIDEM. **Perfil municipal**. Disponível <[www.condepefidem.pe.gov.br](http://www.condepefidem.pe.gov.br)>. Acesso em: 20. mai. 2020.

COUTINHO, Renata. **Peste**: uma ameaça silenciosa. Folha de Pernambuco, 28 de janeiro de 2017. Cotidiano. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/01/28/NWS,15781,70,449,NOTICIAS,2190-PESTE-UMA-AMEACA-SILENCIOSA.aspx>. Acesso em: 20 de dez. 2017.

FARIAS, Rosilene Gomes. Epidemia e sociedade no Recife Imperial. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

FERNANDES, Maria Goretti. **Riacho das Almas**. Recife: Bagaço, 2008.

FERREIRA, Josué Euzébio. **Riacho das Almas**: memórias da nossa História. Caruaru: Edições Fafica, 2004.

GOMES, Santos. **Os santos mais populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Terra Editora, 2012.

NASCIMENTO, José Almir do. Et. al. **História e Geografia de Riacho das Almas**. Riacho das Almas: Escola Mário da Mota Limeira, 2018.

NASCIMENTO, José Almir do. **Riacho das Pestes: a urgência da construção de cemitérios**. Riacho das Almas: Escola Mário da Mota Limeira, 2019.

OLIVEIRA, Maria Alecsandra. **O cotidiano da escola rural: facetas de uma experiência vivenciada no Município de Riacho das Almas – PE**. Caruaru: Edições Fafica/GRUPEAC, 2004.

SALLES, Walter. **Abril despedaçado**. Direção: Walter Salles. São Paulo: Imagem Filmes, 2002.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. O exército encantado de São Sebastião: as evidências da reelaboração da crença sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916). **Revista História em Reflexão**. Vol. 3, nº 5, jan/jun 2009.

SILVA, Leonardo Dantas. **No tempo do Cólera Morbus**. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniaio/2020/04/no-tempo-do-colera-morbus.html>. Acesso em 18 de mai. de 2020.

TAVARES, Celso. **Análise do contexto, estrutura e processos que caracterizaram o Plano Piloto de Peste em Exu e sua contribuição ao controle da peste no Brasil**. Recife: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. 2008 (Tese de Doutorado em Saúde Pública).

# INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS INSTITUTOS FEDERAIS EM PERNAMBUCO: “VULNERABILIDADES” SOCIAIS, MEDOS E INCERTEZAS NA PANDEMIA DO COVID-19

---

Maria da Penha da Silva<sup>17</sup>

## **Indígenas na Educação Superior: movimentos pela cidadania e autonomia**

Para os povos indígenas, a cidadania implica no reconhecimento de direitos e deveres como cidadãos brasileiros, mas também vivenciam sistemas sociais, econômicos e jurídicos próprios com símbolos e valores específicos e diferenciados. “Para que a cidadania diferenciada dos povos indígenas se consolide, é necessário incorporar à noção o reconhecimento do direito de diferenciação, garantindo-se a igualdade de condições não pela semelhança, e sim pela equivalência” (LUCIANO, 2013, p. 184). Todavia, para o referido autor, a garantia do exercício da cidadania indígena pode corroborar o projeto de autonomia desses povos. Contudo, o conceito de autonomia pensado pelo Estado brasileiro ainda está aquém do que os

---

<sup>17</sup> Doutoranda em Antropologia (UFPE). Mestra em Educação Contemporânea (CAA/UFPE); Especialista em Culturas e História dos Povos Indígenas (UFRPE); professora na Educação Básica na Prefeitura do Recife; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Históricas, Educação e Culturas NEPHECs/UFRPE; e do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura/UPE – Universidade de Pernambuco. E-mail: dpenhasilva@gmail.com

povos indígenas almejam, quando para os militares o conceito de cidadania diferenciada e autonomia indígena significa uma ameaça a soberania nacional, enquanto para os povos indígenas a cidadania parte de dois princípios:

O primeiro princípio é de garantir liberdade interna ou autogovernança étnica. O segundo princípio é a liberdade de acesso ao mundo extra-aldeia ou extra étnica. O que tem de comum entre os dois campos é a necessidade de que essa circulação nos dois mundos seja de forma articulada, manejada, afirmada, reconhecida e respeitada (LUCIANO, 2019, p. 200).

Nessa perspectiva, o projeto de autonomia indígena suscita várias demandas, dentre essas a formação na Educação Superior. Sendo o acesso “(...) apenas o início de um longo e complexo desafios”, a ser enfrentado (LUCIANO, 2019, p. 186). Como parte desses desafios, o autor chamou atenção para a necessidade das Instituições de Educação Superior reconhecerem os povos indígenas nas suas especificidades, os direitos a esses reconhecidos na Constituição Federal de 1988, não só relacionados aos bens materiais, mas, epistemológicos e cosmológicos demandando formas diferenciadas de apreensão e produção de conhecimentos. Enfatizou a importância das políticas afirmativas para o acesso e permanência dos/as indígenas tanto na graduação quanto na pós-graduação, dentre as quais a política de cotas, reservas de vagas, seleções específicas, bolsas permanências para os estudantes na graduação, bolsas de estudos na pós-graduação.

O enfrentamento desses desafios tem intensificado dois movimentos políticos entre os povos indígenas: um reivindicando a formação de professores/as para atuar nas

escolas indígenas; o outro, a formação profissional indígenas em outras áreas relacionadas com o chamado etnodesenvolvimento, incluindo a gestão dos recursos naturais e nos territórios, saúde, direitos, política, dentre outras. Principalmente, viu-se a necessidade de formar um quadro de lideranças indígenas competentes para dialogar com o Estado brasileiro de forma a garantir a autonomia<sup>18</sup>, tendo em vista que nesse âmbito dependiam da assessoria ou mediação dos parceiros não indígenas (LIMA; BARROSO, 2013).

Anterior a Constituição Federal de 1988, os povos indígenas mostravam interesse pela formação na Educação Superior, sendo registado no final da década de 1970 que um pequeno grupo de indígenas Terena foi a Brasília reivindicar bolsas para ingressar na Universidade/UnB. Situação repetida no início dos anos 1980, quando um grupo maior foi reprimido pelo governo daquela época (sobre a presidência de João Figueiredo) alegando que “Brasília era uma cidade atípica para índios”. Nota-se que esses movimentos não ocorreram exclusivamente entre os povos indígenas no Brasil, movimentos semelhantes ocorreram no México, na Colômbia, na Bolívia e, possivelmente, em outros países latinos, que remontam ao início da segunda metade do século passado, quando ocorriam outras mobilizações sociais no mesmo período (HARDER; FREITAS, 2016).

---

<sup>18</sup> Na contemporaneidade, pensar em autonomia como uma meta dos movimentos sociais significa também capacitar pessoas para mediar as negociações de conflitos, atuar nos fóruns de debates, estabelecer parcerias com o Estado na formulação e efetivação de políticas públicas, dentre outras ações. Nesse sentido, observa-se alguns ativistas sociais à procura de formação principalmente nos Programas de Pós-Graduação (GOHN, 2015, p. 17).

De forma geral, os povos indígenas na América Latina, ao longo das últimas décadas, vêm empreendendo esforços para romper com os modelos de educação formal que privilegiavam os conhecimentos ocidentais. Nesse propósito, dentre outras ações, esses grupos vêm reivindicando qualificação profissional e intelectual por meio do acesso à Educação Superior de qualidade, conquistando a adesão de organizações não governamentais, dentre essas, a Unesco, e também de intelectuais indígenas, pesquisadores e pesquisadoras, e Instituições de Ensino Superior (IES) em vários países da América Latina. Essas parcerias vêm constituindo um universo acadêmico bastante heterogêneo, resultando em convenções, debates e elaboração de documentos, fomentando a criação de legislações ou mudanças nas leis existentes, no propósito de atender às mais diversas reivindicações e demandas inerentes à diversidade dos povos indígenas (MATO, 2016).

No Brasil, a presença indígena na Educação Superior suscita pensar as possibilidades de relações interculturais numa perspectiva do reconhecimento e respeito das sociodiversidades indígenas. Isso significa ter em mente que não se trata só de um encontro e trocas culturais entre indígenas e não indígenas, como se os povos indígenas se resumissem à uma etnia genérica. Mas, considerar as expressões socioculturais contabilizadas pelo Censo IBGE/2010 em 305 povos falantes de 274 línguas indígenas coexistindo junto às diversidades socioculturais da nossa sociedade. Principalmente por ser um país de grande extensão territorial, dividido em cinco regiões, cada uma marcada por características geográficas e históricas

preponderantes na constituição das expressões socioculturais indígenas e da população em geral.

Na Região Nordeste em específico, significa reconhecer a presença desses povos, os seus protagonismos sociopolítico na atualidade, superando a ideia acerca da suposta extinção indígena nessa Região como resultado dos processos da miscigenação/mestiçagem<sup>19</sup>. Contudo que não esqueçamos que os povos indígenas atuais são resultantes de processos históricos e de políticas indigenistas de integração que insistiram em eliminar suas expressões socioculturais, e conseqüentemente os tornaram extremamente distintos da maioria dos povos na região Amazônica ou Xinguana, por exemplo.

Tratando-se de Pernambuco, o relatório intitulado “Características Gerais dos indígenas” (2012, p. 169) resultante do Censo do IBGE/2010 constatou que este estado apresentava-se com o mais alto dado demográfico indígena no Nordeste, onde foram contabilizados 60.995 indivíduos, assim ocupando a terceira posição em âmbito nacional, abaixo do

---

<sup>19</sup> Se, por um lado, a perspectiva da mestiçagem chamava a atenção para a importante “contribuição cultural” das populações indígenas, negras e brancas na formação da sociedade nacional, por outro lado, fomentou o mito da suposta igualdade racial, romantizando as relações de poder existentes desde o período colonial, e o embranquecimento dos negros (MUNANGA, 2004). Como, também, propagou a ideia sobre a possível extinção dos indígenas no Nordeste brasileiro, perdurando até recentemente. Conseqüentemente, contribuiu para o silenciamento sobre a participação de indígenas e negros como protagonistas na/da História do Brasil. Sobretudo, os povos indígenas eram lembrados apenas como grupos sociais que viveram em um passado longínquo, geralmente nomeados como “primitivos”, “tribos”, “selvagens”, bárbaros, dentre outros adjetivos pejorativos dizendo muito sobre a hierarquização sociocultural estabelecida desde o início da colonização portuguesa no Brasil.



Amazonas com 183.514 e o Mato Grosso do Sul com 77.025 indígenas. Atualmente estima-se um quantitativo ainda maior, tendo em vista o surgimento dos Tuxi mais um povo auto declarado, de forma a somar o total de 14 povos: Atikum; Fulni-ô; Kambiwá; Kapinawá; Pankará; Pankararu; Entre Serras Pankararu; Pankawiká, Pipipã; Truká; Tuxá; Tuxi; Xukuru de Cimbres; Xukuru do Ororubá.

A nosso ver, são dados relevantes para nossas reflexões, considerando também que Pernambuco ocupa o primeiro lugar na Região Nordeste com maior número de indígenas matriculados/as na Educação Superior (MEC/INEP/DEED, 2018). Nesse sentido, observa-se os dados a nível nacional onde o Brasil totaliza 57.706 indígenas matriculados nesse nível de formação educacional, o Nordeste com 21.583 e Pernambuco com 5.561. Neste estado, grande parte do público estudantil indígena, 4.733 indivíduos estão nas instituições privadas, e apenas 828 estão nas instituições públicas. Embora estes número revele significativos avanços a partir da interiorização da Educação Superior pública somando-se às políticas afirmativas ainda na gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores/PT.

Naquele contexto sociopolítico, em 2008 as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, corroborando o projeto de expansão da Educação Superior pública no país. A criação de cursos superiores nessas instituições favoreceu significativamente o acesso e permanência à esse nível de formação para as populações rurais, dentre essas, indígenas e quilombolas. Sobretudo, considerando que existem alguns casos de municípios e os entornos, onde o Instituto Federal é a

única instituição a oferecer Educação Superior pública. Dessa forma, habitantes nesses municípios ou nas proximidades estão gradualmente se beneficiando dessa oferta, embora ainda demandem necessárias adequações para atender as especificidades econômicas e socioculturais dessas populações.

### **Indígenas na Educação Superior nos Institutos Federais em Pernambuco: quem são, onde estão?**

Em Pernambuco existem dois Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologias: o *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco*; e o *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco*. O primeiro sediado em Recife, com 16 *Campi* situados do litoral à região do Semiárido e 17 Polos de Educação a Distância. Assim, oferecendo 78 cursos, desde o Ensino Médio/Técnico à Pós-Graduação. No âmbito do nível Superior, com exceção dos cursos de Especializações observamos no Quadro – 1 os *Campi* e cursos oferecidos, com destaque em cor azul para aqueles onde estão os indígenas participantes do estudo que ora realizamos.

**Quadro – 1:** Cursos Superiores oferecidos pelo IFPE.

TECNÓLOGOS/ <i>CAMPI</i>	BACHARELADOS/ <i>CAMPI</i>	LICENCIATURAS/ <i>CAMPI</i>
Agroecologia (Barreiros)	Administração (Cabo de Santo Agostinho)	Licenciatura em Física (Pesqueira)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Recife e Paulista)	Agronomia (Vitória de Santo Antão)	Licenciatura em Geografia (Recife, EaD)

Design Gráfico (Recife)	Enfermagem (Pesqueira)	Licenciatura em Matemática (Pesqueira, EaD)
Gestão Ambiental (Recife e EaD)	Engenharia Civil (Recife)	Licenciatura em Música (Belo Jardim)
Gestão da Qualidade (Igarassu)	Engenharia Elétrica (Pesqueira)	Licenciatura em Química (Barreiros, Ipojuca e Vitória de Santo Antão)
Gestão de Turismo (Recife)	Engenharia Elétrica (Garanhuns)	-
Processos Gerenciais (Paulista)	Engenharia Mecânica (Caruaru e Recife)	-
Radiologia (Recife)	Engenharia Ambiental e Sanitária (Cabo de Santo Agostinho)	-

Fonte: Site institucional do IFPE - <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/cursos>.

De forma geral, chamou nossa atenção no quadro exposto as desigualdades nas ofertas dos cursos por cada *Campus*. Por exemplo, o *Campus* Recife concentra um número maior de cursos no nível Superior, enquanto tem outros *Campi* com um único curso superior, sendo o caso de Igarassu, Ipojuca, Caruaru, Belo Jardim e Garanhuns. Como também tem cursos que são oferecidos presencialmente somente em um *Campus*. Essa situação suscita algumas questões: a) quem decide sobre os cursos implantados em cada *Campus*? Quais são os critérios para a implantação dos cursos? Esses critérios consideram as demandas sociais, econômicas e socioculturais onde os *Campi* estão inseridos? São provocações para outro texto. No momento ressaltamos que alguns participantes do

presente estudo queixam-se da falta de opções de cursos, embora no *Campus* Pesqueira sejam ofertados quatro cursos, mas, basicamente três são na área das Ciências Exatas (Engenharia, Física e Matemática).

Quanto ao IF-Sertão Pernambuco sediado em Petrolina somando-se aos seis *Campi* situados na região do Semiárido foi possível perceber também a predominância dos cursos na área das Ciências Exatas, mas, em contrapartida existem uns cursos diferenciados, a exemplo de: Tecnologia em Alimentos; Vinicultura e Enologia; Gestão em Tecnologia da Informação; e Sistema de internet. Todavia, quando distribuídos nos *Campi* ocorre a mesma situação do IFPE, a sede concentra um número maior de cursos, enquanto outras regiões têm *Campi* só com um curso Superior. No *Campus* Floresta, por exemplo, onde está concentrada grande parte dos participantes em nossa pesquisa e maior diversidade étnica, conta apenas com dois cursos: Licenciatura em Química e Tecnologia em Gestão da Informação. Em Salgueiro, três cursos: Licenciatura em Física, Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Sistema de Internet.

Todavia, a Convenção 169 “sobre povos indígenas e tribais”, da Organização Internacional do Trabalho, a qual o Brasil é signatário, na Parte IV – *Formação profissional, artesanato e indústrias rurais* recomendou a responsabilidade dos Estados nacionais em adotarem medidas para oportunizar a formação profissional dos indígenas que desejem esta:

Art. 21:

Os membros dos povos interessados gozarão de oportunidades de formação profissional pelo menos iguais às disponíveis aos demais cidadãos.

Art. 22.

1. Medidas deverão ser adotadas para promover a participação voluntária de membros dos povos interessados em programas de formação profissional de aplicação geral.

2. Quando programas existentes de formação profissional de aplicação geral não satisfizerem as necessidades especiais dos povos interessados, os governos garantirão, com a participação desses povos, a disponibilidade de programas e meios especiais de formação.

3. Todos os programas especiais de formação deverão basear-se no ambiente econômico, condições sociais e culturais e necessidades práticas dos povos interessados. Quaisquer estudos para esse fim deverão ser realizados em cooperação com esses povos, que deverão ser consultados sobre a organização e o funcionamento desses programas. Sempre que viável, esses povos assumirão progressivamente a responsabilidade pela organização e funcionamento desses programas especiais de formação, se assim decidirem. (BRASIL, 2011, p. 32-32).

Nesse sentido, nos Institutos Federais de Pernambuco, o único curso de formação específica destinado para indígenas é a Especialização *lato sensu* para os/as professores/as. Embora seja uma ação importante, precisa ser pensado algo em relação à formação inicial, não só na área de Educação, mas também tecnológica, pois uma população de mais de 60.000 pessoas não vive só da educação escolar. Pensar formações específicas para outros setores é tão importante quanto. Nos termos da referida Convenção, é importante adotar medidas considerando os processos de consultas e participações.

Participações na perspectiva interpretada por Dourado (2013), sendo essa nos diversos níveis decisórios (DOURADO, 2013). Contudo, no atual contexto, os indígenas que quiserem aderir aos cursos de formação profissional passam pelo mesmo processo para seleção dos não indígenas, e cursam os mesmos créditos.

Com exceção do curso de Licenciatura Intercultural e o curso de Especialização citado, não existe outra política específica para o ingresso de indígena na Educação Superior nas instituições públicas em Pernambuco. Porque as cotas étnico-raciais são para indígenas, negros e pardos, sem reserva de vagas específicas para qualquer dessas categorias. Como também não existe seleção específica para indígenas como ocorre na Universidade de Brasília e na Universidade Federal de São Carlos! Na ausência de uma política específica nesse sentido, os/as indígenas concorrerem de forma desigual, e em muitos casos não obtendo sucesso. Por exemplo, alguns/mas dos participantes no presente estudo, afirmaram que não acessaram as cotas por serem poucas as vagas, assim tornando a concorrência maior. A única especificidade é a oferta da bolsa permanência “indígena”, embora correndo o risco daqueles que obterem baixo rendimento acadêmico terem as bolsas suspensas, independente dos motivos, como problemas com o transporte para o deslocamento até a instituição diariamente. O que falta para a única instituição pública da região voltada para a educação profissional pensar nas necessidades dessa população?

A situação dos Institutos Federais em Pernambuco não é isolada, conforme estudos sobre a rede dessa instituição em outras regiões, nota-se que é regida pela perspectiva

desenvolvimentista que sedimenta o projeto de educação profissional em todo o Brasil. Portanto, evidenciado a predominância do discurso político institucional para elevar o desenvolvimento regional onde os Institutos Federais foram implantados por meio da difusão dos conhecimentos técnico e tecnológicos. (REIS JUNIOR, 2017; SANDESKI, 2016; SILVA, 2017; SILVA, 2015; OLIVEIRA, 2019; MANTOANELLI, 2016). A esse respeito, Sandeski (2016, p. 15) sugeriu algumas questões: “Para que e para quem é a educação tecnológica? Para que e a quem se destina a tecnologia? O que ela pode fazer de diferente? Em síntese, a quem servem os Institutos Federais?” Para o autor, essas são questões que tensionam os supostos objetivos dessa instituição em promover uma formação profissional emancipatória por meio do desenvolvimento do pensamento crítico.

No nosso campo empírico, restrito a três *Campi* localizados em municípios pernambucanos, *Campi* Floresta e Salgueiro pertencentes ao IF-Sertão Pernambuco, e o *Campus* Pesqueira pertencente ao IFPE, constatamos maior número de indígenas nas Licenciaturas, os quais justificam o interesse de atuarem nas escolas indígenas, outros/as já atuam. Embora os referidos cursos sejam voltados para o público geral e não para essa especificidade, os indígenas afirmam que essa é a única oportunidade de estudar numa instituição pública federal relativamente próximo aos território onde habitam, e a partir dessa possibilidade contribuir com suas “comunidades”. Mas, alguns têm desistido, por não se identificar com os cursos disponíveis.

No caso dos cursistas nas Licenciatura, poderia significar emancipação da educação escolar indígena em

Pernambuco, à medida que contaria com maior número de professores/as conhecedores/as de suas expressões socioculturais; por outro lado, submeter-se às condições precárias de trabalho e salário na qual encontram-se os/as professores/as e demais trabalhadores na Educação Escolar Indígena nesse estado, em nome de qual desenvolvimento e tecnologias? Quanto aos cursos técnicos superiores, os poucos indígenas que procuram, se identificam com as áreas de conhecimentos afins, todavia, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho local não é promissora, e a criação de novos postos de trabalhos na área indígena também não é algo fácil a curto prazo. Esses são alguns dos limites na formação profissional na perspectiva da contribuição tecnológica e desenvolvimentista nessa região quando desconsideradas as sociodiversidades locais!

Nessa região há uma concentração maior de territórios indígenas de várias etnias. Até o final de 2019 foi possível constatar os seguintes números de matrículas de indígenas nos seguintes *Campi*: no IF/Pesqueira estimava-se aproximadamente 106 estudantes indígenas dos povos Xukuru do Ororubá e Xukuru de Cimbres; no *Campus* IF-Sertão Floresta 91 incluindo os povos Pankará, Pankará Serrote dos Campos, Tuxá Campos, Pipipã, Pankararu e Atikum; no IF-Sertão Pernambuco, *Campus* Salgueiro 49, dos povos Atikum, Truká, e Tumbalalá/BA. Totalizando 254 indígenas, diferenciados entre si e diferentes dos estudantes não indígenas. Todavia, considerando os dados demográficos indígenas nessa região, esse número é mínimo. Mas, a presença dessas sociodiversidades nessas instituições pode constituir uma grande riqueza de conhecimentos e formas de convivências.



Todavia, também tem gerado estranheza, tensões, questionamentos à legitimidade identitárias de alguns estudantes indígenas, como reflexo das visões estereotipadas sobre o que é ser índio, visão ainda permanente na sociedade local, pois muitas vezes os indígenas são confundidos com a população rural em geral.

As condições de “vulnerabilidade” social da maioria dos estudantes indígenas nessa região, não difere muito das outras populações rurais empobrecidas economicamente. Embora grande parte deles tenha acesso à energia elétrica e a internet ambas oscilantes, não tem abastecimento de água tratada regularmente, nem tratamento de esgoto, e os dejetos sanitários são depositados em fossas sépticas construídas artesanalmente. Isso significa também morar em territórios com estradas e caminhos de difíceis acessos. Com exceção do povo Truká habitantes a maioria na Ilha de Assunção no Rio São Francisco, e o povo Xukuru de Cimbres que boa parte dos estudantes indígenas residem na área urbana, os demais povos habitam em regiões de serras, agravando-se os problemas para o acesso nos períodos chuvosos, quando as vezes torna-se impossível o deslocamento dos estudantes para as escolas nos territórios, situação mais difíceis ainda para os estudantes nos Institutos Federais! Para estes, o problema de deslocamentos tem sido comum para todas as etnias mencionadas. Algumas em menor grau devido a distância ser menor e dispor de transporte próprio, outras enfrentam maiores dificuldades. Às vezes tendo que caminhar alguns quilômetros até chegar no ponto da condução, e na volta, a depender do horário dormem na cidade na casa de parentes. Outros/as permanecem na cidade três dias ou mais, voltando para o território nos finais de

semanas. Como visto, embora encontremos pontos comuns, são situações diferenciadas que merecem atenção educacional também diferenciadas.

## **COVID-19 corroborando a uma política da morte para os povos indígenas**

No mês de junho de 2020 os noticiários televisivos e outros meios de comunicação de massa informaram diariamente que o Brasil superava os países na América Latina e da Europa nos casos de contágios e número de óbitos pelo Covid-19, ocupando o segundo lugar no mundo, abaixo dos EUA. Não por coincidência são dois países liderados por governantes ignorando e repudiando as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e preocupados mais com a economia do que com as vidas humanas. Nesse contexto, considerando o histórico colonial e escravocrata de ambos, as populações negras e indígenas foram as mais afetadas em razão das condições financeiras e sociais que vivem historicamente: residentes em áreas sem saneamento básico, abastecimento irregular de água tratada e difícil acesso às políticas públicas de saúde.

No tocante aos povos indígenas, o relatório técnico da Fiocruz no mês de abril do mesmo ano, intitulado *Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas* apresentou indicadores de “vulnerabilidade” social e das condições de saúde dos povos indígenas mais elevados que o restante da população:

A vulnerabilidade sociodemográfica e sanitária da população indígena tem sido também evidenciada em inúmeros estudos, com destaque para o Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas (Coimbra et al. 2013). Os resultados desta investigação, a mais ampla já realizada no país, indicaram níveis de desnutrição, diarreia e anemia em crianças, além de sobrepeso/obesidade e anemia em mulheres mais pronunciadas do que na população brasileira. Questões ligadas à sustentabilidade alimentar, atenção à saúde e garantia dos territórios, além de inúmeros problemas associados à invasão e contaminação ambiental por atividades garimpeiras e agropecuárias, têm sido apontadas como centrais na determinação dos perfis de desigualdade apresentados pela população indígena no Brasil (FIOCRUZ, 2020, p. 2-3).

Os dados subsequentes do referido documento informaram que o maior nível de “vulnerabilidade” foi apresentado para as populações indígenas próximas ou localizadas nos grandes centros urbanos onde o Covid-19 se instalou com mais rapidez. A exemplo de “Manaus, eixo Rio Branco e Porto Velho, Fortaleza, Salvador e capitais do Sul e Sudeste” (FIOCRUZ, 2020, p. 2). Todavia, ressaltando que os territórios indígenas fora da Amazônia Legal, encontravam-se em um grau mais elevado de “vulnerabilidade” considerando o restrito acesso às fontes de água em abundância e aos recursos naturais, assim, dificultando o grau de isolamento das “comunidades”. Abrimos um parêntese, e acrescentarmos uma observação: os conflitos pelo direito as terras enfrentados pelos povos na Região Nordeste e o descaso com as políticas públicas em relação a garantia desse direito pelo Governo Federal agravou a situação do enfrentamento ao Covid-19.

A esse respeito, observamos que desde 2018 nos discursos racistas durante a campanha presidencial, o candidato eleito afirmava que não tinha interesses em demarcar terras para as populações quilombolas e indígenas, ao contrário, prometia regulamentar as invasões e liberar a exploração de minérios na Amazônia para empresas internacionais. E desde que assumiu a Presidência em 2019 os índices de desmatamento na Amazônia cresceram assustadoramente, como também o grande aumento de invasões dos garimpos ilegais em territórios indígenas. Mesmo fora da Amazônia Legal a violência contra os povos indígenas aumentou também consideravelmente desde a eleição presidencial passada. Um exemplo foi o incêndio criminoso de um posto de saúde e uma escola na TI Pankararu/PE à noite, logo após o resultado das eleições. Anteriormente os Pankararu enfrentavam conflitos e eram alvos de ameaças e ações violentas por parte de posseiros que foram judicialmente intimados para deixar o território indígena. Assim, agravando-se a situação com a ascensão de um explícito anti-indígena na Presidência do país. O prejuízo no atendimento à saúde preventiva dos Pankararu foi afetado nos meses subsequentes ao atentado, com desdobramentos negativos à prevenção contra o Covid-19 atualmente.

Passados dois meses, de publicação do relatório da Fiocruz, os números de contágios e óbitos de indígenas no Brasil estavam proporcionalmente superiores à população em geral. Até o dia 20 de junho de 2020, dos 305 povos contabilizados no país em 2010, foram afetados 113, totalizando 8.847 indivíduos infectados e 365 óbitos. Com destaque para a Amazônia Legal liderando os mais altos índices de óbitos nos

seguintes estados: Amazonas 155; Pará 67; Roraima 47; Maranhão 23. E tratando-se da Região Nordeste, Pernambuco liderava com 12 óbitos (APIB, 2020). No que se refere a este estado foi possível perceber nos boletins semanais divulgados pela Rede de Monitoramento dos Direitos Indígenas em Pernambuco (REMDIPE), os números mais elevados de óbitos indígenas pelo Covid-19 ocorridos entre o povo Fulni-ô, contabilizando cinco casos. Ressaltamos que o município de Águas Belas onde habita grande parte desse povo, a cidade foi construída na Terra Indígena.

Chamou nossa atenção também para os quatro óbitos de pessoas residindo fora de territórios indígenas, todas em situações urbanas, na capital do estado ou Região Metropolitana do Recife. Dentre essas, um indígena da etnia Warao<sup>20</sup>. Esses dados confirmam os riscos alertados no citado relatório da Fiocruz sobre às situações de “vulnerabilidades” dos/as indígenas residentes próximo ou/em áreas urbanas. Os fluxos migratório dos indígena na Venezuela ou no Brasil são reflexos da necropolítica pensada e empreendida em diversas frentes, seja pela via da colonização; da negação das identidades étnico dessas populações; das políticas integracionistas; da extração ilegal dos recursos naturais e expropriação das terras indígenas; pela negligência ao atendimento de saúde e educação, dentre outras políticas que matam tanto quanto as pandemias. Para Mbembe (2016) a necropolítica se expressa na transgressão e subversão do direito à vida justificando a permissão para matar

---

<sup>20</sup> O povo Warao destaca-se como o segundo maior povo indígena na Venezuela, com a população contabilizada 41.543 indivíduos, e 5.309 vivendo em centros urbanos. Devido à crise política e econômica naquele país, desde 2014 ocorre um intenso fluxo de indígenas Warao para o Brasil. (GARCÍ-CASTRO, 2018, p. 34-35).

e quem está autorizado para isso. De forma que, as mortes de determinadas populações durante situações de exceções são resultantes do biopoder forjado no racismo, na eliminação do “outro” por meio de determinadas políticas de Estado ou pela ausência destas.

Essa perspectiva de análise contribui para pensar sobre a situação da pandemia vivenciada. Ouvindo os discursos governamentais em alguns lugares do globo, nota-se que esses reificam a negação da morte, ao mesmo tempo minimizam o valor das vidas negras, indígenas, ciganas e populações periféricas sendo essas as mais impactadas pelo número de óbitos. No caso do Brasil, essa situação escancarou problemas recorrentes na saúde pública há muito existentes, onde profissionais da saúde foram levados a escolher quem tinha mais condições de sobreviver e quem devia morrer, nas escolhas forçadas para salvar vidas. Enquanto os leitos de hospitais com aparelhamento necessário para salvar vidas estavam ocupados pelos “eleitos” para viver, os corpos “descartáveis” socialmente eram depositados aos montes nas covas abertas oficialmente para esse fim.

Na perspectiva da necropolítica discutida por Mbembe, compreendemos que em relação aos povos indígenas no Brasil, foi operada desde as chamadas “guerras justas” empreendidas em nome do cristianismo europeu durante as invasões e processos da colonização portuguesa. Aqueles indígenas que não aceitassem a conversão religiosa, o Estado colonial declarava guerras para mata-los, escravizá-los e subjuga-los quando se opusessem ao projeto de colonização. Como também, a mortalidade indígena por epidemias não é novidade, inclusive matando conhecidas lideranças, a exemplo de Martin

Afonso Tibiriçá, importante guerreiro Tupiniquim no início do século XVI, dentre outros indivíduos e coletividades (MONTEIRO, 1994).

Existem registros históricos de situações epidemiológicas que afetaram outros povos indígenas na América Latina. Uma combinação de fatores biológicos e sociais essas populações tornaram-se “vulneráveis” em relação às doenças trazidas pelos invasores europeus (WAIZBORT; PORTO, 2018). E no decorrer dos séculos, os povos indígenas foram acometidos por diversa epidemias: varíola, sarampo, febre amarela, tifo, malária, gripe, peste bubônica, cólera, dentre outras doenças que dizimaram grupos inteiros. Todavia, mesmo com as mortes, muitos povos resistiram e continuam enfrentando sabiamente de variadas formas a atual pandemia do Covid-19.

## **Indígenas estudantes nos Institutos Federais de Pernambuco no enfrentamento ao COVID-19**

Desde o mês de março de 2020 as aulas presenciais nos Institutos Federais de Pernambuco foram suspensas, não sendo possível implementar atividades acadêmicas virtuais devido as condições sociais de grande parte do público estudantil, que não tem acesso à computadores ou a Internet de qualidade para acompanhar as atividades propostas. Em contrapartida o IFPE implementou algumas ações no sentido de garantir a informação sobre os avanços, prevenções, e combate à pandemia. Dentre essas ações algumas foram destinadas à assistência estudantil em geral: monitoramento da situação dos estudantes em relação ao Covid-19 por meio do

acompanhamento quinzenal com questionários eletrônicos, como forma de identificar as dificuldades e intervir junto à comunidade acadêmica; liberou um auxílio eventual entre R\$ 130,00 à R\$ 230,00 para estudantes dos cursos técnicos e superiores que não recebem outros auxílios e encontram-se em situação de “vulnerabilidade” social por consequência da pandemia; acolhimento psicológico por meio do canal institucional de comunicação divulgado nas redes sociais da instituição.

O Instituto Federal Sertão Pernambuco instalou um Comitê de enfrentamento para ações de prevenção e controle do Covid-19 formado por profissionais de saúde como enfermeiros, nutricionista, médicos e psicólogos, além de gestores e comunicadores do Instituto, para monitorar a situação do avanço da doença e as medidas de controle na região, com especial atenção para a saúde de servidores e alunos da instituição. Duas das principais ações desse comitê: a criação de uma canal eletrônico para dar informações, tirar dúvidas e orientações sobre o que fazer nesse período, sobretudo, disponibilizou atendimento psicológico online; publicação de boletins num intervalo de tempo entre 3 a 4 dias sobre a situação dos avanços do Covid-19 a nível mundial, nacional, estadual e local. Com destaque para municípios onde estão situados seus *Campi*. Este veículo de informações contém desde orientações de prevenção pautadas nas medidas recomendadas pela OMS às informações sobre as possibilidades de retorno às aulas em diversos lugares do mundo, assim mantendo a esperança da volta às aulas nos seus *Campi*.



Os impactos dessas mudanças nas vidas dos estudantes indígenas repercutiu de diferentes formas. Para todos/as, igualmente ao público em geral foram privados/as dos contatos com os/as amigos/as, colegas, funcionários/s e professores/as relacionados à vida acadêmica. Para aqueles habitantes nos territórios, em conjunto com o povo interditaram os acessos e se mantiveram isolados por iniciativas próprias. E dessa forma estão mantendo uma rotina relativamente reclusa, com a vantagem de circular internamente e desfrutar do convívio com os familiares e demais parentes próximo, tendo contatos com a Natureza que os fortalecem e os tranquilizam, amenizando os efeitos emocionais negativos da quarentena. Articulando-se entre os parentes para consumirem os alimentos produzidos no território, reduzindo ao mínimo a necessidade de deslocamento até os centros urbanos. E quando necessário esse deslocamento orientam os parentes à adotarem as medidas de prevenção.

O risco maior para estes, é o convívio com alguns parentes que dependem de empregos na cidade, retornando diariamente para às aldeias no território. A exemplo dos estudantes Xukuru do Ororubá que tiveram 6 parentes infectados num único posto de trabalho (abatedor de aves). Essa situação foi motivo de preocupação e intensificação do isolamento social, inclusive, foram suspensos os rituais religiosos, fonte de fortalecimento espiritual, e rapidamente foi instalada a casa de acolhimento e tratamento dos infectados no território com o suporte de uma equipe da Secretaria de Saúde Indígena e também com a parceria do IFPE - *Campus* Pesqueira participando do treinamento dessa equipe.

Outra preocupação dos estudantes habitantes nos territórios é com as condições de higiene dos/as parentes que não tem acesso à água tratada e o descarte dos dejetos sanitários de forma adequada. Considerando que a água em abundância é fundamental para os cuidados e prevenção contra o Covid-19, e o destino inadequado dos dejetos sanitários provoca doenças que deixam as pessoas debilitadas e exposta ao risco de contágio diante da pandemia. No caso de algumas aldeias, sobretudo, nas regiões serranas e de difíceis acessos, o abastecimento de água depende das chuvas, considerando ser uma região semiárida, e onde o abastecimento por carro pipa é periodicamente irregular, tornando mais vulnerável a população indígena nessas condições.

Alguns estudantes indígenas residindo nos centros urbanos e mantendo contatos com o território, escolheram permanecer na cidade ou voltarem para as aldeias. Os que não tiveram essa possibilidade estão confinados nas suas casas. Dentre esses/as uma estudante do IF-Sertão Pernambuco com histórico de ansiedade e depressão, intensificando-se os sintomas nesse período desencadeando síndrome de pânico mediante o isolamento e o medo de contágio do Covid-19 somado às incertezas sobre quando retornará às aulas, se perderá o ano letivo, dentre outras questões. Depois de algumas tentativas conseguiu atendimento psicológico online pelo IF-Sertão e está tendo acompanhamento.

Outra situação de dificuldade se estende às estudantes que são mães, devido a suspensão das aulas nas escolas e as crianças permanecerem em casa em tempo integral, as atividades domésticas multiplicaram-se. Como também, aquelas que são mães solteiras, pois em caso de emergência médica

são quem socorrem as crianças, ficando mais expostas com os/as filhos/as e o restante da família. Um caso desses ocorreu com uma estudante Pipipã, quando o filho autista de cinco anos caiu e fraturou o braço, sendo necessário ser submetido a um processo cirúrgico, permanecendo vários dias hospitalizado, somando-se às vezes que precisou retornar para revisão médica. Felizmente, a mãe e a criança não contraíram o Covid-19, mas passaram por situações de alto risco.

Em relação à vida acadêmica, os estudantes indígenas vivenciam dias de incertezas e ansiedades. Aqueles/as que planejavam concluir os cursos em 2020 e começarem a atuar profissionalmente no ano seguinte, não sabem se isso será possível. Pois, devido a suspensão das aulas presenciais sem previsão de retorno, e as impossibilidades de aulas virtuais não sabem como ficará o ano letivo. E estão preocupados/as, pois as dificuldades de deslocamentos até as instituições onde estudam se prolongarão por mais um ano. Para aqueles/as que tiveram a bolsa permanência suspensa em semestres passados, e viam nesse semestre a possibilidade de recuperá-la, nem se quer puderam dar entrada em novo processo. E assim não sabem se terão condições de continuar estudando quando retornar às aulas, considerando que os recursos da bolsa era a única renda fixa que recebiam. Ou aqueles/as que estavam iniciando os estudos em 2020, também não tiveram oportunidade de inscreverem-se para a seleção da bolsa.

Por fim, percebemos que entre ansiedades, incertezas e medos por parte dos estudantes indígenas, a formação na Educação Superior nos Institutos Federais, mesmo em andamento tem resultado em ações positivas para combate ao Covid-19. Por exemplo, os estudantes nos cursos de

Licenciaturas, possivelmente, devido à formação pedagógica que recebem mostraram facilidade de compreensão e difusão das informações sobre a prevenção entre os familiares e parentes; enquanto os estudantes nos cursos de Tecnologia de Alimentos mostraram-se atentos à qualidade da alimentação consumida por si e pelas pessoas do convívio. No caso do povo Xukuru do Ororubá e do povo Xukuru de Cimbres, ambos contam com profissionais na área da Saúde formadas no IFPE *Campus* Pesqueira, as quais estão atuando junto aos respectivos povos indígenas na prevenção e combate à Pandemia.

## **Referências**

APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Emergência indígenas**: plano de enfrentamento da COVID-19 no Brasil. APIB, Brasília, 2020.

BRASIL, **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011.

DOURADO, Sheilla Borges. Direito à participação e direito de consulta. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; DOURADO, Sheilla Borges. (Orgs.) **Consulta e participação**: a crítica à metáfora da teia de aranha. Manaus, UEA Edições, PPGSA/PPGAS – UFAM, 2013.

FIOCRUZ/FGV. Relatório Técnico. **Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas**: considerações

preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica, 2020. Disponível em: <http://www.abep.org.br/site/index.php/demografia-e-Covid-19-19/1638-risco-de-espalhamentoda-Covid-19-19-em-populacoes-indigenas-consideracoes-preliminares-sobre-vulnerabilidadegeografica-e-sociodemografica>. Acesso 10 jun. 2020.

GARCÍA-CASTRO, Alvaro A. Los Warao en Brasil son refugiados, no inmigrantes In: **Périplos**: GT CLACSO, Fronteiras internacionais e migração indígena na América do Sul, v.2, n. 2, 2018, p. 32-55.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 13-32.

HARDER, Eduardo; FREITAS, Ana Elisa de Castro. A educação superior para indígenas no discurso da corte constitucional brasileira: uma análise do acórdão da ADPF n.º 186 do Supremo Tribunal Federal. **Revista del Instituto de Investigaciones en Educación**, Chaco, Argentina, ano 7, n. 8, p. 129-142, 2016.

IBGE. **Características gerais dos indígenas**. In: IBGE. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2012.

IFPE. Relação dos Campus e cursos. In: **Site institucional**. <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/cursos>. Acesso 15 jun. 2020.

IFPE-SERTÃO, Pernambuco. Notícias. In: **Site institucional**. Disponível em <https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/a-instituicao/noticias-em-destaque>. Acesso 20 jun. 2020.

INEP. **Sinopse Estatística Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso 22 nov.2019.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo. A presença indígena na construção de uma educação superior universal, diferenciada e de qualidade. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo. (Orgs.). **Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008**. Rio de Janeiro, E-papers, 2013, 45-78. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em 20 out.2015.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2013.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

MANTOANELLI, Iara. **A relação entre o desenvolvimento regional e a evasão no Instituto Federal Catarinense.**

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional, Blumenau, 2017.

MATO, Daniel; et. al. (Org.). **Educación superior y pueblos indígenas en América Latina: experiencias, interpelaciones y desafíos.** México: Universidad Nacional de Tres de Febrero; DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. In: **Arte & Ensaios**, PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Ana Maria Gomes Galdino de. **O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Campina Grande, para o desenvolvimento regional.** 2019. Dissertação (Mestrado profissional em políticas públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

REIS JUNIOR, Reinaldo de Lima. **Os limites da experiência de estado desenvolvimentista no Brasil (2003-2015): o caso dos Institutos Federais**. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília, 2017.

SANDESKI, Vicente Estevã. **O conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto e suas implicações para a educação profissional: uma abordagem dos Institutos Federais**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

SILVA, Jamile Delagnelo Fagundes da. **Educação profissional, trabalho e desenvolvimento regional no Brasil no período recente**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional, Blumenau, 2017.

SILVA, Laura Fabiana da. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento do território: uma análise da política de educação profissional e as suas contribuições para o Município de Barreiros**. 2015.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

WAIZBORT, Ricardo; PORTO, Filipe. Epidemias e colapso demográfico no México e nos Andes do século XVI. In: **História, Ciências, Saúde**, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.391-407, Manguinhos, Rio de Janeiro, 2018.



# BIOPODER E RACISMO ESTRUTURAL/INSTITUCIONAL: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA PARA PENSAR A SAÚDE BRASILEIRA EM “TEMPOS DE CORONAVÍRUS”

---

Jairo Silva<sup>21</sup>

## Introdução

As análises antropológicas que abordam o tema saúde, no Brasil, são, em grande medida, influenciadas por um principal propósito: problematizar a relação entre saúde e cultura. Portanto, apesar de pulverizados por outros temas, os enfoques teóricos que discutem as questões da Antropologia da Saúde no país, podem ser demarcados por esta finalidade. Se é verdade que, desde os seus embasamentos teóricos fundamentais, a Antropologia da Saúde brasileira aborda tópicos como: processos e sistemas de cura, dor, emoção, sacrifício, corpo, etc. a cultura sempre está no centro dessas discussões. Dessa forma, os pontos de análise pensados pela Antropologia da Saúde brasileira dialogam, em certo sentido, com um olhar sobre as culturas existentes no Brasil. Entretanto, é necessário dizer que essas discussões sempre encontraram, e ainda encontram, certa dificuldade em se consolidar. É o que

---

<sup>21</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Mestrando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: oriaj\_21@yahoo.com.br

percebemos em uma breve análise histórica sobre os debates em torno de tais questões.

Somente a partir da segunda metade do século passado, as Ciências Sociais conquistaram destaque e importância nas análises sobre a saúde no Brasil. No caso da Antropologia da Saúde, essa relevância vai chegar com “certo atraso”. Podemos sugerir que isso se deu por dois principais fatores. Primeiro, pelo retardamento em considerar o papel central da relação entre saúde e cultura, provocado pela proeminência do paradigma biomédico<sup>22</sup>, que ignora as análises sobre as culturas locais, bem como seus “sistemas” e relação com a ideia de saúde. Segundo, pelo não reconhecimento da relevância dos estudos antropológicos, principalmente em comparação com outros campos das Ciências Humanas Aplicadas<sup>23</sup>, onde, na abordagem sobre saúde, a ênfase é dada, maiormente, à Medicina.

O mesmo efeito de “retardo analítico” pode ser percebido nas críticas sobre a relação entre as questões raciais e a saúde no Brasil. Aqui, destaca-se ainda o seguinte fato: quando das primeiras contribuições para o estudo da relação entre raça, cultura e saúde, já existia uma ampla abordagem teórica sobre o tema raça no nosso país. Com efeito, os olhares que buscaram uma conexão desta “tríade conceitual”, tiveram

---

<sup>22</sup> O modelo, ou paradigma biomédico ganhou força em meados do século XIX. Segundo essa perspectiva, a abordagem das doenças e seus diagnósticos, devem ser pensadas a partir de uma ideia de saúde que não problematiza os contextos sociais, focando apenas na visão de um “corpo saudável”. Esse aprisionamento aos “aspectos físicos”, ignora fatores importantes para a problematização da saúde, como por exemplo as questões culturais.

<sup>23</sup> Tal fenômeno também se deu em outras áreas das Ciências Humanas Aplicadas como: Educação, Psicologia e Assistência Social.

que enfrentar os desafios colocados para sua articulação nos estudos da Antropologia da Saúde brasileira. Principalmente pelas dificuldades de inferir novas questões, nos contextos de uma produção teórica já acumulada e em vias de consolidação. Diante dessa conjuntura, foram pensadas novas estratégias teóricas para auxiliar na iniciativa daquela combinação conceitual. Por conseguinte, lançou-se mão de novos enfoques conceituais e de pesquisas.

Dentre os vários pontos que se destacam nas possibilidades de ampliação da temática racial, a partir da sua relação com as análises da Antropologia da Saúde brasileira, existem dois que podem ser entendidos como basilares: a ideia de biopoder e o racismo estrutural/institucional brasileiro. Em uma problematização feita a partir desses dois pontos, este artigo objetiva-se em apresentar subsídios para uma análise histórico-crítica dos aportes teóricos da Antropologia da saúde no Brasil, assinalando uma contribuição conceitual para pensar a problemática relação entre raça, cultura e saúde. A necessidade de provocação deste debate, justifica-se pelas urgências em propor pontos para uma ampliação dos olhares da Antropologia da Saúde, tomando como base analítica as realidades brasileiras. Especialmente, se considerarmos que tais visões lançam importantes hipóteses que tencionam os entendimentos sobre a saúde brasileira, destacando-se aqui o biopoder<sup>24</sup> e o racismo estrutural/institucional, de onde podemos inferir algumas questões para refletir sobre as realidades em “tempos de Coronavírus”.

---

<sup>24</sup> Cunhado pelo filósofo francês, Michel Foucault (1926-1984), o biopoder refere-se às práticas pelas quais os Estados, na modernidade, efetivam regulações e controles sobre os corpos dos sujeitos.

Para iniciar o debate aqui proposto, primeiramente indicam-se as influências do chamado paradigma biomédico que, ao longo da história, se impõe para a Antropologia da Saúde brasileira como força motriz de problematização da relação entre saúde e cultura. Por conseguinte, parte-se de uma perspectiva histórico-crítica, a fim de sugerir pontos para pensar os tensionamentos presentes nessa relação que mobiliza, desde sempre, os estudos da Antropologia da Saúde no Brasil.

Em um segundo momento, a partir da constatação e problematização de uma dominação que se dá sobre os corpos, a abordagem de biopoder surge como fundamental para refletir sobre a relação entre raça, saúde e cultura. Nesse sentido, são indicadas questões que podem auxiliar em uma reflexão sobre os efeitos das chamadas “visões sanitárias”. Tais visões evidenciam a eugenia presente também nas lógicas da saúde brasileira. A ideia de biopoder, bem como a noção de biopolítica, corroboram esses espectros, delatando as ações de um embranquecimento presente também na saúde brasileira.

No terceiro ponto do texto, é discutido o racismo estrutural/institucional brasileiro, sugerindo motes para refletir sobre os seus efeitos, a partir da disseminação de uma lógica histórica de reprodução do sistema de dominação dos corpos. Este sistema se materializa também pelas vias da saúde, onde enfatizam-se, desde o pós-abolição, o papel das instituições e os seus mecanismos de efetivação do racismo estrutural/institucional e histórico brasileiro.

Nas considerações finais, são apontados, brevemente, temas para refletir os tópicos trazidos neste artigo, a partir da situação atual da saúde brasileira, sobretudo na abordagem do assunto Covid-19. Nesse sentido, questiona-se sobre a

materialização do racismo estrutural/institucional, bem como das ideias de biopoder e biopolítica, passando a entendê-los como fundantes do caos instalado na saúde brasileira, onde evidencia-se, em “tempos de Coronavírus”, um número maior de pessoas negras acometidas pelos efeitos da pandemia global de Covid-19.

### **Influências do paradigma biomédico na antropologia da saúde brasileira: problematizando a relação entre saúde e cultura**

Somente a partir da segunda metade do século passado, as Ciências Sociais conquistaram importância nas análises sobre saúde no Brasil. Foi o que indicou Canesqui (2010), ao analisar a produção acadêmica nas áreas das Ciências Sociais e Humanas em Saúde no país, de acordo com um período de 20 anos (1997 a 2007): “As CSHS introduziram-se nas instituições de Saúde Coletiva com suas várias denominações e influências internacionais, no Brasil, consolidando-se como disciplinas básicas fundadoras desse campo, criado ao final da década de setenta” [...] (CANESQUI, 2010, p. 1956).

Em Minayo (1998, p. 31), percebemos, a partir de uma perspectiva histórica mais ampliada, os contextos nos quais a Antropologia objetivou-se nos estudos sobre saúde:

Os primeiros trabalhos da disciplina sobre o objeto saúde surgem a partir da II Guerra Mundial, quando antropólogos europeus e americanos focalizavam os países subdesenvolvidos como alvos preferenciais dos modelos de saúde pública, gestados nos moldes culturais dos chamados países desenvolvidos.

Tratava-se de projetos de compreensão de hábitos e costumes de outros povos e grupos, com o objetivo de transmitir uma certa "ciência da conduta", através da educação sanitária e da orientação para erradicação de doenças transmitidas por vetores.

Tais afirmações, além de indicarem um local histórico de onde pode-se visualizar o início de problematizações sociais e antropológicas sobre a saúde, apontam caminhos para pensarmos a complexa relação entre saúde e cultura no Brasil. Deste modo, partindo das duas citações expostas acima, pode-se perceber pontos históricos e centrais para refletirmos criticamente sobre essa relação.

Inicialmente, trata-se de observar, em Canesqui (2010), as "influências internacionais" que estão presentes nas primeiras discussões que envolvem as análises da Antropologia brasileira sobre saúde. Esse conjunto de influências, que determinavam o papel da Antropologia na relação com as problemáticas da saúde, estava inscrito nos controles do problemático "paradigma biomédico" que, por seu turno, se estabeleceu na área da disciplina desde os seus primórdios. Nesse diapasão, Minayo (1998) aponta duas correntes de pensamento dominando os embasamentos iniciais da Antropologia da Saúde no Brasil: a norte-americana e a francesa. De tal modo, temas entendidos inicialmente como sendo "contribuições fundamentais", evidenciavam uma categorização conceitual vinculada a uma visão biomédica, "norteamericanizada", das questões primeiras da Antropologia da saúde brasileira. Posteriormente, a hegemonia do espectro norte-americano, fundante do

pensamento biomédico e da sua relação com a Antropologia, foi minimizada<sup>25</sup> pela “visão francesa”.

Através das contribuições das duas teóricas apontadas, conclui-se: i) que as influências internacionais se apresentam para Antropologia da Saúde brasileira, desde as suas primeiras pesquisas e fundamentações teóricas iniciais e; ii) que o paradigma biomédico está densamente presente nos sentidos elementares da Antropologia da Saúde no Brasil.

Indicando, mais uma vez, os atendimentos de Minayo (1998), ficam explicitados, pelo menos, mais dois pontos para pensar a relação entre saúde e cultura: i) um olhar vindo de uma cultura do “mundo desenvolvido” que, por meio da saúde, se colocava como modelo para as “culturas subdesenvolvidas” e; ii) um entendimento de que existiam “outros” que necessitavam serem controlados a partir de uma “ciência da conduta” e de uma espécie de “educação sanitária”, solidificadas na e pela ideia de saúde. Estes significados apresentam sentidos de problematização em saúde presentes nos primeiros trabalhos das Ciências Sociais e da Antropologia da Saúde, no nosso país. Nisto, é notória a “ideia oculta” de uma dominação cultural, presente nas práticas de antropólogos europeus e norte-americanos que atuavam na área da saúde.

Destarte, se sabemos que são essas duas correntes de pensamento que se destacam, desde os primeiros enfoques da Antropologia da Saúde brasileira, é razoável afirmar que aqui se dá mais uma forma de fortalecimento do paradigma biomédico nas abordagens iniciais da Antropologia da Saúde no Brasil.

---

<sup>25</sup> Mas não desapareceu. Uma forma de ver o quanto a paradigma biomédico ainda está presente na relação entre o médico e o paciente, pode ser observada em: EISENBERG; GOOD; KLEINMAN. (2006).

Significa dizer ainda, que o modelo biomédico atua, sobretudo, na materialização de uma dominação cultural, independentemente de as pesquisas estarem ligadas aos métodos qualitativos ou quantitativos. Afinal: “nenhuma pesquisa é neutra seja ela qualitativa ou quantitativa. [...]” (MINAYO, 2000, p. 37).

Contudo, se é verdade que a partir destes argumentos podemos pensar pontos para o questionamento das influências do paradigma biomédico na Antropologia da Saúde no Brasil, tais afirmativas requerem, dentro dos limites deste texto, um maior aprofundamento. Agora, passamos a refletir um pouco mais sobre essas questões, partindo de uma rápida apreciação histórica dos “objetos” de análise da Antropologia, bem como das formas como se colocaram para pensar a Antropologia da Saúde. Como se sabe, a Antropologia que olhou para o “outro” sempre em comparação com os indivíduos das sociedades envolventes é, em grande medida, a mesma que se colocou para pensar uma relação entre saúde e cultura. Suas análises e práticas de pesquisas buscaram entender as culturas como sistemas, inferindo mecanismos de compreensão do “mundo do outro” e relacionando-o, a partir de paradigmas pensados “de fora”, com o mundo de quem o observava. Uma visão muito comum, de donde podemos pensar a relação entre saúde e cultura quando da análise sobre a Antropologia da Saúde, dialoga com apreciações da ideia de “eficácia simbólica”<sup>26</sup>, indicada por Lévi-Strauss (2008).

---

<sup>26</sup> Não cabendo aqui um aprofundamento da ideia de eficácia simbólica, dados os limites deste texto, entende-se que essa ideia pode ser proposta como um marco para pensar a noção de “olhar de fora” nas questões abordadas pela Antropologia da Saúde.



Se não é possível aprofundar, nos limites deste artigo, as problemáticas envolvidas nesses paradigmas pensados pelo olhar de fora, podemos pensar, por um rápido ângulo histórico-crítico, os efeitos de tais perspectivas na relação entre saúde e cultura. É o que percebemos quando da abordagem de Follér, Langdon e Maluf: “a saúde apareceu [também no Brasil] como tema embutido em discussões sobre folclore, magia, religião e nos estudos de comunidade, entre outros, e em alguns trabalhos esparsos [...]” (FOLLÉR; LANGDON; MALUF, 2012, p. 55). Percebemos, partindo dessa perspectiva, que os marcos teóricos da Antropologia da Saúde brasileira, estão postos para serem problematizados numa abordagem sobre certas “deturpações” dos aspectos locais. Tais deturpações são fortalecidas pelos efeitos do paradigma biomédico, que agem no percurso de consolidação histórica da disciplina.

Contudo, se esses desvios (ou reducionismos esparsos) devem ser refletidos tomando como base uma crítica do paradigma biomédico, não se pode perder de vista os limites e possibilidades da delicada relação entre a Antropologia e a Medicina, bem como entre a saúde e a cultura, conforme indica a pesquisa realizada por Loyola (1984). Por fim, se pretendemos lançar um olhar sobre tais relações, deve-se refletir sobre “novos” elementos para uma teoria antropológica da saúde, superando (ou ao menos minimizando) as consequências do paradigma biomédico.

Para Duarte (1998) o “culturalismo radical” pode auxiliar no cumprimento de uma tarefa que vise indicar os limites da Antropologia, também na abordagem sobre a relação entre saúde e cultura, oferecendo mecanismos de superação do paradigma biomédico. Nesse diapasão, cabe enfatizar que, a

partir da ideia de culturalismo radical, são propostos novos prismas para uma análise da ideia homogeneizadora de saúde. Nesse sentido, a noção de saúde deveria ser entendida partindo de noções presentes em cada cultura. Tais análises tomariam como centro as perspectivas nativas. Por seu turno, essas perspectivas entendem os sujeitos individuais e/ou coletivos como ponto de partida, principalmente nas apreciações sobre suas dinâmicas culturais, que podem ser alcançadas, por exemplo, em um olhar sobre micros e macros processos de dominação existentes nas especificidades culturais, bem como nas suas relações de poder. Assim, pesquisas sociais e antropológicas podem auxiliar na visualização destes processos e relações.

Na realidade brasileira, podemos ponderar sobre essas “novas” perspectivas a partir das abordagens que consideram o biopoder como um fator preponderante para refletir sobre uma dominação que, a partir da ideia de saúde, se materializa sobre os corpos. Assim, os enfoques que levam em conta o biopoder visam aprofundar as análises de contextos específicos. Com efeito, saúde e cultura passam a ser entendidas como campos complexos da relação humana, dialogando com questões regionais e particularizadas. Destarte, para refletir sobre a Antropologia da Saúde no Brasil, considerando a complexa relação entre saúde e cultura, é necessário considerar as questões que buscam superar as influências históricas e fundantes do paradigma biomédico que, inscrito desde as primeiras abordagens da Antropologia da Saúde brasileira, influencia as discussões sobre saúde no nosso país. No próximo ponto, tomando o biopoder como questão fundamental, são oferecidas contribuições para discutirmos essa perspectiva.

## **Biopoder e saúde no Brasil: entre visões sanitарistas, eugenia, biopolítica e embranquecimento**

Quando se fala das questões de raça na Antropologia da Saúde, é preponderante que se pondere sobre biopoder<sup>27</sup>. Partindo desse ponto de vista e considerando que, no Brasil, a relação entre saúde, raça e cultura se dá a partir de um controle sobre corpos, podemos dizer que o biopoder é um assunto que se apresenta de forma marcante, para as análises antropológicas da realidade brasileira, quando das abordagens sobre saúde. Assim, quando nos referimos à problematização dos mecanismos de dominação que, agindo via questões culturais, se efetivam na relação entre saúde e cultura, como indicou Vigoya (2004), a abordagem do biopoder se coloca como fundamental.

No enfoque aqui proposto, a perspectiva de biopoder está acoplada àquilo que chamamos de “visões sanitарistas” da saúde e da cultura. Tais visões, evidenciam que a sociedade brasileira foi pensada a partir de uma concepção racista, conforme será abordado no próximo ponto deste texto, onde a saúde é instrumentalizada e convertida em objeto de arbítrio sociocultural, passando a ser refletida e efetivada como campo de materialização das lógicas do biopoder e da biopolítica. Nesse sentido, se a saúde ocupou e ocupa, historicamente, um papel fundamental no domínio sobre os corpos, tal fenômeno se concretiza por meio de dois principais sentidos: controle político

---

<sup>27</sup> Apesar de não ser o foco da nossa análise, é necessário dizer que as abordagens de gênero e saúde no Brasil, também podem ser pensadas a partir da ideia de biopoder.

e estigmatizações. Significa dizer que há uma conexão simbiótica entre biopoder, racismo e “sanitarismo cultural”, de onde podemos ponderar tensionamentos existentes na relação entre saúde, raça e cultura no nosso país.

Nesse complexo campo de problematizações, entende-se que a biopolítica exerce sobre os corpos uma influência que se manifesta através da regulação da natalidade, fecundidade e morbidez. Assim, a percepção moderna do biopoder, articulado à biopolítica na saúde, se apresenta a partir de um domínio racista, no qual a Medicina é convertida em instrumento de efetivação da ideia de superioridade cultural, contribuindo de forma estratégica para a exploração de raça. Nessa lógica de opressão, há ainda um destaque sobre as questões de gênero. Pois, na sua implementação, os corpos das mulheres negras passam a ser, mais ainda, objeto de controle público.

Em outra perspectiva, esse biopoder vai contribuir para o surgimento das “políticas sanitárias de saúde” que, no Brasil, são marcadas por enfoques racistas desde suas origens. Como indicou Vigoya (2004), a ideia primordial, ligada a tais enfoques, consistia em um plano de “embranquecimento” da sociedade. A forma de implementar tal projeto foi estabelecida a partir de políticas estratégicas e específicas:

A cultura da saúde pública implicou uma vasta empreitada de aculturação das populações indígenas e africanas, através de dispositivos de imposição e persuasão que traziam implícita a chancela de uma missão civilizadora. Do mesmo modo, a implementação de programas de combate às grandes endemias esteve e continua sempre associada a práticas de interiorização e submissão dessas populações, isto é, à constituição de relações políticas específicas [...] (VIGOYA, 2004, p. 139)

Deste modo, a partir da “primazia do conhecimento biomédico”, bem como da intervenção danosa dos controles do biopoder e da biopolítica na saúde, constituíram-se os mecanismos de dominação racista e, mais ainda, os instrumentos de estigmatização da população negra no Brasil. Tais concepções, coadunadas com a visão sanitaria da cultura, fortaleceram os argumentos de que existia um problema que deveria, antes de qualquer outro entendimento, ser resolvido quando do atendimento das demandas de saúde de homens e mulheres negras. Evidencia-se assim, que o problema consistia na própria existência dos corpos negros.

A partir daqui, é necessário destacar que esses processos de dominação correspondem a um sentido de superioridade eugênica que, existente no Brasil desde o alvorecer do século passado, significou um projeto político que visava uma “limpeza étnica”, bem como um embranquecimento da população brasileira, de onde podemos refletir, por exemplo, sobre as atuais problematizações da ideia de branquitude<sup>28</sup>. Para pensar o poder e influência que a eugenia exerceu e exerce sobre a saúde brasileira, “basta” constar que, não por acaso, o grande expoente desse pensamento e pai da eugenia no Brasil, foi o médico Renato Ferraz Kehl<sup>29</sup>. Defendendo e

---

<sup>28</sup> A branquitude é uma ideia de pertencimento étnico-racial atribuída as pessoas brancas. No Brasil, ela expressa o lugar mais elevado da pirâmide social e da hierarquia racial. Isso gera uma série de privilégios raciais (simbólicos e materiais) ao homem e a mulher branca. Inclusive o poder de classificar os outros como não brancos. O que significa, maiormente, ser menos do que o branco. Portanto, se é algo que está ligado ao fenótipo, também se expressa para além dele.

<sup>29</sup> Renato Ferraz Kehl (1889-1974), farmacêutico, médico e escritor, publicou várias obras onde ficam evidentes seu pensamento de cunho eugênico e racista. Junto a outros médicos, pensadores e sanitaristas, Kehl contribuiu

auxiliando na concretização de “medidas extremas”, a exemplo da “esterilização eugênica”, o referido médico acastelava a noção de que a saúde devia servir à busca de um “corpo perfeito”. Nos desdobramentos deste projeto, evidenciou-se que esse corpo perfeito era, na verdade, o corpo branco. Nesse sentido, se a ideia de perfeição guarda no seu extremo contrário a ideia de imperfeição, os “corpos imperfeitos” e “denegados” (negros e negras) eram concebidos como alvos fundamentais das “políticas sanitárias de saúde”.

Fins das políticas de saúde, negros e negras passaram a ser alvejados pelos fomentos do racismo científico. Assim, várias políticas de saúde foram pensadas pelas teorias eugênicas, vinculando às populações negras as famigeradas “doenças hereditárias”. O resultado significou, além de um controle racista via biopoder/biopolítica, uma visão estigmatizada da população negra. De tal modo, negros e negras passaram a ser enxergados como “problema de saúde pública”, onde suas especificidades culturais foram reprimidas e/ou desconsideradas. Vê-se, portanto, que há uma relação histórica que vai desde a eugenia, passando pelo biopoder e biopolítica, desaguando em processos de materialização do racismo expressado em um “sanitarismo cultural”.

As atualidades destas constatações indicam, além de uma política de desvalorização proposital da identidade negra e suas especificidades, certa “ausência de efetividade” das políticas de saúde voltadas para a população negra. Essa ineficácia se dá, sobretudo, como resultado de um racismo estrutural/institucional, que está presente na concepção e

---

para o pensamento e as ações eugênicas no Brasil, sobretudo, na sua materialização via políticas ligadas à área da saúde.

efetivação das políticas de saúde para a população negra brasileira. No próximo ponto, passamos a perceber como isso se manifesta, num sentido de retroalimentação destas formas de manifestação do racismo histórico brasileiro. Direcionando o olhar sobre a saúde da população negra, bem como para as políticas públicas de saúde que se desenvolveram no Brasil, podemos perceber como o racismo apresenta nuances para pensar a relação entre saúde e cultura brasileira.

### **O racismo estrutural/institucional: matizes para problematizar a relação entre raça, cultura e saúde no Brasil**

Se o biopoder e a biopolítica exercem sobre os corpos o controle das dimensões socioculturais, ele retroalimenta a relação entre a saúde e a cultura, manifestando-se nos matizes do racismo estrutural/institucional brasileiro. Nessa perspectiva, é necessário constar que esse é um fenômeno que ocorre desde o pós-abolição, em uma situação em que a população negra “liberta”, se viu sem-terra, sem teto, empurrados para os guetos e perseguidos nas ruas. Em suma, o pós-abolição aprofundou as raízes do sistema de dominação racista brasileiro, fundando o que podemos considerar como as bases do racismo estrutural/institucional.

Para Góes e Santos (2015, p. 2532), existem três mecanismos de dominação racista na relação saúde-gênero-raça no Brasil: [...] “a partir da tese do embranquecimento e pureza racial, contando principalmente com o campo da saúde para este fim, especificamente foram utilizadas três áreas dentro da saúde, a medicina legal, eugenia e o higienismo.” Portanto,

se sabemos que a eugenia e o embraquecimento da saúde estabelecem-se como resultado/resultante do racismo estrutural/institucional na saúde brasileira, suas manifestações se colocam a partir dos interesses das classes dominantes que, ocupando a área da saúde, viam no “controle das epidemias” mais um instrumento de materialização da superioridade racista.

Esses matizes da dominação racista, fundam um pensamento estrutural na Medicina nacional que, logo depois, com a organização e consolidação do Estado Brasileiro, agrega-se ao racismo institucional em um projeto estrutural-econômico, orientando essa área a privilegiar a saúde do branco e fortalecendo os estigmas sobre a população negra:

Na saúde pública, médicos sanitaristas, sob os interesses das classes dominantes concerniam no controle de determinadas epidemias, ao mesmo tempo em que realizavam a dicotomia racializada no enfrentamento das epidemias, como no combate à febre amarela, doença que incidia entre os imigrantes, mão de obra estratégica na expansão econômica da virada do século XIX para o século XX, em detrimento do enfrentamento do problema da tuberculose que atingiria a população pobre das grandes cidades, pois a luta contra a febre amarela tinha um aspecto racial (GOES e SANTOS, 2015, p. 2534).

Outra importante constatação é a de que: “Para a eugenia, a discussão de gênero também era central, pois era pela reprodução que ocorria a modificação e a transformação hereditária das gerações futuras” (GOES e SANTOS, 2015, p. 2536). Aqui, mais uma vez é colocada a importância da dimensão de gênero para problematizar o campo dos aspectos da dominação do racismo estrutura/institucional no Brasil, via saúde.



Pensando mais uma vez com Vigoya (2004), entendemos que se o imaginário racista aponta para uma discussão entre gênero, raça e saúde, indicando os estigmas da população negra nas suas demandas no campo da saúde, é mesmo aí que se estabelece o horizonte de resistências. Partindo destes pressupostos, visualizamos as denúncias oferecidas pelo Movimento Negro brasileiro durante todo o século XX. Tais denúncias, que também se deu nos meios acadêmicos, procuraram evidenciar os contornos do racismo estrutural/institucional, buscando e efetivando um projeto para a sua superação, de onde destaca-se novos entendimentos sobre a saúde da população negra no nosso país. Estes entendimentos, além de valorizar a identidade negra rejeitando a sua estigmatização, propunha formas não-hegemônicas de conceber a saúde para essa população. Por conseguinte, toda a compreensão passava, necessariamente, por um respeito às especificidades dos corpos de negros e negras, bem como das suas demandas culturais e das questões históricas do Brasil, em um diálogo com visões não-racistas e não-estigmatizantes.

Para pensar a concretização desse respeito, combatendo o racismo estrutural/institucional na efetivação de um programa de saúde da população negra, podemos sugerir as indicações de Monteiro (2004). A partir de uma revisão bibliográfica, a pesquisadora identifica como os conceitos de raça e etnia estão colocados na literatura sobre saúde, relacionando-os aos indicadores da área. Sua proposta visa contribuir para a discussão a partir da sugestão de três tópicos de problematização: i) um balanço da literatura internacional<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> É necessário dizer que, apesar de a autora falar de uma literatura internacional, a sua abordagem está vinculada à produção norte-americana.

sobre as relações entre etnia/raça e saúde; ii) visões da produção bibliográfica brasileira sobre o tema da saúde da população negra e; iii) desafios das investigações na área da saúde centradas na origem étnica/racial. Assim, Monteiro (2004) entende que a produção internacional sobre tais questões pode ser identificada a partir de: uma produção consolidada nos Estados Unidos da América; incipiente na América Latina e; precária/pujante no Brasil.

Inicialmente, percebe-se que a produção norte-americana é pensada a partir de vários aspectos que podem auxiliar na percepção da relação entre raça e saúde. Dentre esses aspectos, destacam-se: fatores de risco; a questão da fragilidade dos modelos estatísticos; fatores sociais e; o “paradigma do biodeterminismo”. Tais concepções exercem certa influência no que é pensado pelas visões sobre a saúde da população negra no Brasil, onde a pujança na literatura nacional se dá pela contribuição das organizações da sociedade civil. Além disso, reconhece-se a contribuição do Feminismo Negro em apontar pontos para refletir sobre a saúde e as questões raciais no Brasil, bem como meios para superação do racismo estrutural/institucional brasileiro.

Ainda segundo Monteiro (2004), para problematizar essas questões dois principais pontos devem ser considerados: O não reconhecimento do racismo e; a problemática questão do “quesito cor” na identificação dos indivíduos. Se estes dois pontos dialogam com temas trazidos anteriormente, outra questão fundamental são os motes indicados quando da crítica aos limites do Sistema Único de Saúde - SUS, na abordagem das questões raciais brasileiras. Nesse sentido, como problemas e desafios, colocam-se: i) a necessidade de problematização da

falta de consistência conceitual dos termos raça e etnia; ii) denunciar visões que fortalecem o racismo e indicam que as populações negras estariam “mais suscetíveis” a determinadas doenças, advertindo que o pano de fundo de tais ideias sempre dialoga com as noções de higienização social e; iii) ponderar sobre as pesquisas populacionais que fazem uso equivocado das “problemáticas classificações raciais”. Por fim, é necessário fazer uma abordagem sobre a relação raça e saúde, considerando os efeitos do racismo no Brasil, além das questões históricas, socioeconômicas e políticas brasileiras.

Como vimos, o racismo estrutural/institucional, bem como a ideia de biopoder, são pontos fundamentais para pensar uma problematização da relação entre saúde e cultura no Brasil. Concluindo os debates aqui propostos, serão apontados alguns temas para pensar, a partir da atual conjuntura brasileira, os tópicos trazidos neste artigo. Em “tempos de Coronavírus”, como podemos refletir sobre os efeitos do biopoder e do racismo estrutural/institucional na saúde, em uma realidade onde o maior número de pessoas acometidas pelos efeitos da pandemia global de Covid-19 é de negros e negras?

### **Considerações finais: biopoder, racismo e suas consequências em “tempos de coronavírus”**

Antes de iniciarmos as considerações conclusivas deste artigo, é imperativo expor que nessa parte do texto, serão indicadas algumas questões para refletirmos como o biopoder e o racismo estrutural/institucional podem ser pensados como fenômenos que implicam na atualidade do debate sobre Covid-19. Com efeito, aqui será realizado um esforço intelectual de

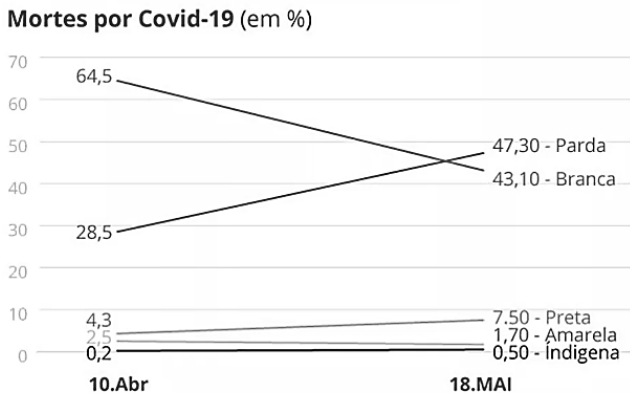
relacionar os pontos trazidos no nosso texto com atuais levantamentos, notícias e boletins que, voltados às abordagens sobre Covid-19, auxiliam na resposta à provocação que fechou o ponto anterior.

O ano de 2020 estará marcado na história mundial como um período de grande turbulência social. Os choques causados pelos “tempos de Coronavírus” significam incertezas que capturam nossas subjetividades e objetividades. A ideia de perda de controle, os impactos socioeconômicos e as implicações dos processos de isolamento social ainda são inimagináveis. Entretanto, se algumas consequências da pandemia global de Covid-19 são impossíveis de visualização à primeira vista, um olhar um pouco mais aprofundado sobre a nossa constituição histórica pode evidenciar processos que, presentes ao longo da história das grandes epidemias no Brasil e no mundo, se repetem na conjuntura atual.

Nesse contexto, o Brasil ocupa um lugar (negativo) destacado nas análises sobre o Covid-19. No nosso país, os efeitos do racismo estrutural/institucional, bem como do biopoder, podem ser visualizados, a partir das causas e consequências da situação atual, em conjunturas regionais e nacional. Além disso, olhar para esses dois temas, pensando e avaliando suas relações e implicações em “tempos de Coronavírus”, também auxilia na contextualização sobre os primeiros dados e resultados de pesquisas sociais, recentes sobre a Covid-19 no Brasil.

Nesse sentido, se existem questões que ainda não podem ser respondidas, algumas outras estão relacionadas a nossa realidade histórica de um racismo estrutural/institucional materializado na saúde, bem como de um biopoder que, via

biopolítica, se impõe para pensarmos as realidades existentes nos contextos brasileiros. Nessa perspectiva, é preocupante a constatação de que a Covid-19 repete o caminho trilhado por outras epidemias no Brasil, matando e vitimando mais negros e negras, conforme aponta a figura 1.



Fonte: Ministério da Saúde

Figura 1: classificação racial, segundo o Ministério da Saúde, das mortes por Covid-19 no Brasil (em %), de 10 de abril a 18 de maio de 2020.

Ainda analisando a figura 1, fica evidente as questões abordadas por Monteiro (2004), quando da ausência de problematização da falta de consistência conceitual dos termos raça e etnia, provocada pelo racismo estrutural/institucional presente na saúde brasileira. Portanto, cabe questionar se poderíamos pensar a categoria “parda” como resultado do embranquecimento na saúde, que desconsidera a população negra na sua complexidade de relações e imposições das classificações racistas estruturais/institucionais. Por fim, se somarmos as categorias “parda” e “preta”, teremos um total de

54,80% de mortos, de 10 de abril a 18 de maio de 2020, no Brasil. Contudo, ao comprarmos esse total à soma das classificações “branca” a “amarela”: 44,80%, considerando o mesmo período, fica evidente os 10% a mais de mortos. Em suma, conforme a pandemia avança, morre mais negros e negras e menos brancos e brancas.

Em outro diapasão, destaca-se que o crescimento da morte proporcional de indígenas acometidos pelo Covid-19 acompanha o aumento da curva de contágio, passando a ser um fator de preocupação nas análises sobre os efeitos da pandemia no Brasil. Aqui, podemos pensar os resultados do biopoder e da biopolítica que, nos “tempos de Coronavírus”, lega aos povos indígenas o sério risco de dizimação de etnias, fenômeno ocorrido como advento de outras pandemias no Brasil e no mundo. Vale lembrar que muitos indígenas não têm “corpos conhecedores” de vírus vindos das sociedades envolventes e, por não estarem preparados para “interagir geneticamente” com tais vírus, são levados à morte por complicações da infecção.

Sobre a questão da saúde pública em “tempos de Coronavírus”, Soares (2020), em uma abordagem sobre o papel da educação na conjuntura atual, entende que a pandemia: “Evidencia a perversidade do avanço do neoliberalismo na saúde pública, mostra que até os países do “primeiro mundo” cortaram verbas e os sistemas de saúde colapsam.” (SOARES, 2020, p. 5).

Outra constatação das evidências do racismo estrutural/institucional, bem como da ideia de biopoder para pensar a conjuntura atual, é a de que, em plena pandemia, a população negra tem sido colocada em situações de risco constante. Nas filas dos bancos, em busca do “Auxílio

Emergencial”<sup>31</sup>, ou na grande parcela de trabalhadores informais, entregadores de aplicativos de *fast-food*, que não pararam, apesar da pandemia e do isolamento social, pessoas negras buscam suporte financeiro para sobreviver. Nessa perspectiva, constatamos que a pandemia: [...] “expõe e exacerba as desigualdades estruturais no Brasil e no mundo. Centro e periferia pagam a conta das emergências em saúde de forma distinta – a tragédia que hoje experimentamos realça os diferentes lugares que ocupamos.” (LIRA e RODRIGUES, 2020, p. 23).

Por fim, é necessário dizer que para mudar essa realidade histórica, bem como a conjuntura atual, onde o racismo estrutural/institucional e o biopoder se colocam como fatores complicadores para a saúde brasileira, é urgente que toda a sociedade brasileira e mundial se empenhe não só em conscientização, mas em ações efetivas que possibilite, a partir de políticas públicas de saúde, implementar um programa de saúde inclusivo e não-racista/discriminatório.

## Referências

CANESQUI, Ana Maria. Temas e Abordagens das Ciências sociais e humanas em saúde na produção acadêmica de 1997 a 2007. **Ciência e saúde coletiva**, 15 (4), 1955-1966, 2010.

---

<sup>31</sup> Segundo o banco Caixa Econômica Federal: “O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.” Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/Paginas/default2.aspx>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Pessoa e dor no ocidente (o “holismo metodológico” na antropologia da saúde e doença). **Horizontes Antropológicos**, 4 (9), 13-28, 1998.

GOES, Emanuelle Freitas; SANTOS, Elisa Maria. RACISMO, GÊNERO E SAÚDE NO BRASIL. In: **18 REDOR**. 2014. Recife. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. p. 2532-2539. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/File/1944/791>. Acesso em: 07, nov. 2019.

EISENBERG, Leon; GOOD, Byron; KLEINMAN, Arthur. 2006.

Culture, illness, and care: Clinical lessons from anthropologic and cross-cultural research. **Focus**, 4, 140-149, 2006.

FOLLÉR, Maj-Lis; LANGDON, Esther Jean; MALUF, Sônia Weidner. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. **Anuário Antropológico**, 37 (1), 51-89, 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Eficácia Simbólica. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Trad.: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 201-220.

LIRA, Luciana; RODRIGUES, Ana Cláudia. Questões sobre Antropologia e Emergências em Saúde: algumas palavras sobre a experiência do Zika Vírus e a Pandemia da Covid-19. In: **Boletim Ciências Sociais e coronavírus AMPOCS**, São Paulo, n. 31, 2020, p. 5-7. Disponível em: [http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim\\_CS/Boletim\\_n31.pdf](http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n31.pdf). Acesso em: 18, mai. 2020.

LOYOLA, Maria Andréia. As doenças, os doentes e os especialistas. In: LOYOLA, Maria Andréia, **Médicos e**



**Curandeiros:** conflito social e saúde. São Paulo: Difel, 1984. p. 159-192.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. Construção da identidade da antropologia na área de saúde: o caso brasileiro. In: ALVES, Paulo César; RABELO, Miriam Cristina (Orgs.) **Antropologia da Saúde:** traçando identidade e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Relume Dumará, 1998. p. 29-46.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p. 28-88.  
MONTEIRO, Simone. Desigualdades em Saúde, Raça e Etnicidade: questões e desafios. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (org.). **Etnicidade na américa latina:** um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 45-56.

SOARES, Sávía Bona V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação: In: SOARES, Sávía Bona V. et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil.** Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020. p. 5-14.

VIGOYA, Mara Viveiros. A Propósito das Relações entre Etnicidade, Cultura, Poder e Saúde. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (org.). **Etnicidade na américa latina:** um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 137-152.

# MÚSICA – ORIENTE, EURÁSIA E DIAS ATUAIS

---

Tiago Cardoso da Silva<sup>32</sup>

## Introdução

A história da música imerge na história humana. Não há certezas sobre a origem e será muito difícil descobrir o porquê da gênese. Em termos concretos, o que se sabe dos primórdios da nossa atividade musical provém essencialmente de alguma iconografia que sobreviveu a milhares de anos, por exemplo, as pinturas rupestres na gruta de “Les Trois Frères <sup>33</sup>”, consideradas como o mais antigo testemunho da nossa história musical<sup>34</sup> e que parecem evidenciar que o Homem pré-histórico já usava os sons de forma intencional.

Ainda do período paleolítico também se conhecem instrumentos de sopro, feitos de osso, por exemplo a flauta encontrada na Eslovênia (em 1995<sup>35</sup>), que se calcula datar de aproximadamente 45.000 anos atrás. Contudo, a importância da figura de “Les Trois Frères” é particularmente significativa,

---

<sup>32</sup> Professor de Música no Colégio de Aplicação/CAP da Universidade Federal de Roraima/UFRR.

E-mail: [tiago.cardoso@ufr.br](mailto:tiago.cardoso@ufr.br)

<sup>33</sup> “Trois Frères, Les”, Encyclopedia Britannica (Encyclopedia Britannica Premium Service, 2020, disponível em <http://www.britannica.com/place/Trois-Freres> [Jun 2020]).

<sup>34</sup> J. Chailley, “40.000 Anos de Música” (Ed. Luis de Caralt, Barcelona, 1970, p.5).

<sup>35</sup> I. Turk, “Neanderthal flute”, Government Public Relations and Media Office, 2003 (disponível em <http://www.uvi.si/eng/slovenia/background-information/neanderthal-flute> [Jun 2020]).

porque ao mesmo tempo que parece retratar um instrumento de corda, o arco musical também mostra uma associação da música (no caso, execução instrumental) e a dança com uma situação conotada com aspectos transcendentais, ritualistas e mágicos.

A música é uma necessidade humana fundamental e tornou-se não apenas uma fonte de prazer, mas também uma fonte inesgotável de saúde e bem-estar. Ela influencia o homem antes do nascimento e seus efeitos são sentidos em todos os níveis. Tem um significado que é passado tanto aos intérpretes quanto aos ouvintes. É uma representação simbólica de coisas, ideias e comportamentos. A música de uma determinada cultura tem pleno significado apenas para seus membros, portanto, não é uma linguagem universal que possa ser extrapolada para outras culturas, uma vez que é necessária experiência e aprendizado anteriores. Mas há um aspecto que é universal, o fato de que a música pode emocionar o ouvinte.

### **A música, a magia, o divino e os cosmos**

“Para el hombre y las culturas primitivas, la música no es un arte: es un poder, cuya fuerza la ubica en el origen mismo del mundo” (Perazzo <sup>36</sup> ). Esta Perspectiva encontra-se igualmente nas obras, ou fragmentos de obras, que nos chegaram da antiguidade, nas quais a música aparece, frequentemente, associada a uma origem divina, aos mitos, a uma ideia de *sobrenatural* ou ainda aos elementos cósmicos. Seguem-se alguns exemplos: na China, considerava-se que os

---

<sup>36</sup> J.I.P.P. Perazzo, “Algunos antecedentes históricos de la Música en Las Culturas Ancestrales avanzadas”, 2004.

princípios da música seriam os mesmos do eterno sagrado, *huang chung*, expressão que tanto se referia ao tom fundamental da música chinesa como, no sentido simbólico, à autoridade divina; na Índia, segundo a tradição, o próprio Brahma ensinou o canto ao profeta. Narada e este, por sua vez, transmitiu-o ao resto dos homens; no Egito, antes do ano de 4000 a.C., a música também era recorrente nos ritos, cerimônias religiosas e militares, festas etc. Para os egípcios, o deus Thoth teria criado o mundo através de sons.<sup>37</sup> Os babilônios e gregos relacionavam o som com os cosmos através de uma concepção matemática das vibrações acústicas, representadas numericamente e expressas também na astrologia:

Los pitagóricos concibieron la escala musical como un elemento estructural dentro del cosmos. Además, el firmamento se reflejaba como una especie de armonía - la 'armonía de las esferas'-, y el espado tonal se obtenía por medio de una sola cuerda tensada (monocordio), de manera que reflejase esa armonía". (Robertson e Stevens<sup>38</sup>).

É neste contexto que Platão (c. 428;27 a.C. – 347 a.C.), que considerava a astronomia e a música como ciências irmãs, “tal como afirmam os pitagóricos<sup>39</sup>”, refere o som provocado pelo movimento dos planetas, acompanhado pelo canto das deusas *Láquesis*, *Cloto* e *Àtropos*<sup>40</sup>; e que Aristóteles (c. 384

---

<sup>37</sup> J. Alvin, “Musicoterapia” (Ed. Paidós, Buenos Aires, 1967) e P. Rivière no artigo “Um Bref Historique de la Musicothérapie”.

<sup>38</sup> A. Robertson & D. Stevens, “Historia General de la Música” (Madrid, ed. Istmo, 1972, vol. I, p.154)

<sup>39</sup> Platão, “A República” 530d (Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Trad. Port. De M<sup>a</sup> Helena da Rocha Pereira, 2001).

<sup>40</sup> Idem 617c.

a.C. – 322 a.C.), em *A Metafísica*, escreve, citando os pitagóricos, que: “todo o céu é harmonia e número<sup>41</sup>”.

## **A Harmonia das Esferas e a Teoria do Ethos**

As ideias de uma alma do mundo (*anima mundi*, tal como Platão a descreve em *O Timeu*<sup>42</sup>) ou de uma harmonia das esferas, macrocós mica, atuante e com efeitos no Homem (microcosmos), têm como precursoras (no âmbito da cultura ocidental) os trabalhos dos filósofos e pensadores pré-socráticos. Nestes, destaca-se naturalmente o vulto de Pitágoras (c. 570 – 500 a.C.), a quem se atribui a descoberta da expressão numérica dos intervalos da escala musical, definidos então, como relações proporcionais que se encontram no cosmos, na natureza e na alma dos homens bons. Nesta perspectiva, as harmonias (modos<sup>43</sup>), constituídas por relações intervalares proporcionais às dos cosmos, corresponderiam a características comportamentais e tipos de personalidade específicos. Estes princípios, desenvolvidos pelos Pitagóricos

---

<sup>41</sup> Aristóteles “De Mundo”, Cap. V, 296:21 *apud F. Freitas* no artigo “Harmonia”.

<sup>42</sup> Em “O Timeu” (c. 360 a.C.) Platão descreve a sua concepção sobre a criação da “Alma do Mundo” através de uma espécie de monocórdio celestial (F. Freitas, *Op. Cit.*, p.1562)

<sup>43</sup> “O conceito de harmonia para os gregos detinha uma significação alargada. Do ponto de vista da doutrina pitagórica dos números, a harmonia exprimia a relação das partes como um todo, implicando o conceito matemático de proporção. Do ponto de vista musical, harmonia significava uma sucessão de sete notas ordenadas e constituíam-se em sete espécies: a mixolídia ou lídia mista, lídia (que se identifica com a sintonolídia do texto), hipolídia, frígia, hipofrígia ou iônia, dória, hipodória (talvez idêntica à eólia). Esta última não é mencionada por Platão”. As ‘harmonias’ dos modos musicais gregos têm o seu equivalente moderno mais próximo nas nossas escalas maiores e menores. [nota do pesquisador].

dos séculos seguintes, preconizaram a celebre teoria do *éthos*, baseada nas ideias de que: a música de uma nação expressa o caráter do seu povo; os sons, decorrentes das vibrações de cada planeta, influenciam o comportamento humano. Para Dâmon de Atenas, mestre de música ateniense do século V a.C., que se dedicou às relações entre a ética e a música, tanto era verdade que a boa música criava almas boas, como o inverso: “(...) deve ter-se cuidado com a mudança para um novo gênero musical, que pode pôr tudo em risco. É que nunca se abalam os gêneros musicais sem abalar as mais altas leis da cidade, como Dâmon afirma e eu creio” (Platão, *A República*, 424b-c).

Tanto Platão como Aristóteles mostraram apreensão acerca dos efeitos de determinados tipos de harmonias, pelo que se detiveram de forma pormenorizada na análise do tipo de música – modos, ritmos e instrumentos – que poderiam ser permitidos numa civilização ideal. Em *A República*, Platão estabelece diferenças entre vários tipos de música que deveriam ser permitidos numa civilização ideal. No volume V de *A Política*, Aristóteles associa estados anímicos tais como dor ou embriaguez, entre outros, aos diversos modos da música grega, isto é, pressupondo que cada ritmo, cada som ou escala teriam o seu *éthos*<sup>44</sup> respectivo.

---

<sup>44</sup> “Etimologicamente, “*ethos* significa originariamente em griego morada habitual (de los animales), y de donde deriva *éthos* (la primera palabra com éta y ésta com épsilon: *éthos y éthos*) que es lo habitual o hábita. *Thos* es un plexo de actitudes o uma estructura modal de habitar el mundo” (Dussel, 1973:8 *apud* A.M. Azevedo, Op. Cit. p.19).

Em resumo, atentando nos pressupostos da *teoria do éthos*, isto é, na ideia de que a música pode afetar o caráter e que os diferentes tipos de harmonia (modos) têm sobre ele efeitos diferentes, encontramos a essência das ideias que preconizam a atual musicoterapia.

### **Alguns antecedentes: Música, Medicina e Terapia**

A relação da música com a medicina também é longínqua. Remonta, provavelmente, à civilização egípcia à origem dos primeiros escritos sobre a ação da música no corpo humano: os papiros médicos descobertos pelo antropólogo inglês Flandres Petrie, em Kahum (1899), de c. 1500 a.C., mencionam a influência benéfica da música na fertilidade da mulher<sup>45</sup>. Também são referências importantes às lendas da mitologia grega (e outros relatos) que enumeram episódios sobre o poder calmante e terapêutico da música: Homero afirma que Aquiles foi encontrado na sua tenda tocando em uma magnífica lira e expurgando a sua cólera<sup>46</sup>; Orfeu, que aprendeu a arte com o próprio Apolo, deus da música e da medicina, ao “tanger a sua lira melodiosa, arrastava as árvores e conduzia os animais selvagens da floresta<sup>47</sup>”; Empédocles (482-430 a.C.) “era capaz de apaziguar paixões (...) foi o que fez um jovem furioso cantando versos da Odisseia<sup>48</sup>”. Os Pitagóricos e os Coribantes usavam a música para expulsar os agentes causadores da doença e restabelecer a harmonia entre o corpo

---

<sup>45</sup> J. I. P. Sanz, “El Concepto de Musicoterapia a través de la Historia.”

<sup>46</sup> R. Benenzon, “Manual de Musicoterapia” (Ed. Enelivros, Rio de Janeiro, 1985, p. 165).

<sup>47</sup> J. Alvin, Op. Cit. (p.58).

<sup>48</sup> Ribeiro (1999) *apud* A.M. Azevedo, Op. Cit., p.12).

e alma,<sup>49</sup> e Demócrito (c. 460 – 370 a.C.) sustentava que muitas doenças poderiam ser curadas através de sons melódiosos de uma flauta.

No primeiro século d.C. o médico grego Asclepiades de Bitínia (c. 124 – 40 a.C.) empregava a música para acalmar a excitação dos alienados<sup>50</sup> e usava a trompete para curar a ciática. Esta tradição perdurou até à era cristã, por exemplo, Galeno (131 – 201 a.C.), também médico, acreditava que a música tinha o poder de combater a depressão e os estados de tristeza. No Antigo Testamento atribuíam-se à música poderes idênticos: “Todas as vezes que o espírito de Deus o acometia, David tomava a lira e tocava; então Saul se acalmava, sentia-se melhor e o mau espírito o deixava” (Bíblia de Jerusalém, Samuel 16:23).

Na Idade Média, em *De Institutione musica*, Boécio (480 – 524), que também se ocupou da influência da música sobre os estados violentos, refere curas efetuadas por Pitágoras, a um alcoólico, e por Empédocles, a um louco, e como os pitagóricos induziam o sono através de melodias doces. Na verdade, este tipo de relato encontra-se com abundância ao longo da história: Benenzon cita fontes medievais, tanto árabes como judias, “onde se narra com frequência como se chamavam os músicos para aliviar as dores dos enfermos no hospital<sup>51</sup>”. No século XV, o musicógrafo flamengo Tinctoris (1445 – 1511) afirmava que um dos objetivos da música seria o de curar as doenças<sup>52</sup>. Ainda nesta época, salienta-se o trabalho de Marsílio Ficino

---

<sup>49</sup> Brun *apud* A.M. Azevedo, Op. Cit. (p.12)

<sup>50</sup> H. P. Blavatsky, “Isis Unveiled” (disponível em <http://www.theosociety.org/pasadena/isis/iu1-07.htm> [Jun. 2020]).

<sup>51</sup> Potiron (1961:38) *apud* A.M. Azevedo, Op. Cit. (p.12).

<sup>52</sup> R. Benenzon, Op. Cit. (p.165).



(1433 – 99) que, de forma pioneira, preconizou a musicoterapia ativa ao prescrever que: “O homem melancólico executará, e às vezes inventará ele mesmo, os ares musicais (...) ele cantará e tangerá a lira”.<sup>53</sup> Nesta ótica, a música deixaria de ser uma mediação externa e passaria a fazer parte do processo terapêutico.

Em 1584, o naturalista italiano Gianbattista Della Porta (1537 – 1615) escrevia, na sua obra *Magia e naturalis*<sup>54</sup>, que o som advindo de instrumentos musicais feitos da mesma madeira de plantas medicinais produzia os mesmos efeitos terapêuticos: “as plantas de madeira de álamo, por exemplo, seriam eficazes contra as dores de ciática, as de madeira de heléboro contra as enfermidades nervosas, enquanto que os instrumentos feitos com fibra da planta de rícino provocariam efeitos purgativos<sup>55</sup>”. Athanasius Kircher (c. 1602 – 1680), no século XVII, recomendava do uso terapêutico da música, depois de ter experimentado em si os seus efeitos. Na sua perspectiva: “The sound has an attractive property; it draws out disease, wich streams out to encounter the musical wave, and the two, blending together, disappear in space” (Blavatsky, 1877:215).

Finalmente, no século XVIII, em 1729, aparece o texto mais antigo (conhecido) sobre a música e medicina,<sup>56</sup> de Richard Browne. Depois, e a partir de 1880, com o advento da

---

<sup>53</sup> E. Willems, “La valeur Humaine de L’Éducation Musicale” (Ed. Pro Musica, Suisse, 1975, p.145).

<sup>54</sup> Giambattista dela Porta, “Magie naturalis (1584)” (disponível em <http://72,14,207,104/search?q=cache:KP7ZHbUGTJwJ:www.theosociety.org/pasadena/isis/iu1-07.htm+%22Magia+Naturalis%22+music&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=49> [Jun 2020]).

<sup>55</sup> R. Benenzon, Op. Cit. (p.168)

<sup>56</sup> “Medicina Musica”, ou “A Mechanical Essay on the Effects os Singing, Musick, and Dancing on Human Bodies”.

experimentação psicofisiológica, ocorreu uma maior aproximação entre a neurologia e a psiquiatria, surgindo uma possibilidade de fundamentar, de forma científica, o uso terapêutico da música com base nos efeitos neurofisiológicos produzidos.

## **O Século XX e a emergência da musicoterapia**

Não obstante a atenção em torno dos efeitos curativos da música, o advento da Musicoterapia é recente. É só no século XX que se institui como ciência e passa a ser considerada na sua realidade pluridisciplinar e pluridimensional, isto é, como disciplina de caráter científico, pressupondo um corpo teórico próprio mas também assumidamente interrelacionado com outras áreas, tais como a arte, a medicina, a psicologia e a reeducação.

Como ciência, a musicoterapia é recente, tendo acelerado o seu desenvolvimento após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, em hospitais para a reabilitação dos feridos de guerra, nos Estados Unidos. Desde então, a pesquisa da relação som/ser humano, tanto na sua dinâmica normal, quanto no seu uso terapêutico, tem crescido ano a ano (APEMESP).

Na primeira metade do século XX, até cerca de 1945/50, dão-se passos fundamentais nos campos da investigação experimental, ao desenvolverem-se estudos sobre diversas populações, nomeadamente, esquizofrênicos, adolescentes, idosos, bem como doentes com problemas cardiovasculares ou cancerígenos, entre outros. A partir de 1950, são criadas associações em vários países: a *National Association for Music Therapy* (1950), nos E.U.A, a *Society for Music Therapy and*

*Remedial Music* (1958), atual *British Society for Music Therapy*, entre outras, que pressupõem a criação de estatutos e códigos deontológicos. No Brasil, a Associação Brasileira de Musicoterapia (ABMT) foi criada em 1968. A Comissão de Prática Clínica da Federação Mundial de Musicoterapia apresentou a seguinte definição:

Musicoterapia é a utilização da música e/ou dos seus elementos musicais (som, ritmo, melodia e harmonia) por um musicoterapeuta qualificado, com um cliente ou um grupo, num processo planificado com o objetivo de facilitar e promover a comunicação, a relação, a aprendizagem, a mobilidade, a expressão, a organização e outros objetivos terapêuticos importantes, que vão ao encontro das suas necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais ou cognitivas. A Musicoterapia tem por objetivo desenvolver potenciais e/ou restaurar funções do indivíduo, a fim de melhorar a sua organização intrapessoal e/ou interpessoal e, em consequência, adquirir uma melhor qualidade de vida, através de prevenção, reabilitação ou tratamento (Comissão de Prática Clínica da Federação Mundial de Musicoterapia, 1996).

Na estimativa internacional, e na perspectiva de Aldridge<sup>57</sup>, as últimas décadas do século passado foram frutíferas, uma vez que a Musicoterapia passou a enquadrar métodos quantitativos e qualitativos, fundamentais, na sua perspectiva, para uma aproximação clínica desta natureza, que envolve os campos da ciência e da arte. Do mesmo modo, os métodos de investigação utilizados para o estudo de caso também recorrem a metodologia de outras disciplinas, por

---

<sup>57</sup> D. Aldridge, "An Overview of Music Therapy Research" (**Complementary Therapies in Medicin**, 1994, 2:204-216).

exemplo, medicina, psicologia e sociologia. Assim os procedimentos protocolares contemplam a análise do exame clínico, da *anamnese*, dos lados do inquérito social, da observação direta, dos testes psicológicos clássicos e, só então, o estudo da personalidade musical (*Identidade Sonora*), que se interfere através de testes próprios (o Bilan Psicomusical de Verdeau-Paillès).

## **Música em tempos de pandemia**

A pandemia do novo coronavírus, COVID-19, forçou o mundo a adotar medidas restritivas para a população, dentre elas, a utilização do distanciamento social, que visa evitar aglomerações. Assim, o setor de entretenimento foi um dos mais afetados com o fechamento de bares, restaurantes, cinemas, parques, teatros, adiamentos de shows, concertos e eventos. No entanto, utilizando-se das ferramentas disponíveis na web, este setor traçou novas estratégias, que consiste na realização de lives, isto é, vídeos transmitidos em tempo real na plataforma do Youtube, de artistas dos mais diversos segmentos musicais. Os resultados apontam para o sucesso de tal estratégia, demonstrada a partir do alto engajamento que as lives vem apresentando na plataforma de vídeos do Youtube, e nas redes sociais Instagram e Twitter.

É válido destacar, também, que a estratégia de proporcionar entretenimento ao público que está em distanciamento e isolamento social e quarentena, mostra-se como uma relevante forma de preservação da sanidade mental, afastando os riscos de sofrer com transtornos como crises de ansiedade, medo e insegurança quanto ao futuro como apontam

os estudos de Barros-Delben et al. (2020) e Sousa Júnior et al. (2020). Dessa forma, ao entrarem em contato direto – ainda que virtual – com seus artistas preferidos, em apresentações que lhes remetem à eventos como shows, concertos ou festivais, mesmo dentro de casa, as pessoas são estimuladas a relaxarem, interagirem com seus amigos e desconhecidos (por meio das suas mídias sociais ou através de comentários ou chat do link da transmissão no Youtube) e aproveitarem o momento de lazer.

### **Considerações finais**

O conceito de música na atualidade não tem muito em comum com aquela força misteriosa que os antigos associaram aos deuses e à magia. Do mesmo modo, o percurso da Musicoterapia, foi também polissêmico, isto é, os efeitos da música foram igualmente atribuídos a forças extra-sensoriais. Se ao longo da história ambas foram alvo de interesse nos contextos da magia, da religião, da filosofia, da política, da ética e da ciência, poder-se-á deduzir a possibilidade da música ser tão importante por causa do seu efeito sobre o ser humano e a natureza em geral – sem pretender desvalorizar a fruição estética.

Portanto, observamos por meio desta pesquisa, que através do uso da música como recurso terapêutico em saúde mental, é possível perceber que a música influencia diversos cenários e é considerada importante por contribuir nas mudanças pessoais e coletivas, colaborar nas trocas interpessoais. Por favorecer o despertar da afetividade e contribuir para a forma como o sujeito percebe o mundo que o

cerca, a música pode ser capaz de remover barreiras, minimizar resistências, melhorar a comunicação e trazer desse modo, paz interior em tempos difíceis. “Music washes away from the soul the dust of everyday life” (Berthold Auerbach in Berthold Auerbach quotes).

## **Referências**

ALVIN, J. **Musicoterapia**. Paidós. Buenos Aires, 1967.

BERNARDI L; PORTA C, Sleight P. Cardiovascular, cerebrovascular, and respiratory changes induced by different type of music in musicians and non-musicians: the importance of silence. **Heart**. 2006, 92:445-52.

CASSILETH BR, Vickers AJ, Magill LA. **Music therapy for mood disturbance during hospitalization for autologous stem cell transplantation: a randomized controlled trial**. **Cancer**. 2003; 98:2723-9.

WILDRIDGE, Justin. A brief History of Music. Disponível em <https://www.cmuse.org/history-of-music/> > Acesso 10 jun. 2020.

GASTON, T. E. **Tratado de musicoterapia**. Paidós. Barcelona, 1982.

GOLLIN, George. **A highly subjective, highly abbreviated history of (western) music**. Illinois: University of Illinois, 2011.

GOOD M; ANDERSON GC; AHN S, Cong X. Stanton-Hicks M. Relaxation and music reduce pain following intestinal surgery. **Res Nurs Health**. 2005, 28:240-51.

HATEM TP; LIRA PI, Mattos SS. **The therapeutic effects of music in children following cardiac surgery**. J Pediatr (Rio J). 2006; 82: 186-92.

HANSER SB, Mandel SE. The effects of music therapy in cardiac healthcare. **Cardiol Rev**. 2005, 13:18-23.

IKONOMIDOU E; REHNSTROM A, Naesh O. Effect of music on vital signs and postoperative pain. **AORN J**. 2004; 80:269-78.

KAIN ZN, Caldwell-Andrews AA, KRIVUTZA DM, Weiberg ME, GAAL D, Wang SM, et al. Interactive music therapy as a treatment for preoperative anxiety in children: a randomized controlled trial. **Anesth Analg**. 2004; 98: 1260-6.

MCCAFFREY R, Locsin R. The effect of music listening on acute confusion and delirium in elders undergoing elective hip and knee surgery. **Int J Older People Nurs**. 2004, 13:91-6.

NILSSON U, Rawal N; ENQVIST B, Unosson M. Analgesia following music and therapeutic suggestions in the PACU in ambulatory surgery: a randomized controlled trial. **Acta Anaesthesiol Scand**. 2003, 47:278-83.

VOSS JA, Good M; YATES B, Baun MM; THOMPSON A, Hertzog M. Sedative music reduced anxiety and pain during chair rest after open-heart surgery. **Pain**. 2004, 112: 197-203.  
WHITE JM. Effects of relaxing music on cardiac autonomic balance and anxiety after acute myocardial infarction. **Am J Crit Care**. 1999, 8:220-30.

WELLESZ, Egon. **Ancient and oriental music**. London: Oxford University Press, 1957.

WILLEMS, E.: **El valor humano de la educación musical**. Barcelona. Paidós, 1981. FRIDMAN, R. **El nacimiento de la inteligencia musical**. Guadalupe. Buenos Aires. 1928.



# O PENSAMENTO DE EXTREMA DIREITA NA POLÍTICA BRASILEIRA, PESQUEIRA/PE COMO UM MICROCOSMO DO BRASIL EM 1930

---

Aranduy Felipe Santana da Silva<sup>58</sup>

## **A extrema direita inicia sua escalada: presente e passado**

Em idos de 2013 o Brasil assistia catártico às manifestações realizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, tendo inicialmente como alvo o aumento nas tarifas do transporte coletivo, contando principalmente com a participação de estudantes e trabalhadores assalariados, as manifestações que a princípio foram pacíficas, rapidamente tornaram-se violentas, gerando cenas de confronto dignas de campos de batalha entre manifestantes e forças policiais, e um movimento regional cresceu a ponto de tornar-se nacional, ampliando suas reivindicações, que iam do combate à corrupção até a reforma política. No ano seguinte as pautas mudaram, as manifestações agora eram contra a Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no país.

Em 2015 as manifestações novamente tomam um novo rumo, as multidões que invadiam as ruas não eram mais formadas por jovens estudantes, trabalhadores assalariados, moradores das favelas e periferias, mas sim por uma classe

---

<sup>58</sup> Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior de Arcoverde/CESA; E-mail: aranduyhist@gmail.com

média, residente em condomínios de áreas nobres, uniformizados com as cores da bandeira nacional, acompanhados por trios elétricos, entoando palavras de ordem muito bem ensaiadas, por vezes até, realizando coreografias impecáveis, e as reivindicações também haviam se alterado, pedia-se o impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, intervenção das forças armadas na política nacional, o resgate e preservação da moral e bons costumes, e por último, mas não menos importante, o fim do comunismo no Brasil.

As pautas apresentadas pelos manifestantes, somadas à crise política e econômica por que passava o país, deram o impulso necessário para que, políticos *outsiders* e figuras de apelo midiático com posicionamentos ideológicos e políticos ultraconservadores, conquistassem o espaço de que careciam para promoverem-se, tornando-os figuras cativas dos meios de comunicação, tanto tradicionais quanto alternativos. Assim,

Em qualquer democracia, políticos irão às vezes enfrentar desafios graves. Crise econômica, insatisfação popular crescente e declínio dos partidos políticos estabelecidos podem pôr à prova o discernimento até mesmo dos *insiders* mais experientes. Se surge um *outsider* carismático, ganhando popularidade ao desafiar a velha ordem, é tentador para os políticos do establishment, que percebem que seu controle está se desfazendo, buscar cooptá-lo (LEVITSKY. ZIBLATT, 2018, p. 27-28)

O trecho acima apresentado resume bem o quadro em que se encontrava o Brasil em 2015, exceto no que se refere à cooptação dos *outsiders* pelos políticos tradicionais, estes mantiveram sua postura empertigada e soberba, permitindo que

aqueles desfrutassem da vantagem que as circunstâncias lhes proporcionava.

Condenando a “velha política” dos “conchavos” e negociações de cargos, realizando discursos populistas e nacionalistas, apontando a Esquerda como fonte das mazelas do país, prometendo soluções simplistas para problemas de alta complexidade e a cima de tudo apelando ao conservadorismo familiar e religioso do brasileiro médio, uma extrema Direita até então ridicularizada por meios de comunicação, geralmente apresentada como algo pitoresco, ganhava cada dia mais força, principalmente entre a classe média, mas ganhando a simpatia também de parcelas mais humildes do eleitorado.

Para muitos, incluindo especialistas em análise política, os inflamados discursos da extrema Direita, amplificados através de variados meios de comunicação, mas principalmente por meio das mídias sociais, não representavam uma possibilidade real de interferência no funcionamento da política nacional, contudo, os acontecimentos da eleição de 2018 (dois mil e dezoito) provariam o quanto estavam enganados.

### **Caminhando sempre para o conservadorismo: surge a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.)**

O fenômeno contudo, não é uma novidade no comportamento político brasileiro. Durante a década de 1930, diante da grave crise econômica por que passava o ocidente, resultado da quebra da bolsa de valores de Nova York de 1929, a até então inabalável crença no liberalismo sofreu um baque junto da opinião pública, somado a isso, a incapacidade dos governos democráticos de solucionar o problema do desemprego, inflação e demais consequências, colocaram em

xeque os regimes democráticos, principalmente na Europa, o que proporcionaria o surgimento de regimes totalitários no continente,

Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara (HOBBSAWM, 1997, p. 115).

Inspirado pela tendência da época o Brasil também entrou na dança, através do governo Vargas, governo esse, que guardava algumas semelhanças com o salazarismo português, como por exemplo sua completa interferência no mercado de trabalho nacional através do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, órgão este que regulamentaria entre outras coisas, o funcionamento dos sindicatos, tendo em vista impedir a manifestação política do operariado por meio destes,

As mudanças operadas no nosso sindicalismo – nas suas estruturas, nas suas funções e orientações decorrem principalmente de fatores *exógenos* à organização sindical. Não resultam de uma evolução relativamente normal do sindicalismo: aumento do número de aderentes, maior complexidade administrativa, ampliação de suas funções, aumento de sua influência, etc. estas mudanças, provocadas de *fora* do movimento sindical, resultaram da ação governamental no campo da relações profissionais e do movimento associativo. (RODRIGUES, 1996, p.509)

Além da intervenção direta em vários setores da sociedade, o governo Vargas foi também uma grande força na luta contra o comunismo, representada na figura de Filinto Müller, porém, mesmo em um estado corporativista e bastante autoritário, surgiu uma organização com pretensões partidárias que buscava implantar no país, um regime ainda mais severo, política e ideologicamente falando. Replicando em solo tupiniquim as paradas realizadas em Berlim pelo partido nazista e na Itália pelo partido Fascista, assim como seu fardamento, marchando pelas ruas do Rio de Janeiro sob o signo do Sigma, o jornalista Plínio Salgado dá origem a Ação Integralista Brasileira.

Apesar de inspirada no fascismo europeu, a A.I.B guardava suas particularidades, ao contrário do nazismo e do fascismo italiano, a ideologia integralista estava fortemente relacionada a conceitos espirituais, conceitos estes que orientavam tanto a organização do movimento como sua forma de atuação. Ao contrário do partido nazista alemão a ação integralista via na miscigenação o meio pelo qual se formaria uma nova “raça”, forte e capacitada, apta para dominar o mundo, naquilo que Gustavo Barroso denominou O quarto império, “o integralismo brasileiro constituirá um grande império, uma grande República Imperial, um grande Império Cristão e sua doutrina integral influenciará os destinos da humanidade” (BARROSO. 1935, p. 75)

Baseando-se na concepção de um Estado estritamente católico, na manutenção do tradicionalismo familiar, que seria um dos elementos fundamentais do novo regime, e apelando para o sentimento nacionalista, o movimento chamou a atenção principalmente da classe média e da elite, entretanto não

exatamente por essas ideias; entre outros objetivos defendidos pelos integralistas, estava, impedir o avanço comunista no Brasil, assim como eliminar a luta de classes, (origem para os chefes e ideólogos do movimento, de toda instabilidade social e econômica o país) através do corporativismo, que de forma bastante resumida é a tutela por parte do Estado de todas as funções produtivas no país, classificando-as através de corporações nos moldes das corporações de ofícios medievais, por exemplo, existiriam a corporação de médicos, de professores, de advogados, de pedreiros, de mecânicos e etc., a tendência católica do movimento, conquistou o apoio de setores da igreja, que tencionava retomar sua influência no funcionamento do Estado. Tais características seriam o elemento chave para que a A.I.B se tornasse uma grande influência na vida dos moradores de uma cidade interiorana do estado de Pernambuco.

### **Pesqueira, um panorama sociopolítico e econômico na década de 1930**

Entre as décadas de 1930 e 1940, o município pernambucano de Pesqueira, a 215 Km da capital Recife, vivia o auge do surto industrializante, com o surgimento e estabilização de várias fábricas de alimentos, tendo maior destaque a fábrica Peixe,

Em 1928, a fábrica Peixe começou a produzir o extrato de tomate, passando a concorrer com o produto importado, vencendo-o. Porém, foi a partir de 1930 que a indústria pesqueiraense atingiu seu ápice tornando-se um dos mais importantes centros industriais do interior nordestino, atrás apenas das

áreas industriais sob a influência do açúcar e dos produtos têxteis. Foi nessa época que a Peixe expandiu suas fábricas para outros estados, atingindo o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (CAVALCANTI, 2005, p.50).

Porém, contrariando as teses marxistas, a industrialização do município não proporcionou o surgimento de um proletariado consciente de sua classe e realidade, um operariado combativo e revolucionário, ou mesmo sindicalizado, ao contrário, a indústria pesqueira possibilitou o fortalecimento da elite agrária local, que comercializava sua produção com as fábricas, uma elite industrial, e uma classe média alinhada aos interesses daqueles, diluindo as possibilidades de uma atuação política por parte do proletário. Tal fato pode ser consequência da forma como se dava a organização político-econômica no município, pois,

Em 1913, Pesqueira passou a dispor de energia elétrica, através da aquisição de um motor a gás durante a administração do prefeito Carlos de Brito (1910 a 1913). Este fato demonstra a relação que se estabeleceu entre a política e a economia, onde os Brito, passam a ter o controle político local, confundindo os seus interesses e os das camadas economicamente dominantes com os interesses do município (CAVALCANTI, 2005, p. 48).

Consolidando-se em 1902 como uma manufatura (mesmo ainda guardando alguns aspectos artesanais) não demorou muito para que a fábrica Peixe se tornasse o centro econômico do município assim como assumisse também o controle da política local através da eleição dos membros da família Brito, fundadora e proprietária da fábrica em questão,

que como aponta Cavalcanti, realizavam as melhorias na estrutura urbana e implementavam suas “políticas públicas” de acordo com as necessidades apresentadas tanto pela sua fábrica quanto por suas congêneres, assim como visando atender as necessidades de uma elite econômica local, prática que veio a ser denominada pelo historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, como Patrimonialismo,

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente,<sup>59</sup> compreender a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Marx Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 2004, p. 145-146)

---

<sup>59</sup> Aqui, o autor referiu-se ao modelo patriarcal de organização social, onde toda organização administrativa desenvolvia-se através das relações consanguíneas, ignorando mesmo as capacidades daqueles a quem eram atribuídas as responsabilidades para efetuar-las, característica tal, que por muito tempo se fazia presente na administração pública brasileira, ao que Holanda denominou Patrimonialismo.



Levando-se em consideração os pontos acima apresentados, e tomando como verdadeira a premissa em Marx de que, a ideologia dominante em uma época, é sempre a ideologia da classe dominante, não é difícil imaginar que para uma elite já dominante nos campos político e econômico, seria até certo ponto fácil, transmitir seus valores e crenças a parcela dominada da população de modo a disseminar, de forma voluntária ou involuntária uma ideologia que permitisse a consolidação de sua hegemonia.

### **O operário não tem porque se organizar politicamente**

Pesqueira, assim como a maior parte do território brasileiro habitado, surgiu e desenvolveu-se através da agricultura e pecuária; dos litorais açucareiros, aos sertões pecuaristas, passando pela cultura do café, chegando ao leite mineiro, as atividades econômicas brasileiras foram durante séculos resumidas a atividades rurícolas, e mesmo com o surgimento da indústria essa realidade não se alteraria de todo (e ainda hoje não se alterou), uma vez que esta baseava-se justamente na produção agrícola como base de sua existência, a exemplo de São Paulo com o beneficiamento do café, ou de sua indústria têxtil, baseada em grande parte no cultivo do algodão.

Mesmo quando não tendo como destino o abastecimento das fábricas locais a agricultura fazia-se presente na vida dos operários pesqueirenses, de acordo com Cavalcanti, “[...] devido aos baixos salários, quase toda família operária tinha uma roça e pequena criação, onde se ocupava a maioria

dos seus membros. Muitas vezes o roçado e a criação situava-se no perímetro urbano”.

Como uma parcela considerável do operariado recrutado pela indústria era formada por grupos que abandonavam a zona rural em busca de trabalho na cidade recém industrializada, esta era composta por indivíduos sem nenhuma especialização profissional, o que por sua vez permitia que os salários fossem bem baixos, porém, isso não desenvolveu no município o sentimento que tomaria conta da maioria dos trabalhadores em São Paulo e Rio de Janeiro, a organização sindical, a realização de greves, passeatas e etc., segundo Cavalcanti, a possibilidade de, além do emprego regularmente remunerado na fábrica, manter-se em uma segunda atividade de subsistência, esta, realizada de forma autônoma, pode ter sido o fator que manteve calmos os ânimos do operário em Pesqueira, “Aliado a outros fatores, alimentar no operário a ideia de que era um proprietário, foi um dos motivos arrefecedores dos conflitos urbanos, que a própria existência de seguimentos sociais tão díspares fazia emergir”, ou seja, a pequena propriedade dava ao operário a sensação de liberdade do trabalho fabril, não dependia exatamente dos ganhos obtidos através do seu trabalho como funcionário, existia uma alternativa a este caso se mostrasse necessário seu abandono.

De modo que em Pesqueira, não houveram conflitos gerados pelos interesses antagônicos das classes patronais e operarias, como também não se deu a organização de partidos de esquerda naquele município até então, ainda assim, uma preocupação assolava a mente da elite local, a ameaça comunista iminente, o que abriu portas para o ingresso da A.I.B.,

no cenário político local, como organização política de grande relevância.

## **A Ação Integralista Brasileira finalmente chegou à Pesqueira**

A Ação Integralista Brasileira chegou à Pesqueira assim como a outras cidades interioranas, através de jovens estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que ao voltarem ao interior traziam as novidades da capital, parte do trabalho de divulgação do movimento dava-se também através das caravanas,

A cidade de Pesqueira receberá pela primeira vez uma caravana Integralista, tendo à frente o então Chefe Provincial do movimento, Sr. Andrade Lima Filho, em meados de fevereiro de 1934, conforme registro do Jornal de Pesqueira (AMORIM, 2002, p. 125).

Com o lema “Deus, Pátria e Família” a A.I.B., encontraria no município agreste um solo fértil onde semear sua ideologia. A elite política e econômica pesqueira não era constituída apenas por representantes da indústria; os produtores rurais eram parcela de grande importância socioeconômica no município, e como era de praxe, tinham como bússola moral, os dogmas do cristianismo católico, culminando na formação de uma sociedade conservadora por excelência, onde celebrações religiosas, tornavam-se eventos de grandes proporções,

Até mesmo a homenagem a Nossa Senhora Mãe dos Homens, santa venerada na capela episcopal, se revestia de grande acontecimento, pipocavam festas tanto na capela, como na praça central em frente à catedral. Missas eram celebradas à três vezes, padres eram ordenados, realizavam-se retretas. Tudo isso sob os auspícios da Associação das Mães Cristãs de Pesqueira (CAVALCANTI, 2005, p.31).

De modo que, a chegada ao município de uma facção política que baseava seu discurso nos valores patriarcais, no nacionalismo e na manutenção de uma religiosidade integrada à política, a adesão por parcela significativa da sociedade do município, representava um rumo quase natural.

Membros do clero local expressaram seu apoio ao movimento, a ponto de disponibilizarem prédios da diocese para realização de eventos da A.I.B., Caso do I Congresso Integralista da Província de Pernambuco, realizado em 1935 entre os dias 21 a 23 de novembro no salão paroquial, e realizarem discursos à seu favor, contudo, assim como em outros municípios onde Ação Integralista estabeleceu-se, a maior justificativa para adesão de seus membros, era aluta contra a “ameaça comunista”

## **A ilusão da ameaça comunista**

Embora não haja provas de uma real ação de movimentos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) no município durante o período analisado, e levando em consideração a limitada influência do mesmo à nível nacional, somados ao fato já apresentado anteriormente da inexistência de organização da classe operaria na Pesqueira de 1930, na forma de sindicatos,- e tendo em mente que, onde existiam,

estes eram muitas vezes orientados por ideias socialistas, comunistas ou anarquistas - justificar o medo anticomunista por parte dos pesqueirenses, torna-se tarefa difícil de ser cumprida, ainda mais ao se deparar com declarações como as de fatos como o apresentado por Amorim,

Uma oposição ao Integralismo em Pesqueira praticamente não existia, somente Clovis Amorim que procurava defender os interesses dos operários, de forma individual e ainda Osório Cordeiro e Severiano Arcoverde: Numa ocasião, segundo depoimento coetâneo, desfilaram com bandeiras vermelhas pelas ruas de Pesqueira, sendo seguidos por aproximadamente 30 pessoas, o que não se constituía um movimento relevante (AMORIM, 2002, p. 141).

Episódios como este, ilustram de forma bastante clara a medíocre atuação de células comunistas não apenas em Pesqueira, mas no Brasil como um todo como nos diz Trindade,

Considerando que a força política do P.C.B. foi muito secundária até o surgimento, em 1935, da Aliança Nacional Libertadora, grande parte da importância atribuída a este movimento provém provavelmente da inspiração anticomunista dos movimentos fascistas europeus (TRINDADE, 1979, p. 152).

É também Trindade quem nos aponta uma possível explicação para o horror do brasileiro com relação ao comunismo,

Os dados mostram que apenas menos da metade dos motivados pelo anticomunismo foi igualmente pelo nacionalismo e um pouco mais da metade desse últimos sentiu-se atraída pelo combate ao comunismo, Isso confirma a hipótese sobre as origens

e a orientação europeia do anticomunismo na época: tratava-se mais de uma atitude anticomunista reflexa, orientada em função dos confrontos ideológicos na Europa, que da percepção de uma ameaça comunista interna (TRINDADE, 1979, p. 155).

De forma resumida, a ideologia anticomunista brasileira, deu-se muito mais por uma adesão às ideias europeias que pela real “ameaça” de uma revolução comunista no país, o mesmo pode-se dizer do município de Pesqueira, justifica-se também esta postura, pela desinformação dos brasileiros com relação ao desenrolar dos fatos na U.R.S.S. sob o regime leninista e stalinista. Para os simpatizantes e defensores do regime soviético, chegavam notícias de feitos gloriosos, como o fim da exploração e da propriedade privada, da melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e afins, por outro lado, aos industriais e latifundiários brasileiros, os relatos eram os mais assustadores possíveis, tais como a expropriação de bens pelo estado, execuções sumárias de capitalistas, como também os exílios na Sibéria, o que obviamente contrapunha ambas as classes, sem saber estes que ambos estavam ao mesmo tempo, tanto corretos quanto equivocados com relação aos fatos, uma vez que todos estes se deram em algum momento durante a duração do regime, este, porém é um assunto demasiado complexo, e merece estudo a parte.

Em Pesqueira assim como em todo o território nacional, o terror anticomunista era muito mais uma das ideias europeias que ganhavam terreno entre a população, que uma preocupação fundamentada em fatos verídicos, ainda assim, foi a justificativa ideal para que uma organização de bases ideológicas fascistas ganhasse força no país, chegando mesmo a alterar o quadro social de uma pequena cidade interiorana,

onde uma classe social, econômica e politicamente dominante receosa da perda de sua hegemonia disseminou os ideais da Ação Integralista Brasileira, chegando-se mesmo ao ponto em que escolas foram construídas no município com a finalidade de realizar a doutrinação ideológica dos futuros integralistas, ou seja, os filhos dos membros da célula local da A.I.B.

Em 1937 a A.I.B entrou para a clandestinidade, assim como os demais partidos políticos existentes, após o advento do Estado Novo, regime totalitário liderado Por Getúlio Dornelles Vargas, que através de um estratagema que envolvia a descoberta de um dossiê que revelava um plano comunista de revolução armada, documento que mais tarde teria comprovada sua falsidade, porém, tarde demais; vendo-se fora do jogo político legal, Plínio Salgado, que tinha pretensões presidenciais para a próxima eleição, decide que é hora de uma nova forma de atuação e tenta um golpe, atacando o Palácio da Guanabara, residência oficial do ditador, contudo, seus planos são frustrados, debelado o levante, Salgado é preso e em seguida mandado ao exílio em Portugal, os membros remanescentes dissipam-se, mas não deixam de atuar na política nacional, em 1945 com a redemocratização do país, surge o Partido de Representação Popular (PRP) que conta com a presidência de Plínio Salgado, que chega a concorrer a presidência, alcançando porém apenas 8% dos votos válidos. O PRP novamente é lançado à ilegalidade em 1965 após a promulgação do Ato Institucional nº 5, que entre outras coisas tornava ilegais todos os partido políticos.

A Ação integralista Brasileira, foi fruto de um período de incertezas, e de transformações radicais do pensamento e ação humana, de instabilidade política e econômica, sua base

ideológica assim como sua forma organizacional refletiam os anseios de uma parcela da população com relação ao Estado; anseios por um Estado devidamente ordenado, previsível e seguro, resguardado de toda e qualquer possibilidade de desequilíbrio (econômica e/ou social), um Estado homogêneo. Estes anseios, aliados ao desejo da manutenção de uma hegemonia por parte da elite econômica, deram a A.I.B., as condições necessárias para tornar-se um movimento político legítimo, assim como, digno das graças do povo, apesar de representar o rompimento com as tradições republicanas recém construídas, e mesmo após seu fim, tal organização permaneceria presente na política brasileira, ao menos de forma subjetiva.

## **Rupturas e retomadas**

Pesqueira era a reprodução microcós mica daquilo que ocorria no país, um pequeno município talhado em tradições conservadoras baseadas nos dogmas católicos, reproduzindo em seu pequeno universo a política oligárquica nacional e que busca em um período de transformações, apoiado em uma organização radical de Direita, os meios para manter-se em seu estado de origem. Tal cenário contudo, se inicia com a chegada de um governante com tendências conservadoras ao poder, por meio de uma revolução.

Apesar de ser originário de uma oligarquia dominante no Rio Grande do Sul, e de pertencer a duas famílias de estancieiros (o equivalente gaúcho aos coronéis e latifundiários do Nordeste) bastantes tradicionais, Getúlio Dornelles Vargas se alçaria ao cargo de maior importância do país justamente



atacando as oligarquias políticas e prometendo renovar a política nacional, acabar com a corrupção do processo eleitoral e claro, defender a nação do avanço comunista. Contudo, não conseguiu chegar à cadeira presidencial por meio do voto popular.

A estrutura política brasileira durante o período que ficou conhecido como República Velha, permitia que algumas práticas antidemocráticas fossem adotadas por aqueles que se lançavam no jogo político, tais como a ameaça, o suborno, a chantagem e até mesmo o uso da violência de fato, o governo era descentralizado e os presidentes de estado, tinham bastante poder, representando os principais cabos eleitorais dos candidatos à presidência, e não se privavam de adotar as medidas já apresentadas para garantir seus interesses. Além disso havia ainda o acordo tácito feito entre São Paulo e Minas Gerais, as duas grandes potências econômicas do país naquele período, no qual, os dois estados deveriam revezarem-se na ocupação do governo federal.

Nesse modelo político, um candidato ser nomeado pelo então presidente, praticamente significava que seria eleito, “Uma vez acertada a indicação, contudo, isso já equivalia à eleição, de vez que os governos estaduais tinham poder para dirigir as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais” (SKIDMORE, 1976, p. 21-22) este porém, não era o caso de Getúlio Vargas, candidato de oposição pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, contra o candidato por São Paulo, Júlio Prestes, indicado pelo então presidente Washington Luís. com a vitória de Júlio Prestes, Vargas demonstrou sua indignação, assim como todo candidato derrotado da época, afirmando a prática de

Fraude, “A 30 de maio, Vargas lançou um manifesto, denunciando as ‘fraudes e compressões’ praticadas pelas mesas eleitorais, ‘cujos truques e ardis a mesma legislação eleitoral estimula e propicia’(SKIDMORE. 1976. P. 22), a manifestação porém não representava qualquer perigo ao recém eleito presidente, não fosse um fato que alteraria todo o panorama.

A morte de João pessoa que fora candidato a vice de Getúlio, pelas mãos de um seu desafeto político na Paraíba, seria o subterfúgio perfeito para por em ação o plano de revolução, baseando-se no fato de que, Washington Luís havia apoiado o grupo político do assassino, estava armado o palco.

Como já foi dito, a assunção de Vargas do governo federal, foi marcado por um discurso de renovação política, no entanto, tais transformações não ocorreriam de forma instantânea, exigiriam todo um longo processo, que geraria uma nova crise, de modo que, os primeiros anos da era Vargas seriam marcados pela instabilidade de governo tão tradicional aos regimes revolucionários, como nos aponta Thomas Skidmore:

O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo (SKIDMORE, 1976, p.26).

A crise política vivida pelo país, originaria as circunstâncias necessárias para o estabelecimento de um estado autoritário em 1937, porém, ainda durante o governo

provisório de Vargas, essa mesma instabilidade serviria de base para o surgimento e fortalecimento da Ação Integralista Brasileira.

A A.I.B., era o reflexo dos anseios de uma parcela considerável da população brasileira, representada principalmente pela classe média urbana, que historicamente via-se com baixa representação política, o que somado a um crescimento dos movimentos trabalhistas, geralmente relacionados direta ou indiretamente com os ideais socialistas, anarquistas ou comunistas, passaram também a ser vistos como inimigos a serem combatidos, causa a qual, a A.I.B. mostrava-se sempre disposta. Se Vargas não apresentou qualquer apoio aberto a Ação Integralista e suas formas de atuação, que contava inclusive com uma milícia de caráter paramilitar; tampouco expressou qualquer desaprovação com relação a mesma, ao mesmo tempo, o movimento de Plínio Salgado realizava manifestações públicas de apoio ao presidente,

Inspirando-se provavelmente na Marcha sobre Roma, dos “camisas pretas” de Mussolini, às vésperas da formação do primeiro governo fascista, os integralistas organizaram uma marcha sobre a Guanabara em 1º de novembro de 1937, ao aproximar-se a eclosão do golpe de 10 de novembro. O desfile reuniu, segundo estimativas, de 35 mil a 50 mil milicianos oriundos da capital do país e dos estados vizinhos, que se deslocaram numa centena de caminhões, e ainda oficiais das forças armadas e um grande número de marinheiros, que formavam um verdadeiro cordão de isolamento em torno das nove colunas de militantes em marcha. O desfile destinava-se a dar uma demonstração de força política organizada e de apoio ao presidente da República, Getúlio Vargas. Após percorrer as ruas centrais do Rio e de submeter-se à revista do chefe nacional defronte

das muradas do Hotel Glória, os integralistas, sob o comando de Gustavo Barroso, dirigiram-se ao palácio Guanabara, onde o presidente da República, ladeado pelos generais Newton Cavalcanti e José Pinto, assistia complacente à manifestação.<sup>60</sup>

Embora sem qualquer relação direta como o governo, ao menos oficialmente, o movimento liderado por Plínio Salgado atuou voluntária ou involuntariamente como militante do mesmo, em manifestações de apoio.

Assim como Vargas, Jair Messias Bolsonaro não era visto como a maior aposta à presidência durante as eleições de 2018, porém, por motivos diversos, sua atuação política precedente como deputado Federal havia sido tímida, com proposição de poucos projetos e aprovação de apenas três de baixa relevância, até então, Bolsonaro chamava atenção muito mais por suas declarações polêmicas relacionadas as minorias que compunham a população (negros, comunidade LGBTQI+, mulheres e indígenas), sua ascensão política é resultado da crise política e econômica que assolava o país desde 2013 mas que se agravou entre os anos de 2015 e 2016 com o impeachment da ex Presidenta Dilma Rousseff, com um discurso que prometia o fim da velha política, a restauração dos antigos valores tradicionais, um apelo ao sentimento nacionalista, o fim da corrupção, mas a cima de tudo, a luta contra o avanço comunista no país, Jair Bolsonaro conquistou a atenção de parcela considerável do eleitorado brasileiro, composta majoritariamente pela classe média, sendo eleito presidente nas eleições daquele ano.

---

<sup>60</sup> TRINDADE. Helgio. Desfile Integralista. FGV CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/desfile-integralista>> Acesso em: 17 de junho de 2020

A chegada de Bolsonaro ao executivo federal deu folego a manifestações de cunho antidemocrático, que têm como pauta o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, assim como a reedição do Ato Institucional número cinco, medida que pôs fim a todos os partidos políticos do país em 1968. Além disso, gerou uma instabilidade de governo que possibilitou o surgimento de um grupo que mimetiza os movimentos de supremacia branca da América do Norte e Europa, auto intitulado 300 do Brasil, que a exemplo do antiga A.I.B., conta segundo declaração de seus membros, com treinamento paramilitar e expressa publicamente seu apoio ao presidente, que a exemplo de Getúlio Vargas, se não declara apoio aberto ao movimento, também não condena suas ações, em geral inconstitucionais.

Muito embora não haja qualquer relação entre a A.I.B, e o grupo a cima citado, nos remete a pensar nas circunstâncias que permitem seu surgimento, períodos de crise, de aclamação de valores tradicionais conservadores, um apelo ao nacionalismo e um discurso populista, fatores que em ambos os períodos se fizeram presentes. Se Vargas se comprometia com o fim do poder oligárquico mesmo sendo membro de uma oligarquia, Bolsonaro promete por fim a antiga política, da qual fez parte por trinta anos, e ambos, ao chamarem o povo as ruas, dão voz a radicais com projetos próprios de país, ambos contribuem à sua maneira para a instabilidade necessária a um país, para que neste surja um governo autoritário.

Este texto não tem por objetivo esgotar o tema do pensamento sobre a extrema direita na política brasileira, muito pelo contrário, propõe a iniciar uma análise de como tal forma de atuação política tem-se feito presente por décadas neste país,

estabelecendo relações entre os episódios passados e o presente, visando evidenciar como o conhecimento histórico pode ser o farol que ilumina o caminho rumo ao futuro.

## Referências

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Sindicalismo e classe operária (1930-1964) em O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

AMORIM, Fábio Lima. **Uma cidade germanófila em 30: o Integralismo em Pesqueira (1934-1939)**. Recife-PE. Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História. 2002.

CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho, o ponto desandou**. Recife-PE. Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História. 2005.

# CONDICIONAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS: MENTALIDADES, BEHAVIORISMO, DESINFORMAÇÃO E REDES SOCIAIS CULTURA POLÍTICA

---

George Manoel Farias de Melo<sup>61</sup>

João Gabriel da Silva<sup>62</sup>

Luciana Aline Farias de Melo<sup>63</sup>

## Introdução

O presente artigo, propõe-se a compreender de forma direta como o *propagação de desinformação nas redes sociais pode condicionar o comportamento político e social e suas reflexões no âmbito da História das Mentalidades?* Trata-se então de buscar a elucidação a acerca de questões dentro do campo de domínio da História das Mentalidades em conjunto com o Behaviorismo, pois para se entender um pouco sobre a mentalidade histórica do início do século XX até o presente momento, será então de grande ajuda aliar essa caminhada com o aquilo que a psicologia discorre sobre o condicionamento do comportamento humano.

---

<sup>61</sup> Licenciado em História pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde/AESA. Pós-Graduado em Ensino de História pela Faculdade Única de Ipatinga/FUNIP.

<sup>62</sup> Licenciado em História pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde/AESA. E-mail: gabrielbrady94@gmail.com

<sup>63</sup> Graduanda em Psicologia pela UniFavip Wyden. E-mail: lualine280898@gmail.com

Portanto, além do objetivo principal evidenciado, a pesquisa também se propõe a entender melhor algumas questões específicas: como a mentalidade histórica pode ser afetada pela propaganda e desinformação através da comunicação de massas? O que a psicologia behaviorista diz a respeito do condicionamento das pessoas por reforço em ações contra os preceitos democráticos? Como as redes sociais proporcionaram um campo de descredibilidade da razão e das instituições democráticas?

Diante do papel fundamental que as mídias impressas e audiovisuais tiveram no século passado no contexto da comunicação de massas, nota-se como o comportamento humano pode ser moldado em benefício aos interesses do Estado ou de determinados grupos. Contudo, com o advento da internet, as redes sociais assumiram esse papel numa proporção nunca vista antes. Percebe-se então a necessidade de se compreender como os impactos do contato com as redes pode trazer modificações para a mentalidade humana, e em especial ao contexto histórico das mentalidades.

Portanto, a metodologia para compreender melhor esses condicionantes, será em primeiro momento, estabelecer as bases para o estudo das mentalidades dentro da história, evidenciando como o nazismo, entre outros meios, utilizou-se do cinema para atingir os seus objetivos ideológicos e de personificação do Estado na imagem de um grande líder, neste caso o próprio Adolf Hitler.

Em segundo lugar, ocorrerá uma discussão sobre alguns dos preceitos das teorias sobre o behaviorismo a partir de Skinner (2003) de condicionamento operante e de Staats (1980) sobre sua concepção de behaviorismo social. Por



consequente, essa análise partirá da observação de elementos presentes na narrativa de *1984* escrita por George Orwell, que podem ser aplicados a partir de uma análise comportamentalista.

Por último, mas não menos importante, o artigo tratará de como as redes sociais, mais especificamente o *WhatsApp* e o *Twitter*, possibilitam a manipulação do pensamento na sociedade globalizada, pondo muitas vezes em xeque, a manutenção das estruturas democráticas vigentes e da racionalidade, em prol de visões de mundo não muito distantes dos totalitarismos europeus no século XX.

Desse modo, a principal metodologia de pesquisa para este artigo, baseou-se no estudo de alguns dos principais argumentos vigentes nas teorias dos autores que foram extremamente necessários, visando uma melhor compreensão da História das Mentalidades, do Behaviorismo e do papel dos meios de comunicação de massa de acordo com a proposta aqui estabelecida. Destarte, é possível destacar a importância que Arendt (2012), Bauman (2001, 2009), Barros (2004), Hobsbawm (1995), Skinner (2003), Staats (1980), entre outros, desempenharam para a produção deste trabalho.

## **Mentalidades e desinformação**

No capítulo introdutório de *A Era dos Extremos*, Hobsbawm (1995) nos diz que o principal papel do historiador é relembrar às gerações mais novas aquilo que elas querem esquecer, destarte, em paralelo Berstein (2009) nos explica que uma das funções do pesquisador no campo da história é também explicar os comportamentos políticos observados na sociedade. Então qual seria a relação entre essas duas

perspectivas? Podemos encontrar a resposta para tal questionamento no fato de que para se compreender o comportamento político das pessoas, é necessário rememorar, entender e explicar o passado histórico de cada um dos elementos predominantes observados em determinado contexto.

Na história há várias abordagens, campos e domínios acerca dos acontecimentos, sejam eles no passado ou no presente, isso faz parte da sua importância para o ser humano. Uma dessas vertentes é a *História das Mentalidades* que, segundo Barros (2004, p. 37), “[...] enfoca a dimensão da sociedade relacionada ao mundo mental e aos modos de sentir. Ou seja, nessa percepção a história de um indivíduo ou de uma sociedade estão relacionadas, pois o que acontece nas mentalidades ou ideias das pessoas, movimentam a engrenagem histórica e social referente aos acontecimentos do período em questão.

Desse modo, ainda de acordo com Barros (2004), dentro da perspectiva do estudo das mentalidades, é possível trabalhar diversos temas taxados como não convencionais para a pesquisa dentro do campo histórico, conseqüentemente, isso se deve ao fato de que qualquer objeto de estudo referente a política, a cultura, a economia, ao imaginário, as mentalidades, entre outros. Além disso, tais direcionamentos são classificados como pertencentes as “dimensões sociais”.

Nessa perspectiva, Campos e Oliveira (2015, p. 03) afirmaram:

Dois alertas são dirigidos àquele que se decide em trilhar a estrada das mentalidades: primeiramente, não conceber tal campo como meramente descritivo para não cair em um âmbito exclusivo de narrativa.

Deve o indivíduo interrogar sua fonte, problematizá-la e não ater-se apenas a um tipo de investigação, sendo necessário utilizar de outros campos das ciências sociais para melhor efetivar seu trabalho.

Partindo dessa definição, deve-se salientar a complexidade em se trabalhar dentro do campo das mentalidades, especialmente pelo fato de que esta não se trata apenas de um estudo meramente narrativo, descritivo, mas de uma reflexão embasada além da problematização histórica, necessitando assim do apoio direto de outras áreas do conhecimento científico, como por exemplo, a psicologia. Então, para se compreender as dimensões históricas da mentalidade humana, sempre é válido para o historiador recorrer as explicações proporcionadas pela psicologia no esforço de entendimento do comportamento social ao longo do tempo.

Lançadas as bases para o estudo das mentalidades, nesta pesquisa, é fundamental que história e psicologia caminhem lado a lado para evidenciar as possíveis relações entre o condicionamento do comportamento humano e as consequências para a conduta política e social dos indivíduos. Dessa maneira, ao se discutir sobre a manipulação da mentalidade histórica das massas, é essencial compreender os meios pelos quais os grupos dirigentes de cada sociedade controlam as respostas do povo de acordo com os seus interesses de classe dominante. Tomando esse pressuposto por base, o cinema foi o primeiro instrumento de manipulação e controle do modo de pensar e agir das massas no início de uma “era de extremos” como diria Hobsbawm (1995), sendo seguido ao longo do século XX por outros de similar importância.

Assim, para Hobsbawm (1995, p. 193):

Em 1914, os veículos de comunicação de massa em escala moderna já podiam ser tidos como certos em vários países ocidentais. [...]. A imprensa atraía os alfabetizados, embora em países de escolaridade de massa fizesse o melhor possível para satisfazer os semianalfabetos com ilustrações e histórias em quadrinhos, [...], desenvolvendo uma linguagem muito colorida, apelativa e pseudodemótica, que evitava palavras com muitas sílabas. [...]. O cinema, por outro lado, fazia poucas exigências à alfabetização, e depois que aprendeu a falar, em fins da década de 1920, praticamente nenhuma ao público de língua inglesa.

Com base nos argumentos do autor, percebe-se como o cinema dispõe de um potencial de traduzir mensagens às massas sem a necessidade de muita instrução, uma vez que, combina maravilhosamente elementos audiovisuais, quando comparado com a mídia impressa<sup>64</sup>. É justamente essa eficácia de transmissão de mensagens que os regimes totalitários europeus vão aproveitar, pois através do encanto do universo cinematográfico o nazismo conseguiu abrir portas para a mentalidade das pessoas, para assim ascender e consolidar o seu poder e, posteriormente, preencher as fileiras da máquina de guerra do III Reich.

Sobre a propaganda cinematográfica nazista, Costa *et al.* (2018) explica que Adolf Hitler observou que as massas da população alemã na época, detinham de capacidade de assimilação e memorização limitada, justificando-se assim a

---

<sup>64</sup> Neste caso, quando se cita “mídia impressa”, o autor, refere-se aos jornais que se espalharam em quantidade jamais vista pela Europa e pelos EUA no início do século XX.

utilização repetitiva de propagandas, visando que seu público alvo compreendesse bem a mensagem e os planos que o Fühler tinha para uma Alemanha grande. Desse modo, a máquina de propaganda nazista não se apoiava em muitos pontos, tinha apenas por objetivo a repetição de estereótipos sensíveis a mentalidade do povo. Então, ainda segundo Costa *et al.* (2018) o norteamento das ações foi embasado no campo das emoções, propiciando assim uma profunda identificação das pessoas com muitos dos ideais do Partido Nazista.

Dessa maneira, dentre os vários totalitarismos que surgiram ao longo do século XX, pode-se destacar que o nazismo criou não apenas uma linguagem cinematográfica específica para seus interesses ideológicos, uma vez que, o mesmo desenvolveu elementos básicos eficientes de propaganda e persuasão que consolidaram o poder de Hitler, ainda foram e são largamente utilizados por lideranças políticas em vários países ao longo da história.

Para Arendt (2012, p. 627-628):

A propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade; procura sempre injetar um significado secreto em cada evento público tangível e farejar intenções secretas em cada ato público. Quando chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo as suas afirmações ideológicas. O conceito de inimizade é substituído pelo conceito de conspiração, e isso produz uma mentalidade na qual já não se experimenta e se compreende a realidade em seus próprios termos — a verdadeira inimizade ou a verdadeira amizade — mas automaticamente se presume que ela significa outra coisa.

Então, o fato de a propaganda nazista ter sido tão eficiente no condicionamento da mentalidade do povo alemão se deve a premissa de que a ideologia totalitária deixa incutida a sua própria concepção da realidade, pois quando Arendt (2012) nos diz que as pessoas são libertadas da “experiência e da liberdade”, pode-se concluir que ao se suprimir essas duas formas essenciais de compreensão do mundo, também se insere as pessoas em um nível de aceitação de tudo o que for proposto pela ideologia. Com base nisso, segundo Arendt (2012), podemos perceber que o nazismo arrumou os fatos e a realidade de acordo com seus interesses ideológicos, com a propaganda eficiente, clara e intensiva as massas foram induzidas a enxergar a lógica específica de funcionamento dos fatos sob a ótica hitlerista.

Então, ao se analisar algumas das principais estratégias de submissão praticadas pelo nazismo e que se difundiram e ainda podem ser percebidas em diversos governos pelo mundo, torna-se válido complementar esta primeira etapa ressaltando que para se exercer o condicionamento das mentalidades das massas, entre outras coisas, são necessários o controle e o uso planejado dos meios de comunicação de massa como a mídia impressa, cinematográfica, radiofônica, televisiva e, atualmente, a internet.

Assim, percebe-se se utilizar da psicologia do comportamento humano é fundamental para compreendermos a condição de dominação aqui descrita. Então, poderíamos tomar a liberdade literária de imaginar que uma nação possa ser colocada dentro de um aparato semelhante a “Caixa de Skinner”, com Estado autoritário no papel de pesquisador behaviorista, aplicando-lhe reforços e punições, pode-se chegar a uma

condição em que os indivíduos mentalizem se comportem, de acordo com apenas aquilo que está dentro dos parâmetros previstos para um modelo de sociedade submissa e ideal.

## **Behaviorismo e condicionamento político**

Diante do panorama estabelecido, ao se realizar anteriormente o aporte histórico das táticas de persuasão utilizadas por lideranças autoritárias e como as massas foram quase que subjugadas, seria mesmo possível que atualmente as pessoas fossem condicionadas a abrirem mão de suas liberdades apesar da ampla difusão dos conceitos de democracia, liberdade e razão nas diversas esferas sociais? Talvez não seja necessário recorrer mais uma vez à compreensão do contexto histórico da Alemanha nazista, pois uma possível resposta para essa questão esteja na distopia *1984*<sup>65</sup>, escrita por George Orwell, principalmente quando o autor evidencia os meios pelos quais as pessoas eram condicionadas a seguir o *Socing*.

No capítulo inicial, Orwell (2009, p. 20-27) escreveu:

Eram quase onze da manhã, e no Departamento de Documentação, onde Winston trabalhava, já arrastavam as cadeiras para fora das estações de trabalho para reuni-las no centro do salão, em frente a grande teletela, nos preparativos para os Dois Minutos de Ódio.

[...]

Como de costume, rosto de Emmanuel Goldstein, o Inimigo do Povo, surgira na tela. [...] fora uma das

---

<sup>65</sup> O romance escrito e publicado por George Orwell 1949, traz a narrativa da assustadora vida de Winston no ano de 1984, em um mundo subjugado por ditaduras totalitárias, como clara referência crítica aos regimes nazifascistas.

figuras destacadas do Partido, quase tão importante quanto o Grande Irmão, e que depois e que depois se entregara a atividades contrarrevolucionárias, [...] Ele era o traidor original, o primeiro conspirador da pureza do Partido.

[...]

Não fazia nem meio minuto que o Ódio havia começado e metade das pessoas presentes no salão já começara a emitir exclamações incontroláveis de fúria.

Nestas linhas, o autor descreveu uma cena que a princípio pode parecer um caso de histeria ou desvairo coletivo, porém, esta é uma cena que pelo menos com roupagem diferente pode ser observada no espaço das redes sociais atualmente, quando pessoas expõem concepções políticas e são imediatamente rechaçadas, cujos opositores recebem cada vez mais apoio estímulos agressivos dos seus semelhantes para continuarem a reproduzir o comportamento. Contudo, é os elementos destacados por Orwell (2009) demonstram para melhor compreendê-los de acordo com o campo das mentalidades, trata-se então de buscar possíveis explicações para tais comportamentos a também a partir da ótica behaviorista.

Então, aplicando-se o entendimento de Kleiman (2015) sobre a teoria do “condicionamento operante e a Caixa de Skinner”, é possível comparar a sala descrita como um ambiente isolado que ao sofrer alterações, também afeta os indivíduos ali aglomerados estão sendo submetidos a estímulos, ou melhor dizendo, ao “reforço positivo” contínuo evidenciado pela reprodução constante de uma propaganda que incentiva o ódio sobre uma personalidade. Em outras palavras, quanto maior for a repetição da mensagem de ódio via propaganda contínua para



as pessoas, a resposta violenta aos inimigos do Partido será ainda mais contundente. Na mesma medida, de acordo com Orwell (2009), os habitantes da Oceania<sup>66</sup> eram sempre submetidos também ao reforçamento negativo, uma vez que, a intenção dos “Dois Minutos de Ódio” não era simplesmente promover o repúdio pelos inimigos do Estado, mas também asfixiar especialmente o pensamento racional que viesse a resultar em qualquer questionamento do sistema.

O romance *1984*, assim como muitos outros que Orwell (2009) escreveu como também muitos outros autores trazem, pode ser utilizado como ponto de uma reflexão behaviorista da história das mentalidades, pois além do condicionamento por *reforço positivo* quando os habitantes de Oceania são incentivados ao ódio contra os inimigos do Estado, é possível identificar os outros três tipos trabalhados na teoria de Skinner. O *reforço negativo* sendo evidenciado pela necessidade de toda a sociedade de aceitar a escassez de produtos essenciais e uma economia debilitada para sustentar um esforço de guerra constante com as outras nações, Lestásia e Eurásia. Observa-se a *punição negativa* representada pelo fato de os personagens no livro serem tolhidos de suas liberdades individuais, evitando assim opinar cada vez menos sobre assuntos vistos como subversivos pelo Estado, sob a possibilidade de serem “vaporizados”<sup>67</sup>. Por último, a *extinção* do pensamento crítico e

---

<sup>66</sup> Nome fictício para uma nação que abrangia os territórios correspondentes ao Reino Unido e adjacentes, das Américas, do sul de continente africano e da Oceania, sob o regime do *Socing* e do Grande Irmão.

<sup>67</sup> Termo utilizado no livro para referir-se ao que poderia acontecer com qualquer pessoa que transgredisse as leis do *Socing*, ou seja, ser preso pela Polícia das Ideias, executado e ter qualquer indício de que tenha existido como indivíduo em todos os registros oficiais.

da oposição organizada ao Estado totalitário, uma vez que os indivíduos que ainda tentam marchar na contra mão do *Socing*, não passam de pessoas isoladas em seus pensamentos e sem nenhuma capacidade de organização conjunta para resistir ao regime.

É dessa forma que ao longo da história, a mente humana vem sendo condicionada a responder aos pretextos políticos de governos de caráter autoritário. O panorama da teoria de Skinner do Condicionamento Operante, pode ser traduzido pelas palavras de Kleiman (2015, p. 18), como “[...] aquele em que alguém aprende um comportamento como resultado de recompensas e punições associadas a esse comportamento”. Assim, como essa ideia está relacionada com as mentalidades? A resposta para essa pergunta pode ser simples, pois, diante dessa teoria, permite-se afirmar que muito do que as pessoas expõem em seu comportamento político e social é decorrente do condicionamento da mentalidade histórica e social.

Portanto, o próprio Skinner (2003, p. 327) contextualizou o conceito de *reforço social*:

[...] Muitos reforços requerem a presença de outras pessoas. [...] Não se pode descrever o reforço se referência a outro organismo. Mas o reforço social geralmente é uma questão de mediação pessoal. [...] O comportamento verbal sempre acarreta reforço social e deriva suas propriedades características desse fato. No campo do comportamento social dá-se importância especial ao reforço com atenção, aprovação, afeição e submissão. Esses importantes reforçadores generalizados são sociais porque o processo de generalização geralmente requer a mediação de outro organismo. O reforço negativo — particularmente como uma forma de punição — é

mais frequentemente administrado por outros na forma de estimulação aversiva incondicionada ou de desaprovação, desprezo, ridículo, insulto, etc.

Dado o exposto, Skinner (2003) ressalta que existem comportamentos adotados pelo ser humano enquanto indivíduo, que são em parte, decorrentes de sua convivência em sociedade, onde o mesmo está à procura de se submeter ou estar de acordo os padrões de conduta estabelecidos pelo grande grupo. Por exemplo, mesmo que uma pessoa esteja sujeita ao contato com concepções políticas de forma repetitiva e diária através de propagandas na mídia, das redes sociais ou do contato com outras pessoas, formará uma crítica própria que ainda vai estar respondendo aos estímulos e emoções provenientes daquele grupo ao qual faz parte. Salienta-se também o fato de que mesmo que se esteja em contato com fatores condicionantes, hoje o ser humano tem parcela de mediação uma vez que escolhe por quais caminhos quer trilhar e, como ressalta Skinner (2003), na mesma medida que recebe o reforço positivo ocorre a contrapartida do negativo pela “estimulação aversiva incondicionada”, ou melhor exemplificando, quando alguém demonstra fraqueza ou divergência sobre uma posição política e passa a ser atacado por seus partidários.

Portanto, ainda segundo Skinner (2003) existem variações no fator de reforçamento social em decorrência do momento vivido pelo agente reforçador, ou seja, quando se compreende a sociedade como uma influenciadora, é essencial observar que as condições históricas e sociais estão em constante modificação. Dessa maneira, o autor também destaca que estímulo e resposta podem apresentar resultados diferentes

de um momento para o outro. Em outras palavras o reforço social varia de momento para momento dependendo da condição do agente reforçador. Contudo, essa proposição é trabalhada mais especificamente por Staats (1980, p. 109), segundo ele o homem “[...] é um projeto. Seu comportamento atual está, em parte, determinado por sua concepção do futuro”. Em outras palavras, as pessoas agem de acordo com projetos vindouros e, de acordo com isso, uma pessoa recebe incontáveis reforços durante a vida, mas responderá melhor aos que dizem respeito a um projeto específico.

Então, indo mais além Staats (1980, p. 113) afirmou:

Além disto, o indivíduo causa o seu próprio comportamento em outro sentido. Ele faz coisas porque decide fazê-las. A maneira como decide será uma função da sua experiência passada, mas esta experiência passada também foi afetada por muitas das decisões que tomou anteriormente. Antes que um indivíduo se torne adulto, seu próprio comportamento de tomar decisões terá afetado sua experiência, e a experiência, por sua vez, afetará suas últimas decisões, e assim por diante numa cadeia quase infinita. Estas combinações são tantas e tão complexas que o indivíduo, com o seu conhecimento de senso comum, não pode traçar a sequência causal original delas. A contribuição do próprio comportamento do indivíduo terá sido tão extensa que, na vida adulta, ele pode ser considerado — por diversas razões — como dirigindo sua própria vida, ser único, espontâneo e livre.

Com base nisso, dado os acontecimentos mais recentes na história e na política em níveis nacionais e mundiais, o que se analisa atualmente também é fruto de escolhas individuais; embora ainda possam ser percebidas as influências do

condicionamento das mentalidades pelos regimes ditatoriais no século XX, nos mais diversos setores da sociedade, inclusive como a ameaça às instituições democráticas que garantem o estado de direito. Um dos exemplos mais marcantes desse pressuposto, denota-se pela massificação do uso das redes sociais, pois, se durante o nazismo, o varguismo, os governos militares ou na distopia *1984* escrita por George Orwell, o acesso à informação pelos meios de comunicação de massa estava impregnado pelo ideário do Estado, hoje, as pessoas possuem através da internet conhecimento rápido e variado, mas recebidos os primeiros estímulos sobre determinada visão de mundo através das redes sociais, os indivíduos passam a escolher por si próprios — ressaltando-se que de livre e espontânea vontade — meios pelos quais realizar o projeto ao qual foram apresentados.

### **Redes Sociais, *Fake News* e o fim da razão**

Rede Social, uma ferramenta que mudou a vida do ser humano de forma evidente uma vez que ela possibilitou que diferentes pessoas pudessem entrar em contato mesmo elas se encontrando a milhas de distância umas das outras. Então o que seria a “Rede Social”? De acordo com Zenha (2017, p. 24) define rede social como “uma das formas de representação dos relacionamentos afetivos, interações profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos.” Ou seja, ela desde do seu início tem um papel de união entre diferentes indivíduos, seja em questões de nacionalidade, idioma, cultura e pensamento, ainda nos norteando por Zenha (2017, p. 24) ela nos diz que a Rede Social

tem o caráter de ser “uma representação de relacionamentos afetivos e/ou profissionais entre indivíduos que se agrupam a partir de interesses mútuos e tecem redes informacionais por meio das trocas discursivas realizadas no ambiente virtual”.

Partindo desse ponto podemos considerar que essas redes de comunicação facilitaram para que as massas populares usufruissem de uma liberdade a tal ponto que de qualquer lugar, qualquer pessoa possa emitir uma opinião — com embasamento teórico ou não —, acerca de qualquer assunto que vão desde coisas banais como comidas, bebidas chegando até temas mais espinhosos como política, religião, entre outros. Tais redes tiraram do anonimato certas opiniões que antes eram apenas faladas em bares de esquina ou churrascos em família de um domingo qualquer. Bauman (2001, p. 23) nos diz que “‘libertar-se’ significa literalmente libertar-se de algum tipo de grilhão que obstrui ou impede os movimentos; começar a *sentir-se* livre para se mover ou agir”, trocando em miúdos, as redes sociais constituíram-se como um libertar-se de grilhões da escuridão do anonimato para certas pessoas e grupos.

Nesse sentido, percebemos que o sentimento de liberdade provocado pelas redes faz com que os indivíduos se sintam confortáveis a praticarem atos de difamação, de xingamentos, etc., a quem tem pensamento dissonante desses mesmos. A falta de controle e de punição eficaz a quem pratica tais atos, dá uma sensação de “homem solto” hobbesiano que, nas palavras de Bauman (2001, p. 27), se daria a partir da “[...] suposição de que um ser humano dispensado das limitações sociais coercitivas (ou nunca submetido a elas) é uma besta e não um indivíduo livre; [...]”. Isto é, o anonimato concede ao

homem um viés bestial dexiando-o distante de sua razão ao ser confrontado com alguém de pensamento diferente do dele, isto acaba se tornando uma das faces negativas das redes sociais. Essa ideia é corroborada por Harari (2018, p. 34) onde ele nos fala que “a tolerância não é uma marca registrada dos sapiens”.

Ainda norteando-se por Harari (2018, p. 34) “Nos tempos modernos, uma pequena diferença em cor de pele, dialeto ou religião tem sido o suficiente para levar um grupo de sapiens a tentar exterminar outro grupo”, a partir disto começamos a pensar que discutir a cultura política em uma fase tão conturbada da história do nosso país é uma das possibilidades de compreender os motivos pelos quais a sociedade brasileira tem se apresentado cada vez mais dividida por polos opostos que terminam sendo confusas em suas posições, ou o que pode ser ainda mais preocupante, um povo agitado por um conservadorismo reacionário. Isso se deve pelo fato de o objeto maior das massas hoje ser a busca pelo modelo de sociedade ideal, um modelo claramente pautado nos elementos ideológicos advindos da cultura política, não apenas de determinados grupos partidários, como também de ideias fixas no imaginário de alguns, sendo estas potencializadas com o uso das redes sociais que se tornam correntes de disseminação dessas ideias, além de manter-se mais vividas no imaginário por continuarem circulando nos cantos mais longínquas da rede de internet. O Imaginário entendido como fazendo parte de um conjunto de mentalidades aqui tratadas.

Ou nas palavras de Vigário (2016, p. 06):

O imaginário faz parte de um campo de representação em que o pensamento se manifesta pelas imagens que vem a mente como forma da

realidade, ou seja, a imagem visual é transformada, ao evocá-la esta reaparece mentalmente mesmo que o referente não esteja mais no campo visual.

Neste caso, podemos inferir que essas imagens são transformadas em opiniões transmitidas pelos meios sociais de comunicação, ou seja, coisas antes relegadas ao palco do inconsciente furam a barreira e vem à tona para gerar discórdia e intolerância. Dessa maneira, a partir do que foi apresentado até aqui nos revela que tais movimentos no organismo das redes sociais geradoras de intolerância, levam a pensar que estamos perdendo nossa racionalidade, pois, a exposição de pensamentos contrários à determinadas posições de certos grupos têm externado mais raiva do que argumentos, estes sendo fundamentais na organização de debates produtivos que gerem um entendimento geral a respeito do que seja melhor para o organismo social do qual fazemos parte.

Partindo desse pressuposto, conforme Severino (2007, p. 38-39):

*Racionalidade*: característica daquilo que se refere a razão. Considera-se como razão a consciência subjetiva enquanto procede logicamente, estabelecendo nexos dotados de coerência lógica entre vários objetos de sua apreensão. Com isso a atitude da consciência subjetiva de outras suas formas de manifestação, tais como a atitude emocional, a atitude imaginativa, a atitude afetiva, a atitude religiosa, a atitude estética etc., que são todas atitudes subjetivas sem serem, no entanto, atitude lógico-rationais.

Então, podemos perceber que como seres dotados de razão temos que procurar compreender aquele que pensa



diferente de nós, coisa que não é muito vista ultimamente ao se falar das redes sociais e sua atuação na sociedade moderna como fator condicionante para atitudes intolerantes, uma vez que ela tem tido papel fundamental em novos debates — nem sempre feitos de maneira coerente e com argumentos —, e, até mesmo em eleições governamentais de grandes democracias, a exemplo, o Brasil ou até mesmo os Estados Unidos da América.

A partir do exposto até aqui optamos por fazer uma delimitação em nossa argumentação e por isso deliberamos por trabalhar duas redes sociais em específico para dar continuidade nas ideias trabalhadas até aqui, o *Twitter* e o *WhatsApp*, esses se mostraram os mais eficazes ao gerarem as condicionalidades tratadas ao longo do texto. Seguindo por Recuero (2016, p. 159) “O discurso político e sua circulação são fundamentais para a democracia. As várias teorias sobre decisão de voto mostram que a circulação de informações sobre os candidatos é fundamental para a escolha do eleitor”. Nesse aspecto vemos como atualmente as redes sociais têm potencializado o alcance desses discursos — nem sempre de forma correta ou com o conteúdo original preservado —, salientamos aqui a ocorrência das chamadas *Fake News*.

Caminhando de acordo com Brites e Porcello (2018, p. 3):

[...] as fakenews não são notícias distorcidas, erradas ou mal apuradas. Elas são notícias falsas criadas propositalmente para enganar visando alguma vantagem sobre isso. Os boatos sempre existiram, o que muda é o contexto em que estamos inseridos, a velocidade e a profissionalização com que as fakenews tem se multiplicado para atingir um número cada vez maior de pessoas.

Isso se provou evidente no cenário de eleições recentes onde as mídias supracitadas acima agiram como agentes de propagação de tais notícias, isso se transformou em um fenômeno que vem sendo estudado por vários ramos de pesquisa como: a Antropologia, Sociologia, Psicologia, História e da Comunicação especificamente. Por conseguinte, elas contribuem como causa para os temas aqui estudados. Visto isto, vamos nos deter nas redes sociais propriamente ditas, começando pelo *Twitter*.

Como afirmaram Amaral e Pinho (2018, p. 470):

Um dos aspectos sobre o uso das redes sociais da internet diz respeito à influência exercida por alguns usuários sobre outros. No *Twitter*, essa questão se refere à possibilidade de um elevado número de seguidores representar ou não, para a pessoa ou organização seguida, algum poder de influência sobre outros usuários. A popularidade virtual pode representar prestígio, fama e Status ao usuário de uma conta excepcionalmente seguida na rede social, como pode apenas replicar o Status social anterior à existência do perfil virtual.

Assim sendo, podemos perceber que essa influência adquirida por meio desta rede — como em outras —, tem apresentado um uso bem específico em se tratando do meio político, que viu nisso uma forma de estender seus braços *clientelistas*<sup>68</sup>, usando para isso seus próprios perfis ou de seus grupos de seguidores, já que estes também exercem influência sobre outros (gerando uma espécie de “efeito dominó”), pois ao aplicar a questão ao contexto brasileiro, observou-se o papel

---

<sup>68</sup> Práticas caracterizadas pelas trocas de favores entre políticos e cidadãos. A origem remete aos tempos da República Romana.

desempenhado pelas redes sociais no panorama político brasileiro desde as turbulências no poder Executivo com o *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff até as eleições presidenciais de 2018.

Ou ainda como escreveram Amaral e Pinho (2018, p. 468):

No contexto brasileiro, o uso de novas tecnologias deve ser compreendido a partir da compreensão da cultura política existente, que, por um lado, inclui relações clientelistas entre representantes e representados e práticas patrimonialistas de gestão pública, e, por outro, compreende a apatia da população em participar da vida política. O sentimento de que as instituições estão corrompidas e não representam os interesses dos cidadãos pode estar se refletindo na apatia política dos brasileiros, diminuindo as expectativas da promoção da transparência política, da promoção do debate e da deliberação. A política brasileira ainda não é transparente e este é um padrão de realidade que provavelmente está se repetindo nas relações políticas mediadas por computador, como oposto do esperado surgimento de novas práticas mais democráticas de relacionamento entre políticos e cidadãos, conforme o antes descrito potencial democrático da internet.

Por meio disto vemos que a política na sua “tentativa” de renovação aderiu ao movimento provocado dentro das redes sociais. O *Twitter* tem tido um grande uso nessa empreitada, entretanto, há outro meio em que esta prática tem utilizado de forma por vezes mais eficazes: o *WhatsApp*<sup>69</sup>. Esse aplicativo

---

<sup>69</sup> *WhatsApp* é como um **software** para **smartphones usado** para se trocar mensagens de texto de forma rápida, além de poder-se enviar vídeos, fotos e áudios através de uma conexão com a *internet*.

tem ganhado destaque por arregimentar grandes massas em grupos específicos e restritos como uma espécie de Caixa de Skinner, como também na propagação das *fake news* mencionadas acima, uma vez que ao se espalhar determinada notícia nesses grupos, elas conseguem incentivar toda uma leva de seguidores para ir a um protesto, repassar as notícias falsas, organizar ataques coordenados a determinadas pessoas ou segmentos, como também destilar toda a sua irracionalidade em outras redes.

O *WhatsApp* vive seu auge político por assim dizer no atual cenário da claudicante República do Brasil que vive, talvez, seu período mais incerto desde a ocasião quando se vivia sob a égide da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), na qual da maneira mais irracional possível se restringia a liberdade de se expressar, coisa hoje possibilitada em maior grau por conta do advento de tais mídias sociais, entretanto, há algo contraditório uma vez que a muito mais liberdade de se expressar, há também, talvez, maior intolerância com relação ao pensar/expressar de outrem. Isso causa certo medo, devido ao fato de que se posicionar diferente de certo grupo pode lhe custar uma série de ataques e difamações virtuais.

Ao analisar a chamada sociedade do medo, Bauman (2009, p. 28) escreveu que:

Para os governos e o mercado, é interessante manter acesos os medos e, se possível, até estimular o aumento da insegurança. Como a fonte das ansiedades parece distante e indefinida, é como se dependêssemos dos especialistas, das pessoas que entendem do assunto, para mostrar onde estão as causas do sofrimento e como lutar contra ele. Não temos como testar a verdade que nos contam. Só nos resta então, acreditar no que nos dizem.

Vemos aí um dos rumos que algumas redes sociais, como por exemplo, o *WhatsApp*, tomaram, gerar e alimentar medos e inseguranças, além de nutrir uma teia de notícias falsas para atender interesses espúrios de certos grupos de pessoas. Ou melhor dizendo, estando as pessoas condicionadas a receberem estímulos e proporcionarem resposta, as massas hoje não estão mais habituadas a buscarem a verdade, pois, é preferível acreditar na notícia compartilhada por vários conhecidos, demonstrando que o pensamento crítico ainda tem muito para avançar dentro desse novo contexto, uma vez que, essa nova forma não segue regras de apuração das notícias, ela não usa métodos rigorosos, elas apenas usam de *má fé*, ou seja, são feitas de forma proposital para se obterem vantagens a partir da repercussão das mesmas.

## **Considerações finais**

Diante da argumentação tecida ao longo do texto deste artigo, observamos que as mentalidades ao longo da história tenderam a ser condicionadas política e socialmente por determinados grupos desde os nazistas sob o comando de Adolf Hitler, passando inclusive pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, pela Ditadura Civil-Militar, entre outros momentos históricos que não couberam ser abordados pelas breves páginas desta pesquisa. Desse modo, em que ponto procuramos chegar ao tecer essas lembranças? Podemos dizer que queremos demonstrar a força das ideias, como elas podem condicionar toda uma sociedade ao todo ou em parte, cabe critérios diferentes a esse respeito.

Com base na premissa de Hobsbawm (1995), realizou-se a lembrança das principais táticas que os totalitarismos utilizaram para condicionar as mentalidades das massas, como por exemplo, o nazismo e sua indústria cinematográfica propagando os *slogans* e ideologias do partido, como também, o ataque aos “inimigos” da Alemanha/Nação. Portanto, a partir da ótica das mentalidades, foi possível elucidar que para governos autoritários é essencial promover a moldagem do pensamento da população em uma ótica favorável para garantir a manutenção do projeto de poder.

Uma vez que foi estabelecida a necessidade de compreender as transformações nas mentalidades históricas, foi de grande ajuda perceber a mestria de George Orwell ao colocar nas linhas de *1984*, uma visão de mundo onde pessoas submetidas ao condicionamento constante dentro dos padrões de comportamento político e social estabelecidos pela ditadura no universo fictício da Oceania, apresentando total submissão ao Grande Irmão e agressividade contra os inimigos do Partido. Com base nisso, à luz das teorias de Skinner (2003) e Staats (1980) foi possível compreender como o condicionamento operante atua no comportamento dos indivíduos e nos grupos onde estão inseridos. Ou seja, além dos fatores de reforçamento recebidos, uma pessoa também pode escolher qual mentalidade seguir por opção próprio em um projeto pessoal.

A partir desse panorama, Agar (1942 apud Bauman, 2001, p. 26) “a verdade que torna os homens livres é, na maioria dos casos, a verdade que os homens preferem não ouvir”. Em outras palavras, percebemos que ao longo do processo descrito nas linhas acima, há um reforçamento a não buscar a elucidação sobre o que lhe é repassado através dos meios de

comunicação de massa, em especial hoje, as redes sociais. Compreende-se que se criou uma espécie de dependência delas, uma vez que, elas oferecem na maioria das vezes reforços para as concepções preestabelecidas pelo grande público. A partir disso, tudo que for diferente, será recebido de forma irracional ou intolerante, podemos assim perceber isso de forma mais evidente no fenômeno da polarização política que vem ameaçando as instituições democráticas.

Por fim, como diria o imortal Nelson Rodrigues (1912-1980) “Toda unanimidade é burra. Quem pensa com a unanimidade não precisa pensar”. Em outras palavras, vemos que essa onda de notícias falsas e redes de intolerância procuram obter ares de unanimidade, mesmo que elas não representem uma totalidade, pois existe sempre um contraponto em relação a elas, isto é, a razão. E quanto a razão, estaríamos retrocedendo a trevas da ignorância? Por quanto tempo o homem ainda deixará a racionalidade em nome de interesses particulares? Essas podem ser questões que ainda carecem de um espaço maior para aprofundamento no contexto histórico.

## **Referências**

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARROS, J. D’A. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERSTEIN, S. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, C. et al. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.

CAMPOS, G. M.; OLIVEIRA, C. K. de. **A história das mentalidades: trajetória, controvérsias e perspectivas para a contemporaneidade**. In: I SEMINÁRIO CIENTÍFICO DA FACIG: SOCIEDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 2015. Disponível em < <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/291>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

HOBSBAWM, E. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLEIMAN, P. **Tudo que você precisa saber sobre psicologia: um livro prático sobre o estudo da mente humana**. 10ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2015.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.  
SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

STAATS, A. W. **Behaviorismo social: uma ciência do homem com liberdade e dignidade**. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/viewFile/18424/17178>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

HARAHI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2018.



BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOCK, A. M. B. et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ZENHA, L. **Redes sociais online**: o que são as redes sociais e como se organizam? 2017. 24 folhas. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/323642463\\_12\\_-\\_Redes\\_sociais\\_online\\_o\\_que\\_sao\\_as\\_redes\\_sociais\\_e\\_como\\_se\\_organizam\\_revisado\\_com\\_palavras\\_chave](https://www.researchgate.net/publication/323642463_12_-_Redes_sociais_online_o_que_sao_as_redes_sociais_e_como_se_organizam_revisado_com_palavras_chave)>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

VIGÁRIO, J. S. **História e Imaginário**. In: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/UCG. 2009. Goiânia. Artigo. Disponível em <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09\\_JaquelineSgario.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_JaquelineSgario.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

# COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PASSADO E PRESENTE NA AULA DE HISTÓRIA

---

Matheus Cavalcanti Rodrigues<sup>70</sup>  
Augusto César Acioly Paz Silva<sup>71</sup>

## Introdução

O presente texto se preocupa na análise do quão complexo é estabelecer ligações pertinentes entre passado e presente no exercício do ensino da História, fugindo de reducionismos, simplificações e correspondências diretas. Parte-se da premissa que os processos históricos, enquanto produtos do trabalho de pesquisa dos historiadores são repletos de contradições e ressignificações que precisam ser assinaladas quando no discurso histórico-pedagógico, pluralizando as formulações passado-presente, mediante a consideração de que cada presente elabora interpretações singulares do passado que lhe convém estudar. Objetiva-se aqui a reflexão sobre a transposição operada pelo docente em História do conhecimento teórico que apreende dos historiadores ao seu alunado, que precisa ser acompanhada do entendimento acerca da própria atividade historiadora, em sua subjetividade que não permite falar de um conhecimento histórico unívoco. Utilizar-se-á

---

<sup>70</sup> Licenciado em história pelo Centro de Ensino Superior de Arcoverde AESA/CESA. E-mail: matheuscavalcantiicm@hotmail.com.

<sup>71</sup> Doutor em História pela UFPE e professor do Departamento de História da AESA-CESA.

a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) para fundamentar a argumentação, também balizando a discussão na referência à teoria da História e de alguns autores que se debruçaram para formulá-la. Contudo, a relevância deste tema ultrapassa o seu arcabouço teórico, sendo pertinente para a *práxis* pedagógica no campo da disciplina histórica. Ao professor de História se impõe a reflexão de sua atividade, partindo da matéria-prima com a qual lidam que é o vasto acervo de trabalhos historiográficos já produzidos, tendo a consciência que cada uma destas produções oferece uma visão única de um tema histórico específico. Outrossim, deve o docente contribuir para que essa mesma consciência seja construída por seus educandos, arquitetando uma atmosfera de criticismo e autonomia em sala de aula.

Divide-se este artigo em quatro seções bem definidas. A primeira detém-se em escavar as relações possíveis e viscerais que unem a atividade docente em História com a sistemática pesquisa e produção engendradas pelo historiador. A segunda seção ressaltará a temática da autonomia discente no ensino-aprendizagem de História. Por fim, as duas outras apresentaram enfoques historiográficos adaptáveis ao contexto escolar: uma história etiológica na terceira, e uma história social da memória na quarta seção.

## **O ensino-aprendizagem da História e a natureza da produção historiográfica**

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) brasileira (2017, p. 397) acentuou para o ensino da História que “todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do

presente elaborado por distintos sujeitos”. Tal princípio carece de explicitação. Para assimilá-lo se torna premente o entendimento acerca do trabalho historiográfico. Como afirmou Le Goff (2008, p. 22): “A história sai das questões propostas pelo historiador”, o que significa que os historiadores de cada tempo presente elaboraram questões direcionadas às épocas passadas na busca por respostas que de alguma maneira atendiam a demandas de seu contexto temporal, espacial e social. Em cada novo presente, surgem questões originais no espectro do trabalho historiográfico, que conduzirão à revisitação de passados já estudados anteriormente. Não obstante, tal ato de revisitação não produzirá conclusões já obtidas por outros estudos, pois sempre há espaço para novas interpretações do passado, ou dos passados. Nesse processo contínuo de revisitações e ressignificações o conhecimento historiográfico é robustecido a cada nova geração de pesquisadores que desponta.

Existe uma complexidade epistemológica no trabalho do historiador que se transpõe ao do professor de História. Por sua vez, o historiador se defronta com todo material já produzido por seus pares que viveram imersos em outras épocas e lugares. Tal acervo preexistente serve de referência e revela caminhos já trilhados e onde eles levaram. Ainda assim, o historiador, ao se apropriar desse conhecimento, poderá explorar essas trilhas pisadas e desejar encontrar outras respostas, pois o que o move são indagações inerentes a seu tempo e à sociedade na qual está inserido, e por isso mesmo indagações originais.

Em um maciço estudo sobre a História da produção historiográfica, no capítulo intitulado Desgastes do Tempo, Dosse (2003, p. 149) iniciou constatando que “A interpretação

histórica se dá pela ambição de investir num meio termo que se situa entre a familiaridade com o meio ambiente e a estranheza representada pelo mundo que perdemos”. Ora, a ambição é a do historiador, que é sujeito do que Dosse chamou de um meio ambiente, do que se deve entender que é um meio social correspondente, e o mundo perdido de que fala o autor é um passado qualquer para o qual se volta a ambição de pesquisa. Mas o essencial na frase de Dosse é que denota a exigência de um meio-termo entre o meio-ambiente social do pesquisador e o mundo perdido/passado que é objeto de sua pesquisa. Todo historiador é antes um ser social, e por esse motivo é afetado por demandas sociais que lhe são contemporâneas, e que podem se fazer alicerces definidores da estrutura de seu trabalho investigativo. Assim é que Tito Lívio se esmerou em escavar as causas históricas do que observava em sua época como uma decadência moral dos romanos, na passagem do primeiro século antes de Cristo ao primeiro século da era cristã, que segundo ele teve como efeito a degeneração política: “A obra de Tito Lívio destaca, assim, com uma eficácia marcante, graças a sua escrita, as inquietudes de sua época, num tempo de grandes desordens” (DOSSE, *ibid*, p. 108). É assim também que a Restauração de 1815, na França, desemboca numa “luta historiográfica militante” que opôs conservadores, defensores da aristocracia tradicional, e liberais, ciosos por expandir as conquistas da Revolução, todos valendo-se de um discurso pautado pelo passado da nação, como meio legitimador do presente que anelavam construir e experimentar (DOSSE, *ibid*, p. 127).

Para corroborar com a ideia de que o historiador, e para ser mais abrangente, o pesquisador do passado, parte da

condição de sujeito histórico de um tempo presente que é desencadeador de tensões mobilizadoras da sua investigação histórica, cabe também lembrar dos intérpretes do Brasil. É para acompanhar a multiplicidade das formulações que deram feição à nação e ao povo brasileiro que Reis (1999) escreve *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Sua introdução é profícua de argumentos que cabe aqui reproduzir. Ao analisar o motivo pelo qual “os historiadores reescrevem continuamente a história” (p. 7), uma de suas conclusões é que “a história é reescrita porque o conhecimento histórico muda, acompanhando as mudanças da história. Novas fontes, novas técnicas, novos conceitos e teorias, novos pontos de vista levam à reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas” (p. 9).

Outra citação do mesmo livro de Reis ainda será elucidativa e fornecerá um exemplo concreto de análise. O autor lembra-se de uma indagação evocada por Von Martius em meados do século XIX, que ecoou no tempo e constituiu espaço de enfrentamento intelectual: o desenvolvimento da história brasileira teria sido melhor ou pior se os negros não tivessem sido incorporados à colonização? Uma questão levantada em um presente contextualizado pelo Império e a escravidão, mas que reverberou até os tempos do governo getulista, quando Gilberto Freyre a tratará com novo olhar, positivando o incremento africano no cimento da construção da nação, divergindo de autores de outros presentes, que já eram passados, que repudiaram a adição do negro no projeto colonizador. Veja-se como uma questão pode ser geradora de reinterpretções conforme mudam os tempos e os seus respectivos intérpretes.

Do que até aqui se disse, espera-se ter frisado a multiformidade das teorizações no que concerne ao estudo do passado que, é inequívoco, sempre está situado em um presente que desperta e norteia a curiosidade de seus pesquisadores, em particular os que têm por ofício fazer falar os mortos, como diria Jules Michelet (DOSSE, 2003). Compreender esse princípio é crucial para o docente e para o discente em História, ainda que no âmbito do Ensino Básico, pois só assim poder-se-á apreender a estrutura intrínseca da história como narração e interpretação dos eventos. *Pari passu* a isso, é crucial admitir a pertinência do estudo dos acontecimentos antigos para perpetrar uma abordagem razoável dos processos e fatos do presente, pois “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001, p. 65).

Outrossim, Bloch destacará a emergência para o historiador de ser amante de seu presente, pois esta será sua “qualidade mestra” (*ibid*, p. 66). Qualidade esta que deve se incorporar à *práxis* pedagógica, no que tange à disciplina histórica, como assevera a BNCC (2017, p. 397):

As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual.

É patente uma preocupação nas resoluções legais que balizam a educação brasileira em incentivar como parâmetro do ensino e aprendizagem a abordagem do tempo presente, como o faz indiretamente a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 32, inciso II, que propugna como objetivo para o Ensino

Fundamental a “compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (2017, p. 23). Não obstante, para que este esforço compreensivo funcione, o conhecimento do pretérito será indispensável, já que as formações sociais, materiais e imateriais, todas têm suas raízes em um tempo anterior.

### **Autonomia discente na aula de História**

Para o Ensino Fundamental, a BNCC (2017, p. 416) indicou como procedimento básico no ensino da História passar:

Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias.

Depreende-se disso que o estudante, auxiliado e conduzido pelo professor, deve se tornar autônomo na faculdade de pensar criticamente sobre o produto do trabalho historiográfico e, para além disso, desenvolver ideias idiossincrásicas, fundamentadas em artifícios epistemológicos coerentes. É de autonomia discente que se está falando, e desta forma cabe citar Freire (1996, p. 29), quando insiste que “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.



Autonomia implica e propicia criticidade. O processo pelo qual todo e qualquer estudante carece atravessar no intuito da salutar promoção de sua autonomia cognitiva e epistemológica necessariamente incluirá o alcance de um nível de capacidade questionadora que suplante a ingenuidade de que fala Freire (*ibid*, p. 34 e 35), ao defender que “a curiosidade ingênua que, ‘desarmada’, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se [...] se torna curiosidade epistemológica”. Esse exercício “criticizante” contínuo que marca indelevelmente a interação professor-aluno é intrínseco ao estudo da História, como admite a BNCC (2017), quando se esmera na definição de cinco operações basilares a serem estimuladas no acontecer pedagógico da disciplina. Dentre elas, cabe neste momento enfatizar as duas últimas, a saber, a interpretação, que é “fundamental na formação do pensamento crítico” (p. 399), e a análise, que “pressupõe problematizar a própria escrita da história e considerar que, apesar do esforço de organização e de busca do sentido, trata-se de uma atividade em que algo sempre escapa” (p. 400).

Vale delongar-se um pouco mais nesta última citação, o “algo que sempre escapa”, que remete a um dos atributos mais evidentes e talvez menos reconhecidos da produção do conhecimento histórico. Seria o que Veyne (1998, p. 26) nomeou de “A natureza lacunar da história”, insistindo que nisso há um fatalismo, pois “todo livro de história é, nesse sentido, um tecido de incoerência, e que não pode ser de outro modo” (VEYNE, *ibid*, p. 27). Se exige, assim, que uma compreensão profunda do que é a história enquanto relato interpretativo dos eventos passados passe pela admissão de sua incompletude perene e irresoluta, e que apesar disso, fornece meios de

assimilação reflexiva das sociedades humanas antigas e atuais. A autonomia do estudante de história, como agente do seu próprio conhecimento, deve se pautar na consideração desta natureza lacunar imanente da história, para jamais considerar uma versão do passado como absoluta e unicamente válida.

Outra ideia, e é muito mais que uma ideia, que está vinculada à autonomia discente é a de cidadania, qualidade consoante ao sistema democrático, em que os indivíduos devem estar munidos dos mecanismos formais e não-formais de participação na vida coletiva, em suas interfaces políticas, econômicas, sociais e culturais. Ao tratar da análise dos currículos destinados ao Ensino Básico brasileiro no fim do século passado, Bittencourt (1997) elucida a responsabilização atribuída por eles à História como promotora explícita da formação cidadã, e advoga em favor de uma maior contundência na explicitação do que é ou deva ser a cidadania. Nesta direção, a autora constata que a disciplina histórica fora já instrumentalizada com vistas à criação de indivíduos patrióticos, velando pelos símbolos nacionais e conservando uma identidade coletiva centralizada na concepção da nação. Doravante, no processo de transformações nacionais e internacionais que se segue à segunda guerra mundial, a História é marginalizada no currículo, preterida em benefício da ascensão das disciplinas exatas mais idôneas ao objetivo da capacitação profissional dos indivíduos que atenderiam aos clamores imponentes das empresas locais e sobretudo das firmas estrangeiras. Subsequentemente, emergem no currículo as preocupações direcionadas à formação cidadã, no sentido da construção progressiva de uma sociedade consciente de seus direitos e deveres, em que cada indivíduo participe efetivamente

das decisões, sabendo decifrar os acontecimentos contemporâneos com desenvoltura teórica e prática, sendo atuante em seu entorno para corroborar com a manutenção e/ou a transformação da sociedade.

A atenção com a temática e a pragmática da cidadania, constatada por Bittencourt (*ibid*) no fim do século anterior, mantém-se hoje como premissa modeladora da educação nacional, como atesta o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases (2017, p. 17): “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania [...]”.

### **A possibilidade de uma História etiológica na perspectiva pedagógica**

O termo etiologia faz parte da terminologia própria da medicina, referindo-se ao estudo das causas acometedoras de enfermidades, ou dos agentes responsáveis pela ocorrência de determinada patologia. Não obstante, tem significado mais abrangente, abarcando o estudo das causas ou origens de fenômenos determinados. Transportando o conceito para o campo da ciência histórica, ele teria lugar dentro do quadro de pesquisa historiográfica que se debruça na investigação das causas históricas dos eventos e processos estudados.

Esse tipo de abordagem sobre as causas não é novidade na História. Políbio, no século II a.C., preconizou que “a história deve resolver uma equação e fornecer os elementos de explicação, hierarquizar as causas do fenômeno observado e evitar ser uma simples pintura exterior ou pura enumeração de peripécias” (DOSSE, 2003, p. 48). Neste perspectiva, seria

incumbência do historiador sistematizar seu relato dos fatos tendo como embasamento um modelo de tipo etiológico, ou melhor, uma estrutura teórica que discorra acerca das motivações intrínsecas ao evento em si. A essa forma de organização do conhecimento Políbio chamou de história pragmática, apontando três operações que convém ao historiador perpetrar, a primeira delas sendo a explicação, no sentido da exposição “das causas e dos efeitos dos acontecimentos” (DOSSE, *ibid*, p. 48).

No âmbito do ofício do professor de História, esse tratamento, que se está denominando aqui de etiológico, focado nas causas, é aplicável de diversas maneiras, inclusive quando se pretende estabelecer laços temporais que fazem com que o passado seja estudado em conjugação ao presente. Na prática, seria uma busca pelos agentes históricos causais situados no pretérito e que respondem em alguma medida às questões suscitadas na realidade atual. Assim, o professor tem a opção de provocar em sala de aula a “atitude historiadora” de que fala a BNCC (201, p. 401), engajando o alunado numa atividade crítica em que se propõe levantar hipóteses de quais aspectos da realidade passada podem ser percebidos como causadores dos processos e acontecimentos sentidos e vividos na atualidade.

Ao mesmo passo que este parece ser um método pedagógico salutar, pois instiga a criticidade e a autonomia, anteriormente discutidas, oferece também riscos similares aos quais os historiadores ininterruptamente lidam. O mais evidente dentre eles talvez seja o anacronismo, que decorre de um julgamento dos fatos antigos pelos valores presentes. Ora, a segunda operação que Políbio propugnava em sua história

pragmática era o julgamento dos atos humanos, a partir de um conceito de justiça que para ele seria o de sua época, mas que não se poderia aplicar a todas as épocas. De igual modo, na sala de aula não será epistemologicamente profícuo se a reflexão conjunta de docente com discentes se torne uma espécie de tribunal dos fatos apreciados, validando-os ou refutando-os arbitrariamente tendo como referência valores da atualidade que não cabem em realidades pretéritas, material e imaterialmente distintas. Será mais construtivo abandonar essa posição moralista e anacrônica, em preferência do exercício da compreensão que Bloch (2001) sustenta, em um esforço de imparcialidade investigadora, que não se detém em maniqueísmos dualistas como bem ou mal, justo ou iníquo, santo ou profano. Neste sentido, caberá ao professor guiar o estudo junto aos educandos prezando pela consideração respeitosa das diversidades históricas, entendendo que os valores morais são também produtos históricos relativos e não absolutos, detendo-se a uma averiguação que se esmere nas causalidades enquanto condições de existência da atualidade tal como se apresenta hoje.

### **Outra possibilidade pedagógica: uma história social da memória**

Ainda valerá deter-se sobre outro espaço a ser explorado tanto por historiadores, em sua vida junto às fontes e como indivíduos ativos no meio social, como por professores da História que velem por um exercício de sua profissão comprometido com a memória, um aspecto da existência humana que soa aparentemente espontâneo de um primeiro

olhar, mas que se demonstra uma teia de incontáveis conexões construtora da realidade social, se apreciada mais de perto.

O artifício da memória foi, e continua sendo, instrumentalizado por diferentes atores, desde grupos dominantes àqueles marginais no espectro da sociedade. No capítulo final de sua magnânima obra, neste trabalho citada algumas vezes, *A história*, Dosse (2003) dedica-se não apenas a explanar sobre uma história social da memória, pois fica patente sua devoção e expectativa para a efetiva implementação desta ideia, que para ele serviria ao fim de resolver os embates entre história e memória. O autor discorre sobre como os jogos da memória, que incluem e não se opõem ao esquecimento, servem de sustentáculo para elaborações identitárias (Dosse se refere, sobretudo, à identidade nacional francesa), que, longe de serem unânimes, realocam os acontecimentos pretéritos no tempo presente para dar-lhe um sentido, uma cor, que realce um projeto ou ideário coletivo. O essencial, porém, é que Dosse refuta uma creditada dicotomia que opere cesura entre a história e a memória, e na linha do pensamento historiográfico da passagem para o século XXI, propõe um tipo de estudo histórico interessado em absorver as ressonâncias da memória no tempo, transcendendo uma concepção positivista e reclusa aos fatos em si, inócuos de sentido, e advogando por uma história dos sentidos atribuídos aos fatos, atenta para as mentalidades coletivas e como elas se metamorfoseiam, adaptando-se aos atores que a produzem.

Para a prática escolar da disciplina, a história social da memória abre um leque infundo de oportunidades pedagógicas. Tem o potencial de proporcionar a valorização contínua das memórias pertinentes ao corpo discente, enfatizando as

heranças culturais que moldaram a própria formação social do indivíduo. Nesta vertente, é palpável pensar numa história social da memória utilizada no objetivo da abordagem das matrizes étnico-culturais constituidoras do povo brasileiro, respondendo aos reclames dispostos n<sup>o</sup> Lei 11.645 de 2008, ao englobar os contributos advindos da história e cultura afro-brasileira e indígena, corroborando para a plena consciência identitária e revogação das linhas de pensamento exclusoras e eurocêntricas. Em paralelo, oferece-se com a história social da memória um modelo para refletir e implantar estudos escolares que contemplem a apreciação das culturas locais, tornando o ambiente da sala de aula prelo de autoconscientização acerca das origens socioculturais dos indivíduos envolvidos no processo educativo, docente e discente.

Mediante a atenção aos aspectos da memória coletiva, passado e presente se fundem e misturam, arquitetando identificação com uma consciência autêntica e profunda que formata o próprio caráter social dos indivíduos. É nessa direção que se pode pensar num ambiente escolar provocador de uma autonomia não bruta, mas calcada em valores compartilhados e sempre reciclados pelos indivíduos.

## **Referências**

BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf). Acesso em: 15 de maio de 2020.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional**.

Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.



QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em [www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org) você tem acesso a novidades e conteúdos exclusivos. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



[facebook.com/editoraolyver](https://facebook.com/editoraolyver)



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://instagram.com/editoraolyver)

The logo graphic features a stylized green open book with pages fanning out, positioned above the word 'OLYVER'.  
EDITORA  
**OLYVER**  
[www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org)  
[editoraolyver@gmail.com](mailto:editoraolyver@gmail.com)